

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 117, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 213/2021
OF 398/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 159, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Sociedade Educadora Patuense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 779, de 17 de setembro de 2014 - Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista, no município de Pedrinhas Paulista - SP;
- 2 - Portaria nº 739, de 9 de junho de 2015 - Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA, no município de Brotas de Macaúbas - BA;
- 3 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI, no município de Iguatemi - MS;
- 4 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 - Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo - RN;
- 5 - Portaria nº 3.632, de 19 de agosto de 2015 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas, no município de Brasilândia de Minas - MG;
- 6 - Portaria nº 4.373, de 21 de setembro de 2015 - Associação Beneficente Social de Santo Estevão, no município de Santo Estevão - BA;
- 7 - Portaria nº 79, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, no município de Lucrécia - RN;
- 8 - Portaria nº 135, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Moriah (Moriah FM), no município de Jales - SP;
- 9 - Portaria nº 148, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI, no município de Diamantina - MG;
- 10 - Portaria nº 159, de 1º de fevereiro de 2016 - Sociedade Educadora Patuense, no município de Patu - RN;
- 11 - Portaria nº 241, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Urtigão, no município de São João da Urtiga - RS;
- 12 - Portaria nº 691, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba, no município de Joinville - SC;
- 13 - Portaria nº 728, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares Minas Gerais, no município de Governador Valadares - MG;
- 14 - Portaria nº 1.907, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes, no município de Vicência - PE;
- 15 - Portaria nº 2.182, de 7 de junho de 2017 - Associação Livre Comunitária de Capoeiras, no município de Capoeiras - PE;

16 - Portaria nº 2.194, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci, no município de Guaraci - SP;

17 - Portaria nº 2.195, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Liberdade, no município de Ipuã - SP;

18 - Portaria nº 2.202, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - Ceará, no município de Pacujá - CE;

19 - Portaria nº 2.476, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE, no município de Ibiapina - CE;

20 - Portaria nº 2.484, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Itapagipe, no município de Itapagipe - MG;

21 - Portaria nº 2.486, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão, no município de Cachoeira Paulista - SP;

22 - Portaria nº 2.736, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, no município de Cascavel - CE;

23 - Portaria nº 3.001, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro, no município de Ribeirão Claro - PR;

24 - Portaria nº 3.004, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Base Vila São Francisco, no município de Laranjeiras do Sul - PR;

25 - Portaria nº 3.048, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Vale do Groaíras, no município de Groaíras - CE;

26 - Portaria nº 3.166, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela, no município de Vinhedo - SP;

27 - Portaria nº 3.172, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara, no município de Ubajara - CE;

28 - Portaria nº 3.175, de 28 de setembro de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, no município de Sobral - CE;

29 - Portaria nº 4.501, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC, no município de Barros Cassal - RS; e

30 - Portaria nº 5.466, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão, no município de Mantena - MG.

Brasília, 19 de maio de 2021.

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.049242/2012-18, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Educadora Patuense, inscrita no CNPJ nº 08.141.749/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Patu, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16795/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 159/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 159/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049242/2012-18 e nº 53780.000095/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Patu/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913649** e o código CRC **E3F5AAD5**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 398/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 19 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 779, de 2014; 739, 3.598, 3.603, 3.632, 4.373, de 2015; 79, 135, 148, 159, 241, 691, 728, de 2016; 1.907, 2.182, 2.194, 2.195, 2.202, 2.476, 2.484, 2.486, 2.736, 3.001, 3.004, 3.048, 3.166, 3.172, 3.175, 4.501 e 5.466, de 2017.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.055773/2011-51

SEI nº 2577304

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37239/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.049242/2012-18.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702525** e o código CRC **C92410E5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 2435 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de abril de 2014.

Ao(À) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL
Da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**
Rua Capitão José Severino, nº 206, Centro /
59.770-000 / Patu - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.049242/2012.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.049242/2012**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Patu/RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1458/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

TASSIANA CUNHA CARVALHO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1458/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53780.000095/1999.
Processo de Renovação nº 53000.049242/2012.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Patu/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 1º ao disposto no(s) item(ns) 8.2, alínea(s) "f" e item 8.3.1, ambos da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

f) indicar endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;

II. Embora tal exigência já tenha sido feita na Nota Técnica anterior, e a associação tenha informado sua motivação para não cumpri-la, reforçamos a exigência em virtude do texto legal acima prescrito.

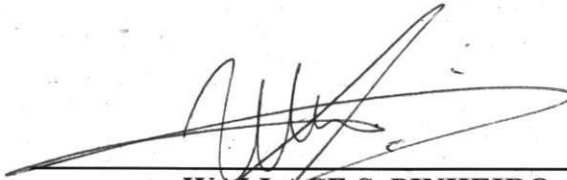
CONCLUSÃO

53000.049242/2012/CGRC

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 23 de abril de 2014.



WALLACE S. PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1458/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de abril

de 2014.



TASSIANA CUNHA CARVALHO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.049242/2012-18

(Processo de Outorga nº 53780.000095/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Sociedade Educadora Patuense**, sediada na localidade de **Patu / RN**, tem validade até 24/12/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 03 de janeiro de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

28

AUT.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 049242/2012-18

SEAPA/SCE

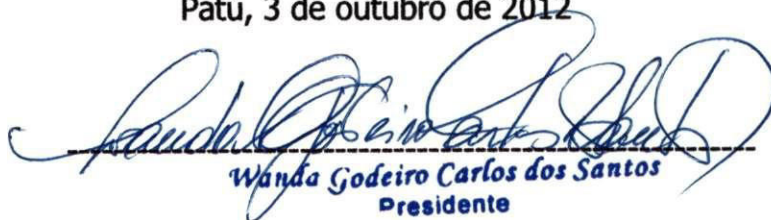
17/10/2012-07:51



Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO 'R' - 3º ANDAR
70044-900 - BRASILIA - DF

A **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, inscrita no CNPJ sob nº **08.141.749/0001-60** com endereço para correspondência na **Rua Capitão José Severino, 185 - Centro - 59770-000** na cidade de **PATU**, estado do **Rio Grande do Norte**, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e **devidamente** autorizada conforme **Portaria nº 335**, datada de 23 de junho de 2011 e **Decreto Legislativo nº 495 de 2002** de 23 de dezembro de 2002 vem respeitosamente a presença de V^a. Ex^a. Requerer a Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao sub-ítem 20.2 da Norma 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 e publica no DOU.

Patú, 3 de outubro de 2012


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: Wanda Godeiro Carlos dos Santos

CPF: 413.816.024-87



D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO, para os devidos, fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente, constantes na respectiva Licença de Funcionamento da estação.

Patú (RN), 3 de outubro de 2012.



Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: **Wanda Godeiro Carlos dos Santos**

CPF: 413.816.024-87



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:37:17 do dia 19/09/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/10/2012.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.141.749/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/11/1969
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GINASIO COMERCIAL DE PATU			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE AUGUSTO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 69.770-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATU	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **10/09/2012** às **16:24:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

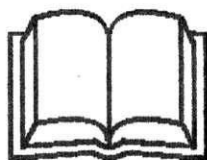
[Voltar](#)



Estatutos

Da

Sociedade Educadora Patuense



Patu - Rio Grande do Norte

OFÍCIO DE NOTAS
CELIO SOARES - TABELIAO
Maria José Brandão Soares
Nolane Brandão Soares
Valéria de Lima Cid Medeiros
Aurélia Pereira de Aquino-Eliene Silva
Jusliadedit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução
fiel do original que me foi apresentado
a qual autentico. dou fé.
Natal-RN

09 OUT. 2012



ESTATUTOS SOCIAIS
CAPÍTULO I
Da Sociedade e seus fins

Tabelião Público

Art. 1º - A SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, é uma Associação de fins filantrópicos não lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com foro e sede na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - A SEP terá personalidade jurídica distintas de seus associados, e tem por fim:

- A execução de serviço de Radiodifusão, respeitando sobre tudo o regulamento do serviço de Radiodifusão, normas e toda legislação aplicada ao assunto;
- Manter arquivada toda legislação referente a execução do serviço de Radiodifusão.

Parágrafo Único: A Diretoria da Sociedade tem por dever acatar as decisões das autoridades constituídas, especialmente as oriundas do Ministério das Comunicações.

Art. 3º - A SEP tem ainda, por finalidade:

- Incrementar por todos os meios possíveis, a preparação e o aperfeiçoamento da cultura intelectual, moral, educativa e social dos seus componentes e da sociedade em geral;
- Promover reuniões e diversões esportivas, criar e manter biblioteca, escolas de alfabetização, ensino fundamental e do ensino médio, difundir o estudo, a prática dos esportes e a educação física no Território do município;
- Promover conferências, comemorar as datas cívicas e manter intercâmbio cultural com sociedades congêneres;

Art. 3º - A SEP terá os Seguintes departamentos e nomes que serão designados os seus dirigentes pelo Presidente da SEP:

- Do Ensino Fundamental - Ginásio Comercial de Patu;
- Do Ensino Médio - Ginásio Comercial de Patu;
- Da Radiodifusão Comunitária - FM - Educadora Patuense;
- De Jornalismo - A Voz do Estudante;
- Do Desporto - Rei Pelé;
- De Informática - Prof. Carlos Magno Godeiro.

[Handwritten signature]

Parágrafo Único – A organização de cada departamento compete aos seus dirigentes supervisionados pelo Presidente da SEP, que poderá aprovar ou não, podendo tomar as providências que julgar necessários no caso de reprovação.

Art. 4º - O quadro social terá número ilimitado de sócios e será composto de brasileiros natos ou naturalizados à mais de 10 (dez) anos, residentes no Brasil, maiores de dezoito anos, sem distinção de cor, credo político ou religioso.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 5º - O quadro social é formado por sócios distribuídos pelas seguintes categorias:

- Fundador** – Como tal considerados os que tenham participado da reunião de instalação da SEP;
- Contribuinte** – O que, regularmente admitido por proposta de qualquer sócio fundador ou contribuinte, contribua regularmente para a manutenção da Associação;
- Honorário** – Aquele que venha a ser como tal considerado em deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria ou de 15% (quinze por cento) dos sócios das demais categorias, em função de serviços relevantes prestados à Associação ou à comunidade do município de Patu;
- Benemérito** – O que comprovadamente prestar relevantes serviços à Sociedade.

Art. 6º - São deveres dos sócios:

- Respeitar os Estatutos Sociais e acatar as deliberações dos órgãos da Associação;
- Colaborar para o melhor desempenho das tarefas assumidas pela SEI

- Desempenhar-se com zelo e dedicação dos cargos para os quais venha a ser eleito ou designado;
- Pagar, o sócio fundador ou contribuinte, os valores fixados como contribuição, na periodicidade estabelecida;

Art. 7º - São direitos dos associados, desde que estejam em dia com seus deveres:

- Participar das reuniões da Assembleia Geral;
- Sendo sócio contribuinte, votar e ser votado para os cargos eletivos da Associação;
- Propor a admissão de sócios;
- Apresentar Propostas à Assembleia Geral ou à Diretoria, com vistas ao aperfeiçoamento da ação da SEP;
- Interpelar qualquer dirigente, coletivo ou individualmente, quando suas ações lhe pareçam desviar-se das finalidades da Associação e das disposições deste Estatuto ou de legislação em vigor;
- Utilizar-se dos serviços prestados pela SEP, obedecida a regulamentação expedida pela Diretoria.

Art. 8º - Os sócios ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão e
- Exclusão.

Parágrafo Único – Resolução da Diretoria fixará o procedimento a ser observado na aplicação de penalidades, assegurado o direito de defesa.

Art. 9º - A penalidade de advertência será aplicada no caso de faltas leves, quando primário o infrator, nos casos definidos por resolução da Diretoria.

[Assinatura]

Art. 10º - A suspensão, por tempo não menor que 10 (dez) dias e não maior que 1 (um) ano, é aplicada ao reincidente em falta punida com pena de advertência, bem como aos que atrasem, por mais de 30 (trinta) dias, o pagamento de suas contribuições.

Art. 11º - Será punido com exclusão o associado que:

- a) Deixar de pagar, por tempo superior a 04 (quatro) meses consecutivos (120 dias) as contribuições sociais, independente de ter sido anteriormente advertido ou suspenso;
- b) Cometer falta grave, que ameace a continuidade da Associação, interfira na execução de seus serviços ou na consecução de seus objetivos ou se comporte de forma escandalosa.

CAPÍTULO III

Da Administração

Seção I

Disposições Gerais

Art. 12º - São órgãos da SEP:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria e
- III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Os Cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal são eletivos, admitida a reeleição.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 13º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, sendo formada por todos os sócios fundadores e contribuintes, desde que estejam em dia com as obrigações sociais.

Art. 14º - A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, competindo-lhe:

I - Em reunião ordinária:

- a) Realizada anualmente, no período de 01 de janeiro a 20 de fevereiro, apreciar o relatório e a prestação de contas da Diretoria, bem como o plano de trabalho para o exercício em curso;
- b) Realizada a cada 04 (quatro) anos, no período de 07 de junho a 07 de setembro, para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.

II - Em reunião extraordinária, sempre que convocada pelo Presidente por sua iniciativa ou a requerimento de, no mínimo, 10 (dez) sócios que estejam em dia com as obrigações sociais, sobre qualquer assunto que diga respeito à Associação, inclusive a assunção de dívidas que impliquem em comprometimento do patrimônio social.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral que deliberar sobre alteração estatutária será convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral reúne-se, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos sócios quites com a Associação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Entre uma a outra convocação deve mediar intervalo não menor de 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Terceiro - A convocação da Assembléia Geral será divulgada por edital, afixado na sede da Sociedade Educadora Patuense ou seja no Ginásio Comercial de Patu. Entre a data da publicação do edital e da realização da Assembléia deve decorrer prazo não menor que 10 (dez) dias.



Seção III

Da Diretoria

Art. 15º - A SEP é administrada por uma Diretoria, eleita a cada 04 (quatro) anos, iniciando-se e terminado seu mandato no dia 02 de outubro.

Parágrafo Único - É vedada a percepção de qualquer remuneração ou vantagem em função do exercício de cargo na Diretoria da SEP.

Art. 16º - Compete à Diretoria:

- a) Expedir regulamentos para fiel execução destes Estatutos e das deliberações da Assembléia Geral;
- b) Deliberar sobre a celebração de operações de empréstimos que não impliquem na oneração do patrimônio social;
- c) Aplicar penalidades aos associados, obedecendo o devido processo;
- d) Eleger sócios para compor a Diretoria, quando, decorridos mais de 01 (um) ano de mandato, encontrarem-se vagos 02 (dois) ou mais de seus cargos, devendo os substitutos completar o mandato dos substituídos;
- e) Deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre outorga de título de sócio honorários.

Art. 17º - A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Primeiro Secretário;
- d) Segundo Secretário;
- e) Primeiro Tesoureiro;
- f) Segundo Tesoureiro.

Art. 18º - Compete ao Presidente:

- a) Convocar e dirigir os trabalhos da Assembléia Geral e das reuniões da Diretoria;
- b) Representar a Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente;
- c) Supervisionar os serviços administrativos, financeiros e contábeis da Associação;
- d) Apresentar à Assembléia Geral, anualmente, relatório de sua gestão, balanço e plano de trabalho para o exercício seguinte;
- e) Assinar, com o tesoureiro cheques e outros documentos relativos a pagamentos, inclusive títulos de crédito;
- f) Exercer voto de desempate, nas reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- g) Admitir ou dispensar o pessoal contratado, além impor penalidade, conceder férias e medidas correlatas de administração de pessoal;
- h) Designar ou dispensar os diretores das unidades de serviços da Sociedade;
- i) Delegar poder e por escritos a qualquer membro da Diretoria para resolver assuntos referente aos itens "e" e "g" deste artigo.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente, além de substituir o Presidente, em suas faltas ou impedimentos, exercer as atribuições que, por ele, lhe sejam cometidas.

Art. 20º - Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Dirigir os serviços da secretária, inclusive os relativos ao controle de pessoal;
- b) Assistir o Presidente nos assuntos relativos às suas atribuições;
- c) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 21º - Segundo Secretário, além de substituir o Primeiro Secretário, nas faltas e impedimentos, terá por atribuição auxiliá-lo no desempenho das tarefas de seu cargo.



Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Guarda de dinheiro e valores pertencentes à Associação ou a ela confiados;
- b) Efetuar, autorizado pelo Presidente e com ele assinado as ordens ou cheques respectivos, os pagamentos devidos pela SEP;
- c) Manter a escrituração contábil da Associação, apresentado ao Conselho Fiscal, a cada semestre, balancetes semestrais e o balanço anual, para possibilitar o parecer prévio;
- d) Exercer o controle dos valores recebidos em destinação específica, elaborando a respectiva prestação de contas;
- e) Substituir o Vice-Presidente, quando ocorrer simultaneamente impedimento ou falta deste e do Primeiro Secretário.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 23º - O Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, eleitos com a Diretoria e com o mesmo mandato, tem como atribuições:

- a) Fiscalizar a boa gestão do patrimônio e dos recursos da Associação;
- b) Apreçar os balancetes periódicos apresentados pela Tesouraria;
- c) Emitir parecer conclusivo sobre as contas da Diretoria, para apreciação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 24º - O patrimônio da SEP é constituído de:

- a) bens imóveis e móveis que possua ou venha a adquirir;
- b) Produto de contribuições, obrigatórias ou voluntárias, de seus associados;

- c) Doações e legados;
- d) Produto de seus serviços, de promoções que realize ou de seus bens;
- e) Receita que, por qualquer forma, lhe seja transferida por entidades pública ou privadas.

Art. 25º - A dissolução da Associação, que somente poderá ser objeto de deliberação em Assembléia Geral, especialmente convocada, ocorrerá no caso de assim ser deliberado, em 02 (dois) turnos de votação com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, por maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade do quadro social, em cada um.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia que decidir pela dissolução disporá sobre o destino do patrimônio social, dando-se preferência a entidade privada congênere, que busque a mesma finalidade, clausulando-se a transferência de inalienabilidade por prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Segundo - Idêntica destinação procurar-se-á dar ao patrimônio social em caso de liquidação por outra forma.

Art. 26º - Os sócios não respondem, a qualquer título, pelas obrigações sociais.

Art. 27º - O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Art. 28º - O dia 02 de outubro de cada ano será objeto de comemoração, com data da fundação da SEP.

Art. 29º - A alteração dos Estatutos Sociais, proposta por iniciativa da Diretoria, do Conselho Fiscal ou de 10 (dez) associados, será objetivo de deliberação em Assembléia Geral especialmente convocada, divulgada a proposta conjuntamente com o edital de chamamento, na presença de 2/3 (dois terços) dos associados em condições de votar, em primeira convocação, ou da maioria absoluta deles, em segunda convocação. A proposta de alteração será considerada aprovada se obtiver a maioria absoluta dos presentes.

Art. 30 - A eleição para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal será por aclamação. A eleição também poderá ser secreta, desde que seja convocada Assembléia Geral Extraordinária especificamente com esta finalidade. A proposta da eleição ser secreta ou não será votada na assembléia em voto secreto e por no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios quites, saindo vencedora caso obtenha maioria simples.

Parágrafo Primeiro - Também por voto secreto será eleita a Comissão Eleitoral composta de 05 (cinco) membros que disporá no máximo 30 (trinta) dias improrrogáveis para publicar as normas e a data da eleição.

Parágrafo Segundo - A convocação desta Assembléia Geral Extraordinária especifica dar-se-á entre o dia 01 de janeiro a 01 de junho do ano eleitoral ou seja no último ano de mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício. A posse da Diretoria e do Conselho Fiscal será no dia 02 de outubro, não podendo sofrer antecipação ou adiamento.

Art. 31º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor ou por deliberação da Assembléia Geral.

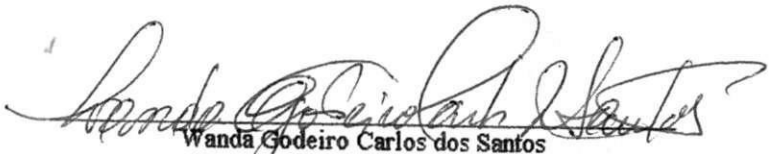
Art. 32º - Estes estatutos foram alterados e aprovados em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para o efeito, entrando em vigor nesta data.

Patu - RN, 08 de junho de 2000.

ESTÁ CONFORME À ORIGINAL

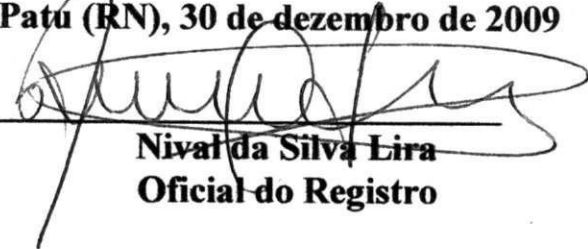


Maria da Conceição Ferreira de Araújo
1ª SECRETÁRIA


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
PRESIDENTE

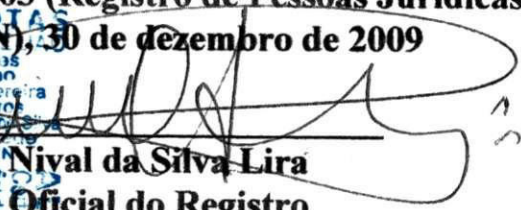
**Protocolo nº 1.143, do livro
A-1, fls. 70.**

Patu (RN), 30 de dezembro de 2009


Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

**REGISTRADO sob nº 267, fls. 81 a 82
Livro A-03 (Registro de Pessoas Jurídicas)**

Patu (RN), 30 de dezembro de 2009


Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

**CARTÓRIO UNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN**

IVAL DA SILVA LIRA

CPF 130.132.034-04

Tabelião e Oficial do Registro

MITCHELL DANTAS R. DE LIRA

CRE-010000184-63
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Tabelião e Oficial do Registro Substituto

08491342/0001-63

2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU

RUA CAP JOSÉ SEVERINO, 136
CENTRO

CEP 59770-000
PATU RN

7º OFÍCIO DE NOTAS

LUIS CELIO SILVA
Maria José Brandão Soares
Nolane de Lima Carvalho
Stephanie Brandão Soares
Valéria de Lima Cid Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino Elias
Deusladedit Batista de Lira
SUBSTITUTOS: NATAL/RN

09 OUT. 2012



GRAFSET

e demais membros presentes a reunião.

Assinaturas

Marcelo Antônio de Paula - Presidente

Monica Codeiro de Santa Rosa - Vice-Presidente

Maria da Conceição Fonseca de Araújo

Vonnyque Frederico Carlos da Silva - 2ª Secretária

Francisca Frederico Augusto de Sousa

Roberto de Jesus

Jose Gilmar de Barros

Emília Aparecida de Almeida

Prof. Dr. Oliveira

Maria Cristina Sacramento Vieira

Flora Regina de Araújo Freitas

Maria Salma Pereira de Oliveira Santos

Edna Leal dos Santos Hummel de Freitas

Yasmin Gomes dos Santos Guadalupe

Edenilson de Aguiar Lima

Janice Eliana da Silva Silva

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIZ CELSO SOARES - TABELIAO
Maria José Brandão Soares
Norlane de Lima Carvalho
Stephanie Brandão Soares Pereira
Valéria de Lima Cid Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aguiar-Elaine Silva
Deuslaidi Batista de Macedo
SUBSTITUTOS - NATAL-RN

AUTENTICAÇÃO

Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico, dou fé.

Natal-RN

09 OUT. 2012

Tabelação Pública



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PATU
PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Rua Etelvino Leite - 44 - Fórum Municipal

Nival da Silva Lira
Escrivão e Tabelião do 1º Ofício
CPF nº 130132034-34
Mitchell Dantas Rocha de Lira
Substituto CPF nº 423.348.614-72



CERTIDÃO

Nival da Silva Lira, Oficial do Registro Civil de
Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que nesta data
a requerimento da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, inscrita no Registro das Pessoas
Jurídicas, desta Comarca, no Livro Próprio, que procedi ao arquivamento da **ATA DA
ASSEMBLÉIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E
CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** realizada no dia 02 (dois) de
setembro de 2012, Protocolada sob n 1.477, fls. 208 V; Liv: A-1 em data de 05 de
outubro de 2012, onde foi Eleita Presidente da mencionado instituição a Sra. **WANDA
GODEIRO CARLOS DOS SANTOS**, onde fica arquivada em pastas próprias. O referido é
verdade, dou fé. Eu  (Nival da Silva Lira), Oficial do Registro, fiz
digitar o presente, subscrevo e assino.

Patu (RN), 05 de outubro de 2012.



7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIZ CELIO SOARES - TABELIÃO
Maria José Brandão Soares
Nolane de Lima Carvalho
Stephanie Brandão Soares Pereira
Valéria de Lima Cid Meleiros
Ana Cláudia Pereira da Cunha
Deusladedit Batista de Macedo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução
fiel do original que me foi apresentado
a qual autentico. dou fé.
Natal-RN

09 OUT. 2012





DECLARAÇÃO

EU, **Wanda Godeiros Carolos dos Santos** na qualidade de representante legal da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

declaro para os devidos fins que:

- não veícula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de Apoio Cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% do tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como o estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo vinculado, nos moldes do Artº 221, II, da Constituição Federal.

Patú, 3 de outubro de 2012.



Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente

RIO GRANDE DO NORTE
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
MUNICIPIO DE PATU-RN



DECLARAÇÃO

WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS – Presidente da sociedade Educadora Patuense – DECLARO para os devidos fins, que Veronique Godeiro Carlos dos Santos, casada, Brasileira RG 1.279.155 – SSP-RN, CPF: 722.456.464-87, é responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção de programação, da Rádio FM Educadora Patuense, mantida pela Sociedade Educadora Patuense.

Patu, 03 de outubro de 2012

Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente da Sociedade Educadora Patuense

RIO GRANDE DO NORTE
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
MUNICIPIO DE PATU-RN



RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES

ENTIDADE: RÁDIO FM EDUCADORA PATUENSE

LOCAL: MUNICIPIO DE PATU – RN

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

Em cumprimento ao item 21.4 da norma nº 1/2011, aprovada pela portaria MC nº 462 de 14 de outubro de 2011 e demais normas vigentes, apresentamos o RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, da Rádio FM EDUCADORA PATUENSE demonstrando a sua atuação no apoio ao desenvolvimento e a divulgação das manifestações culturais, tradições e hábitos sociais, do município, mais precisamente da cidade de Patu.

O presente relatório está organizado de forma a apresentar, em linhas gerais, as principais atividades de programação realizadas pela RÁDIO FM EDUCADORA PATUENSE, e os resultados alcançados na gestão da emissora através do alcance social dos seus projetos, programas e ações nas mais diversas áreas de sua atuação sob a gestão administrativa, técnica e financeira da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE.

Além de prestar contas sobre a atuação da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, na gestão da FM EDUCADORA PATUENSE, este relato demonstra a capacidade da referida Organização como instituição voltada à Educação, cultura e fomento de atividades, atuando como interlocutora dos principais assuntos de interesse da comunidade Local.

O referido relatório, foi produzido a partir da programação local, colhida junto a administração da emissora, dos responsáveis pela programação diária e pela comunidade local.

RIO GRANDE DO NORTE
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
MUNICIPIO DE PATU-RN



PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA: SEGUNDA A SEXTA

INICIO: 06 HORAS

TÉRMINO: 22 HORAS

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00 ÀS 06:10M	CAFÉ COM A PRESIDENTA
06:10 ÀS 07:00HS	AMANHECER COM A FÉ
07:00 ÀS 08:00HS	BOAS NOVAS
08:00 AS 10:30M	ESTAÇÃO 87
10:30 AS 11:10M	MPB-MUSICA POP BRASILEIRA
11:10 AS 12:10M	JORNAL DA EDUCADORA
12:15 AS 12:30M	MOMENTO DE REFLEXÃO
12:30 ÀS 13:30M	VIOLAS NA EDUCADORA
13:30 AS 14:30M	RAIO DE LUZ - EVANGELICO
14:30 AS 16:00HS	SHOW DA TARDE
16:00 AS 17:00HS	PONTO DE FÉ
17:00 AS 18:00HS	VERSOS E POESIA
18:00 AS 19:00HS	HORA DO ANGELUS
19:00 AS 20:00HS	A VOZ DO BRASIL
20:00 AS 22:00HS	MUSICAL

PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA: SÁBADO

INICIO: 06 HORAS

TÉRMINO: 21 HORAS

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00 AS 07:00HS	MUSICAL
07:00 AS 08:00HS	PASTRAL DA CRIANÇA
08:00 AS 12:00HS	SÁBADO NA EDUCADORA
12:00 AS 13:30M	RAIO DE LUZ – EVANGELICO
13:30 AS 15:00HS	MUSICAL
15:00 AS 18:00HS	ESTUDIO 87
18:00 AS 19:00HS	HORA DO ANGELUZ
19:00 AS 21:00HS	MUSICAL

RIO GRANDE DO NORTE
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
MUNICIPIO DE PATU-RN



PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA: DOMINGO

INICIO: 06 HORAS

TÉRMINO: 21 HORAS

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00 AS 07:00HS	MUSICAL
07:00 AS 08:00HS	AVIVAMENTO BIBLICO
08:00 AS 09:00HS	COM A MÃE DOS IMPOSSIVEIS
09:00 AS 10:00HS	MISSA DO SANTUÁRIO DO LIMA
10:00 AS 18:00HS	MUSICAL 87 FM
18:00 AS 19:00HS	HORA DO ANGELUZ
19:00 AS 20:00HS	MISSA DA IGREJA MATRIZ
20:00 AS 21:00HS	MUSICAL 87 FM

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FM EDUCADORA PATUENSE, é uma rádio comunitária e sem fins lucrativos e cumpre com fidedignidade os princípios legais das normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações. Constata-se que a Programação veiculada em vigente, atende satisfatoriamente aos anseios da comunidade local, cumprindo assim, os seus objetivos e criando oportunidades para divulgação das informações de interesse local e incentivando as manifestações culturais, tradições e disseminando hábitos sociais saudáveis e de paz junto a população beneficiária local.

Patu-RN; 28 de junho de 2012


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente

RIO GRANDE DO NORTE
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
MUNICIPIO DE PATU-RN



Identificação dos Representantes do Conselho Comunitário e das suas Entidades Representativas:

1 - Assinatura: Fonejinha Porty Santos
Entidade Representada: Esc. Est. Dr. Xavier Fernandes

2 - Assinatura: Renando Norberto de Oliveira
Entidade Representada: E. E. Dr. Edino Sales

3 - Assinatura: Josmir Celso de Medeiros
Entidade Representada: Campo Novo de Patu/RN.

4 - Assinatura: João Carlos de F.
Entidade Representada: _____

IGREJA ASSEMBLEIA DE DE
CNPJ: 08.332.785/0030-48
AV. DIX-NEUF ROSADO, 15
CENTRO - CEP: 59610-28
MOSSORÓ - RN - C/C: 306

5 - Assinatura: Renaldy César de Almeida Lima
Entidade Representada: PDA - NOVO SERTÃO / VISÃO MV
DIAZ.

SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
PATU - RN

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE

ÍTEM	NOME	C. IDENTI	ORG. EXP.	ENDEREÇO RESIDENCIAL
1	Wanda Godeiro Carlos dos santos	304.831	SSP/RN	Rua Miguel godeiro, 50 - Centro - Patu - RN
2	Monique Godeiro dos Santos Gurgel	781.732	SSP/RN	Rua Miguel godeiro, 50 - Centro - Patu - RN
3	Maria da conceição Ferreira de Araújo	227.574	SSP/RN	Rua pompeu Teixeira, 74 -Centro - Patu - RN
4	Veronique Godeiro Carlos dos Santos	1.279.155	SSP/RN	Rua Liberalino F. da Costa, 50 - Cidade do Sol- Patu
5	Theonadgy Pinheiro Gurgel Junior	1.961.554	SSP/RN	Rua Miguel godeiro, 50 - Centro - Patu - RN
6	Petrônio Hemetério de Freitas	807.174	SSP/RN	Rua Liberalino F. da Costa, 50 - Cidade do Sol- Patu
7	José Ricardo Carlos	906.115	SSP/RN	Conjunto João Pereira - Patu - RN
8	Vera Regina de Araújo Freitas	243.103.314-49	SSP/RN	Rua Dr. José agosto, 267 - Centro - Patu - RN
9	Elenita Alves do Nascimento	1.431.588	SSP/RN	Conjunto Nova Patu, 04- Patu - RN
10	Edivania Aquino Diniz	1.513.901	SSP/RN	Rua 28 de dezembro, 35 - Centro - Riacho dos Cavalos- PB
11	Maria Dalva Pereira de Oliveira Dantas	217.758	SSP/RN	Rua Francisco Calixta de Medeiros, 153- Patu - RN
12	Maria Cristina Suassuna Vieira	1.511.971	SSP/RN	Rua Floriano Peixoto, 333 - Centro - Catolé do Rocha - PB
13	Maria da Conceição Matos dos Santos de Azevedo	776.315	SSP/RN	Rua do Diamante, 319 - Lagoa Nova - Natal - RN
14	Petra Godeiro Hemeterio de Freitas	2.480.372	SSP/RN	Rua Liberalino F. da Costa, 50 - Cidade do Sol- Patu
15	Yasmim Godeiro dos Santos Gurgel	2.622.562	SSP/RN	Rua Miguel godeiro, 50 - Centro - Patu - RN
16	Maria Elizangela da Silva Maia	1.824.991	SSP/RN	Rua Aureliano irineu da Silva, 307 - Patu - RN

Patu - RN; 02 de setembro de 2012





functio



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

S O C I E D A D E E D U C A D O R A P A T U E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

F M E D U C A D O R A P A T U E N S E

Portaria de Autorização nº 335 de 23/06/11 Publicada no D.O.U de ____ de ____ de ____

Decreto Legislativo nº 495 de 23/12/11 Publicado no D.O.U de ____ de ____ de ____

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A C A P I T Ã O J O S É S E V E R I N O 206

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O P A T U

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 06° 06' 24" S 37° 38' 08" W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A C A P I T Ã O J O S É S E V E R I N O 185

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O P A T U

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 06' 30" S 37° 38' 10" W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

mu

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☒ SIM ☐

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☐

Perdas na linha (PL) = $\frac{LAL}{100}$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10 \frac{-(PL)}{10}$$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE





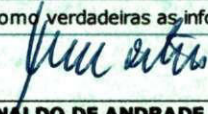

No nosso entendimento ainda não foi expedida a Licença de Funcionamento

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Medidor de Potencia Bird 43; Frequencímetro Digital 1 GHz; GPS

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO	
R O N A L D O D E A N D R A D E M A R T I N S	
ENDEREÇO	
R U A P R O F J O S E G U R G E I 2 9 6 0	
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)	BAIRRO
	c a p i m M a c i o
CIDADE	UF
N A T A L	R N
REG CREA	FORMAÇÃO
2 1 0 2 2 8 2 3 5 0	E n g º E l e t r i c i s t a
CEP	TELEFONE
5 9 0 7 8 - 4 5 0	8 4 - 9 9 8 3 0 8 9 3
FAX	
E-MAIL	
LOCAL	DATA
P A T Ú	0 3 / 1 0 / 2 0 1 2
ASSINATURA	
<i>[Assinatura]</i>	

 CONFEA/CREA-RN Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal No 6496/77		No. ART 00021022823505013020  ART Fácil 3.0.1	
ATENÇÃO: A VALIDADE deste documento deverá ser verificada através do link https://art.crea-rn.org.br/checkart , informando a carteira do profissional e o número da ART.			
CONTRATADO			
1 - Título(s) do Profissional ENGENHEIRO ELETRICISTA		2 - Nome do Profissional RONALDO DE ANDRADE MARTINS	
3 - Carteira CREA 2102282350XXXX			
4 - Endereço de Correspondência RUA PROFESSOR JOSE GURGEL 2960		5 - Bairro CAPIM MACIO	
6 - Cidade NATAL		7 - UF RN	
8 - CEP 59078450		9 - Telefone 8499830893	
10 - E-MAIL RONALDO@UFRNET.BR			
11 - Empresa Contratada XX		12 - Registro no CREA XX	
13 - Endereço de Correspondência		14 - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
15 - Cidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		16 - UF XXXXX	
17 - CEP XXXXXXXXXXXX		18 - Telefone XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
CONTRATANTE			
19 - Contratante da Obra / Serviço SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		20 - CPF / CNPJ 08141749000160	
21 - Endereço de Correspondência RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 206		22 - Bairro CENTRO	
23 - Cidade PATU		24 - UF RN	
25 - CEP 59770000		25.1 - País BR	
26 - Telefone 32065155			
DADOS DA OBRA / SERVIÇO			
27 - Proprietário da Obra / Serviço SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		28 - CPF / CNPJ do Proprietário 08141749000160	
29 - Telefone 32065155			
30 - Endereço da Obra / Serviço RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 206		31 - Bairro CENTRO	
32 - Cidade PATU		33 - UF RN	
34 - CEP 59770000			
35 - Tipo de ART 1 - Normal (Cálculo: Tabela CT)		36 - Participação Técnica 1 - Individual	
37 - Vinculada a ART		37.1 - Profissional da ART Vinculada(Carteira) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
CLASSIFICAÇÃO DA ART			
ATIVIDADE TÉCNICA		NÍVEL	
DESCRÇÃO DO TRABALHO		QUANTIDADE	
UNIDADE			
38	5-LAUDO TECNICO	1-ATUACAO	B0109-RADIOFUSAO
39	12-PROJETO	1-ATUACAO	B0109-RADIOFUSAO
40	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
41	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
42	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
43	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
44 - RESUMO DO CONTRATO			
PROJETO TECNICO PARA INSTALACAO E LAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVACAO DE OUTORGA E EMISSORA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA. POTENCIA = 25W; COORDENADAS GEOGRAFICAS: 06S0624 - 37W3808			
45-Valor Obra/Serviço R\$ 1.800,00		45.1-Periodo da Obra/Serviço 03/10/2012 Até 03/12/2012	
46-Entidade de Classe CLUBE DE ENGENHARIA DO RN - CE/RN		47-Honorários R\$ 1.800,00	
48-Taxa a Recolher R\$ 40,00			
Acessibilidade: Declaro ciência das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, quando aplicadas às atividades profissionais acima relacionadas.			
Local e Data		Declaro como verdadeiras as informações acima	
Natal, 01 de Outubro de 2012		 RONALDO DE ANDRADE MARTINS CPF - 05644097404	
		 ASSINATURA DO CONTRATANTE Wanda Góes Carlos dos Santos Presidente	
Este Documento anota perante o CREA-RN, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei Federal 6.496/77)			
Observações:			
(1) Boleto Pagável em qualquer agência bancária, Internet ou Casas Lotéricas. (2) Uma via desta ART deverá permanecer no local da obra/serviço para fins de fiscalização. (3) A validade deste documento deverá ser verificada através do link https://art.crea-rn.org.br/checkart , informando a carteira do profissional e o número da ART. (4) O Boleto Bancário referente a esta ART é 8200706267		(5) ART é um importante instrumento de valorização profissional e fiscalização do exercício ilegal. (6) Ao encerrar as atividades e/ou contrato, informar a Baixa desta ART junto ao CREA-RN.	
[1a via PROFISSIONAL] [2a via CONTRATANTE] [3a via OBRA/SERVIÇO]			



104-0

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000



Cedente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte		Agência/Código do Cedente 2044 / 220180-1	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 24000008200706267 - 0
Número do documento 2102282350XXXX	CPF/CNPJ 08025934000190	Vencimento 11/10/2012	Valor documento 40,00		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	

Sacado

RONALDO DE ANDRADE MARTINS

Demonstrativo

601 - Anotacao Responsabilidade Tecnica-ART - 2012 - 00021022823505013020 - 40,00 (01/01)

Autenticação mecânica

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.

Corte na linha pontilhada



104-0

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 11/10/2012
Cedente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte					Agência/Código cedente 2044 / 220180-1
Data do documento 01/10/2012	Nº documento 2102282350XXXX	Espécie doc.	Acetite	Data processamento 01/10/2012	Nosso número 24000008200706267 - 0
Uso do banco	Carteira SR	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento	(=) Valor documento 40,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) 601 - Anotacao Responsabilidade Tecnica-ART - 2012 - 00021022823505013020 - 40,00 (01/01) NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado

Sacado

RONALDO DE ANDRADE MARTINS

RUA PROFESSOR JOSE GURGEL, 2960, - CAPIM MACIO - NATAL/RN CEP:59078-450

Operador : WEB

Sacador/Avalista				Cód. baixa
				Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Corte na linha pontilhada



Comprovante de pagamento de bloqueto

Via Internet Banking CAIXA

Nome: RONALDO DE A MARTINS
Conta de débito: 0633 / 001 / 00000129-5

Representação numérica do código de barras:

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000

Data do vencimento: 11/10/2012
Nome do banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Valor (R\$): 40,00
Identificação da operação: ART PATU

Data de débito: 01/10/2012
Data/hora da operação: 01/10/2012 20:52:35

Código da operação: 00256627
Chave de segurança: 2UAP4P4ULXQRF6S3

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



NICA

ARIA

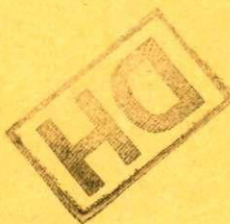
SEDEX

O (kg) 0,259 MANDOU, CHEGOU.

7326 5 BR



AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "R", 3º ANDAR
BRASILIA – DF
CEP: 70.044-900





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 041840/2013-11

SEAPA/SCE

11/07/2013-16:12



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Anexo, Ala Oeste, 3º andar

70044-900 - Brasília - DF

(61) 3311-6464

Análise 1

Memorando n. *95* /CGAO/CODEN/DEAA/SCE-MC

Brasília, *10* de *julho* de 2013.

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Ref. **53780.000095/1999**

Tendo em vista a SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Patu, estado do Rio Grande do Norte, ter apresentado, no processo de apuração de infração n. 53000.001588/2012, documentação referente ao Novo Projeto Técnico, para fins de emissão de licença de funcionamento, encaminhado, por meio deste, os documentos citados, visto que pertencem ao processo de outorga em referência.

Atenciosamente,


JORGE FRANKLIN MONTEIRO VIANNA
Coordenador Geral de Acompanhamento de Outorgas

Recebi o original
Em, ____/____/____

Nome Legível



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 041840/2013-11

SEAPA/SCE

11/07/2013-16:12

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Anexo, Ala Oeste, 3º andar

70044-900 - Brasília - DF

(61) 3311-6464



Memorando n. 95 /CGAO/CODEN/DEAA/SCE-MC

Brasília, 10 de julho de 2013.

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC
Ref. 53780.000095/1999

Tendo em vista a SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Patu, estado do Rio Grande do Norte, ter apresentado, no processo de apuração de infração n. 53000.001588/2012, documentação referente ao Novo Projeto Técnico, para fins de emissão de licença de funcionamento, encaminhado, por meio deste, os documentos citados, visto que pertencem ao processo de outorga em referência.

Atenciosamente,


JORGE FRANKLIN MONTEIRO VIANNA
Coordenador Geral de Acompanhamento de Outorgas



Patu (RN), 3 de outubro 2012.



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º. Andar - Anexo Oeste – Sala 300
Brasília – DF
CEP 70044-900

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Prezado Senhor:

CGIAO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 049237/2012-05
SEAPA/SCE
17/10/2012-07:49

Em resposta ao seu Ofício nº **511/CGAO/DEAA-SCE-MC** de 6 de julho de 2012 **atrelado ao Ofício nº 5572/2007RADCOM/DOS/SSCE-MC** de 24 de setembro de 2007 estamos a apresentar novo **Projeto Técnico** para emissão de nossa **Licença de Funcionamento**. Isto tudo referente ao **Processo nº 53780.000095/99** de nosso interesse.


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente

Sociedade Educadora Patuense
Rua Capitão José Severino, 185 - Centro
59770-000 - Patú - Rio Grande do Norte



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviço de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6972

Ofício nº 511/CGAO/DEAA/SCE-MC

Brasília, 6 de julho de 2012.



Ao Senhor Representante Legal da
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino, nº 185 – Centro
59.770-000 Patu / RN

Assunto: **Notificação de instauração do Processo de Apuração de Infração nº 53000.001588/2012**

CÓPIA

Senhor Representante Legal,

1. Comunico a Vossa Senhoria que foi instaurado, em desfavor dessa entidade, o processo de apuração de infração acima referenciado, em decorrência de não ter cumprido exigência feita pelo Ministério das Comunicações por meio do Ofício nº 5.572/2007/RADCOM/DOS/SSCE-MC, datado 24 de setembro de 2007, cópia anexa. No processo será considerada a seguinte irregularidade:

Irregularidade(s) constatada(s)	Enquadramento
Deixar de cumprir, no tempo estipulado, exigência feita pelo Ministério das Comunicações	Inciso IV do art. 21 da Lei n. 9.612/98 c/c inciso XXIX do art. 40 do Decreto n. 2.15/98
1 - Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 – institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. 2 - RSRadCom – Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária – aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (D.O.U. de 04/06/1998).	

2. Essa entidade fica notificada para exercer seu direito de defesa no prazo de 5 dias contado da data do recebimento deste Ofício, expedido por AR-Postal, nos termos do artigo 66 da Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT, na redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967.

flrm/COAPI/CGAO/DEAA/SCE-MC

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF

Fone: (61) 311-6890 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 5572 /2007/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 24 de setembro de 2007.

À Senhora

Vanda Godeiro Carlos dos Santos
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino, 185 - Centro
59770-000 Patu/RN



Assunto: Solicitação de Documentação à entidade autorizada
Processo nº: 53780.000095/99

Prezada Senhora,

Tendo em vista a análise realizada no documento sob protocolo n.º 53000.050853/2007-33, encaminhado pela **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, entidade autorizada para o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Patu, no Estado do Rio Grande do Norte, solicitamos a V.Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

Indicação de novo equipamento transmissor homologado especificamente para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, categoria 2H, e com potência de saída de no máximo 25W, visto que o apresentado no formulário de informações técnicas não possui tal característica. Comunicamos que deve ser indicado **FABRICANTE, MODELO E CÓDIGO DE HOMOLOGAÇÃO**.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



CONFEA/CREA-RN

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Senador Salgado Filho, nº 1840, Lagoa Nova/Natal-RN CEP: 59056-000 - PABX: (084)206-5937 [E-mail: creaspp@cabugisat.com.br]

ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - Lei Federal nº 6.496/77



Nº A.R.T.

20100000001630006920

CONTRATADO

1 - TÍTULO DO PROFISSIONAL Eng. Eletricista		2 - NOME DO PROFISSIONAL RONALDO DE ANDRADE MARTINS		3 - CARTEIRA CREA ORIGEM 163/D-RN	
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA R. PROF. JOSE GURGEL, 2960		5 - BAIRRO CAPIM MACIO		6 - CIDADE NATAL	
8 - CEP 59078-450		9 - FONE (084)217-6486		10 - E-MAIL ronaldo@ufmnet.br	
11 - EMPRESA CONTRATADA XXXX		12 - REGISTRO NO CREA		7 - UF RN	
13 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA XXXX		14 - BAIRRO		15 - CIDADE	
16 - UF RN		17 - CEP		18 - FONE () -	

CONTRATANTE

19 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA/SERVIÇO SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		20 - CPF/CGC 08.141.749/0001-60	
21 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 185		22 - BAIRRO CENTRO	
23 - UF RN		24 - CEP 59770-000	
25 - FONE (84)361-2272		26 - FONE (84)361-2272	

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

27 - NOME DO PROPRIETÁRIO DA OBRA/SERVIÇO SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		28 - CPF/CGC 08.141.749/0001-60		29 - FONE (84)361-2272	
30 - ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 185		31 - BAIRRO CENTRO		32 - CIDADE PATU	
33 - UF RN		34 - CEP 59770-000		35 - TIPO DE ART Normal	
36 - PARTICIPAÇÃO Individual		37 - VINCULAÇÃO VINCULADA A A.R.T. Nº		DO PROFISSIONAL	

CLASSIFICAÇÃO DA ART

ATIVIDADE TÉCNICA	NÍVEL	DESCRIÇÃO DO TRABALHO	QUANTIDADE	UNIDADE
38 - BANCETO	01 - ATUAÇÃO	B0109 - RADIODIFUSÃO	1,00	45 UNIDADES
39 - CARGO DE ENCOMENDA	X - X	X-X-X	X-X-X	X-X-X
40 - X - X	X - X	X-X-X	X-X-X	X-X-X
41 - X - X	X - X	X-X-X	X-X-X	X-X-X
42 - X - X	X - X	X-X-X	X-X-X	X-X-X
43 - X - X	X - X	X-X-X	X-X-X	X-X-X

44 - RESUMO DO CONTRATO

PROJETO DE EMISSORA FM COMUNITÁRIA COM POTENCIA DE 25W E ANTENA DE 20 METROS DE ALTURA E GANHO DE 0 DB

45 - PERÍODO DA OBRA/SERVIÇO 09/09/2000 a 09/12/2000	46 - VALOR DA OBRA/SERVIÇO R\$ 1.700,00	47 - VALOR DOS HONORÁRIOS R\$ 416,00	48 - ENTIDADE DE CLASSE DO PROFISSIONAL XXX	49 - TAXA A RECOLHER R\$ 16,00
50 - LOCAL E DATA PATU (RN) 09/09/2000		51 - DECLARO COMO VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES ACIMA ASSINATURA DO PROFISSIONAL CPF: 056.440.974-04		52 - DECLARO COMO VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES ACIMA ASSINATURA DO CONTRATANTE WANDA G.C. DOS SANTOS

Este documento anota perante o CREA-RN, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei Federal nº 6.496/77)

Esta ART deverá ser enviada ao CREA-RN no prazo máximo de 05(cinco) dias.
O Profissional deverá guardar o original desta ART para quaisquer averiguações necessárias.
Manter uma via desta ART e seus respectivos projetos no local da obra/serviço.
Dúvidas ou informações ligue para o TELECREA (84)206-9499.

Autenticação Mecânica
Registro efetuado em, 10/08/2000
GB. nº. 55081 Banco LOTERICA

1ª VIA CREA-RN - [2ª VIA PROFISSIONAL] - [3ª VIA CONTRATANTE] - [4ª VIA OBRA/SERVIÇO] - [5ª VIA PREFEITURA/OUTROS ÓRGÃOS]

Arquivo: C:\ARQUIV\PATU\ART

Sérgio Luis Pegado Ramos
Assistente Administrativo
CJC: 423.607.654-34 - CREA/RN

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780000095/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Sociedade Educadora Patuense, com sede na Rua Capitão José Severino nº 185 – Centro, na cidade de Patú, Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06°05'08"S e longitude em 37°38'05"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTOGA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

RELATÓRIO Nº 154 /2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53780000095/99,
de 30.04.98.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Radiodifusão - SSR.
Departamento de Outorga e Licenciamento - DOUL



Min. das Comunicações
96
22
993

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 - SERVIÇO

Radiodifusão Comunitária - RadCom

2 - REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

3 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

S O C I E D A D E E D U C A D O R A P A T U E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R A D I O S O C I E D A D E E D U C A D O R A P A T U E N S E

4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

R U A C A P I T A O J O S E S E V E R I N O , 1 8 5

RADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

P A T U

UF

CEP

5 9 7 7 0 - 0 0 0

FONE

8 4 - 3 6 1 2 2 7 2

FAX

5 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR, SISTEMA IRRADIANTE E ESTÚDIO

LOGRADOURO

R U A C A P I T A O J O S E S E V E R I N O , 1 8 5

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

P A T U

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

R N

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

0 6 ° 0 5 ' 0 8 " S 3 7 ° 3 8 ' 0 5 " W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R O N I C O S

MODELO

X 3 0 2 5

POTÊNCIA SAÍDA (Pt)

2 5 , 0 Watts

CERTIFICAÇÃO

28396-XXX345

- ANTENA / TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

I D E A L

MODELO

F M E 0 2

GANHO máx (Gt)

0 , 0 DB

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

2 8 , 0 (m)

ALTURA DA TORRE

2 9 , 0 (m)

ALTITUDE DO LOCAL

2 4 0 , 0 (m)

- LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K m P

MODELO

R G 2 1 3 C E L

COMPRIMENTO (L)

3 5 , 0 metros

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

4 , 2 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1 , 4 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (Ef)

0 , 7 1

-(PL)

10

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (Ef)} = 10$$

DOUL / RadCom 02

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP) 0,025 1 1 0,71 -17,50
 $ERP(dBk) = 10 \log (Pt \cdot Ght \cdot Gvt \cdot \eta) = 10 \log (__ \times __ \times __ \times __) = __ dBk$

Pt → Potência do transmissor, em kW.

Ght → Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt → Ganho da antena, no plano vertical, em vezes.

η → Eficiência da linha de transmissão.

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$E(dB\mu) = 107 + ERP(dBk) - 20 \log d (km)$

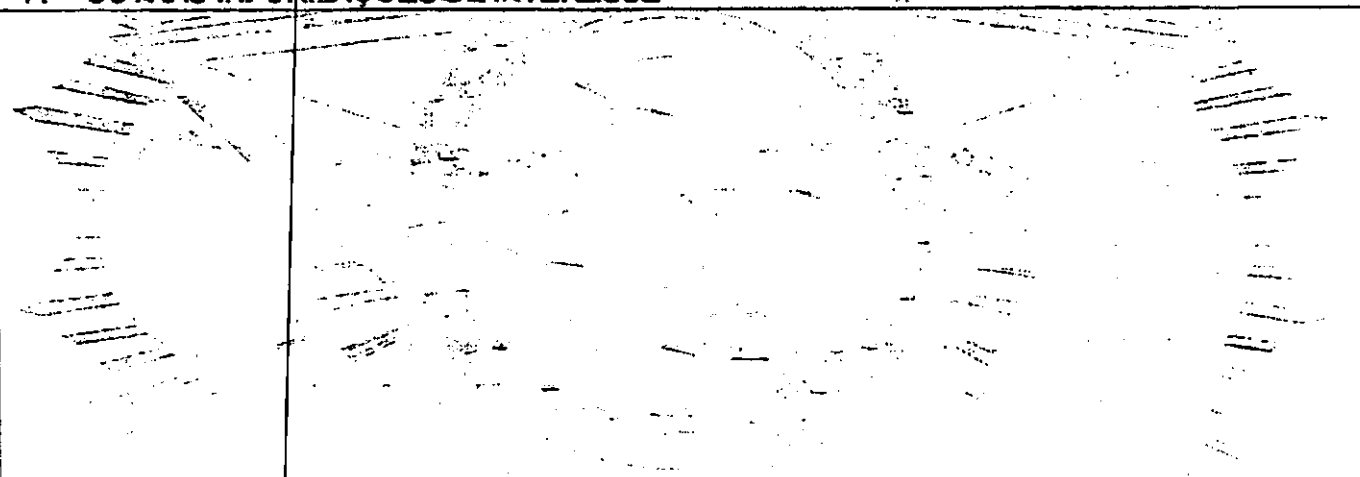
ERP → potência efetiva irradiada.

d → distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço).

$E(dB\mu) = 107 + (-17,50) - 20 \log 1 = 89,61 dB\mu$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dB μ .

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE



12 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

R O N A L D O D E A N D R A D E M A R T I N S

REG.CREA

1 7 4 0 / 7 4

ENDEREÇO

R U A P R O F J O S E G U R G E L , 2 9 6 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C A P I M M A C I O

CIDADE

N A T A L

UF

R N

CEP

5 9 0 7 8 - 4 5 0

TELEFONE

8 4 - 9 8 3 0 8 9 3

FAX

8 4 - 2 1 7 - 6 4 8 6

E-MAIL

r o n a l d o @ u f r n . e t . b r

LOCAL

N a t a l - R N

DATA

0 9 / 0 9 / 2 0 0 0

ASSINATURA

Ronald Martins

Acompanhe seu Processo/Documento
(CPROD - Controle de Processos e Documentos)

Ministério das Comunicações



Número Processo:

Pesquisar

Nome da Entidade:

Pesquisar

Localização de Processos/Documentos de Entidade

Número Processo: 53000.050853/2007

Nome da Entidade: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE

Orgão Origem	Situação	Data do Tramite	Orgão Destino	Data Recebimento
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRONICA	TRAMITANDO	12/09/2007 11:29:44	SERVIÇO DOCUMENTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA	13/09/2007 08:45:25





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.141.749/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/11/1969
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GINASIO COMERCIAL DE PATU			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE AUGUSTO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 59.770-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATU	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 10/09/2012 às 16:24:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/09/2012

	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 – SERVIÇO

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom

2 – REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

S O C I E D A D E E D U C A D O R A P A T U E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

C G C 0 8 1 4 1 7 4 9 0 0 0 1 6 0

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

F M E D U C A D O R A P A T U E N S E

4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

R u a C a p i t ã o J o s e S e v e r i n o 2 0 6

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C I D A D E C E N T R O U F

CIDADE

P a t u R N

CEP

5 9 7 7 0 - 0 0 0

FONE

8 4 - 3 2 0 6 5 1 5 5

FAX

E-MAIL

5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R u a C a p i t ã o J o s é S e v e r i n o 1 8 5

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O P A T U

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N 0 6 ° 0 6 ' 3 0 " S 3 7 ° 3 8 ' 1 0 " W

6 – ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

R u a C a p i t ã o J o s é S e v e r i n o 1 8 5

BAIRRO

CIDADE

C e n t r o P A T U

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

R N

7 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

T E C L A R T E L E C O M U N I A C Õ E S

MODELO

T E C 1 1 3

POTÊNCIA

2 5 , 0 Watts

CERTIFICAÇÃO

07 17 - 03 - 03 45

8 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

I D E A L A N T E N A S

MODELO

F M P T - 1 / 4 "

GANHO max (Gt)

0 , 0 dB

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

2 8 m

ALTURA DA TORRE

2 9 , 0 m

ALTITUDE DO LOCAL

2 4 7 m

FABBRICANTE

MODELO

COMPRIMENTO(L)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

$$\text{Perdas na linha (P}_L\text{)} = \frac{L \cdot A_L}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (E}_F\text{)} = 10 \frac{-\text{(PL)}}{10}$$

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,45) = -19,49 \text{ dBk}$$
 η = Eficiência da linha de transmissão
$$E(\text{dB}\mu) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

$$E(\text{dB}\mu) = 107 + (-19,49) - 20 \log 1 = 87,51 (\text{dB}\mu)$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

AS COORDENADAS DE LOCALIZAÇÃO SÃO DIFERENTES DAS APRESENTADAS PELA PORTARIA Nº 335 DE 25 DE JUNHO DE 2001, POR PROBLEMAS DE INFRA-ESTRUTURA DE INSTALAÇÃO.

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDERECO (CONTINUAÇÃO)									
------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

CIDADE

CEP

TELEFONE

FAX

E-MAIL

LOCAL

DATA

ASSINATURA.

Volume de Processo Digitalizado (0070110)



DECLARAÇÃO



Declaro para os devidos fins que de acordo com o que estabelece o Item 12.1 – alínea 'b' - da Norma No. 01/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária, informamos que:

na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação comunitária, a mesma interromperá imediatamente as transmissões até que essas sejam totalmente sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à ANATEL.

Patu (RN), 3 de outubro de 2012.


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no item 19.2.5.1(*), **não sendo necessário apresentação de estudo** indicando que o local pretendido para instalação do sistema irradiante se encontra conforme o disposto no subitem 19.2.5.1.1 e conforme o disposto no subitem 12.1 – alínea 'e' da Norma 01/2011.

Patú (RN), 3 de outubro de 2012.


Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 2102282350-RN

(*)

19.2.5.1. A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não poderá ser superior a trinta metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que de acordo com o **subitem 12.1, alínea 'i'** que o horário de funcionamento da Estação Comunitária será:

Início: 05:00h

Término: 24:00h

Patú (RN), 3 de outubro de 2012.



Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a entidade atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre a Limitação e Exposição à campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos, conforme disposto no subitem **12.1, alínea 'k', da Norma nº 01/2011.**

Patú (RN), 3 de outubro de 2012.

Ronaldo de Andrade Martins, Eng
CREA 2102282350-RN

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na **Portaria nº 1.141/GM5**, de 5 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações.

Patú (RN), 3 de outubro de 2012.


Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 2102282350-RN



PARECER CONCLUSIVO

Declaramos para os devidos fins que a instalação proposta atende a todas às exigências das Normas Técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 db_μ da emissora não fica situado a mais que 1 Km de distancia da antena transmissora, em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma 01/2011.

Patu (RN), 3 de outubro de 2012.

Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 2102282350-RN



CABO COAXIAL FLEXIVEL RFS-KMP RG-213

Aplicações:

- Antenas: Fabricação de antenas com cabos montados.
- Equipamentos de Telecomunicações.
- Equipamentos de Rádio Frequência.
- Outros.

Cabo	
MODELO	RG 213
SÉRIE	401.002
Tipo de Cabo	COAXIAL
Formação	
Condutor interno/Material	CNu2
Diâmetro do condutor interno - mm(in)	2,26(0,09)
Dielétrico/Material	PE
Diâmetro do dielétrico - mm(in)	7,25(0,28)
Condutor externo/Material (Cobertura de blindagem(%))	TNu(96%)
Diâmetro do condutor externo - mm(in)	8,11(0,32)
Capa/Material	PVC
Diâmetro da capa - mm(in)	10,31(0,41)
Especificações Mecânicas	
Peso do cabo - kg/m(lb/ft)	0,16(0,11)
Raio mínimo de curvatura/repetidas - mm(in)	50/205(1,97/8,07)
Temperatura de operação °C(°F)	80 máx.(176)
Especificações Elétricas	
Impedância nominal (ohms)	50
Velocidade de propagação (%)	66
Capacitância - pF/m(pF/ft)	101(30,80)
Máxima Frequência de operação (GHz)	3,00
RF- Tensão de Pico(kV r.m.s)	3,70
Resistência do condutor interno - ohm/km(ohm/M')	5,8(1,80)
Resistência da blindagem - ohm/km(ohm/M')	4,1(1,30)
Frequência (MHz) à 20°C	
	3/100m
0,5	0,4
1	0,6
5	1,5
10	2,0
20	2,9
30	3,6
50	3,9
88	6,3
100	6,8
108	7,1
150	8,4
174	9,1
200	10,2
300	12,3
400	14,5
450	15,5
500	16,5

mu

Antena para FM Plano Terra - 1/4"



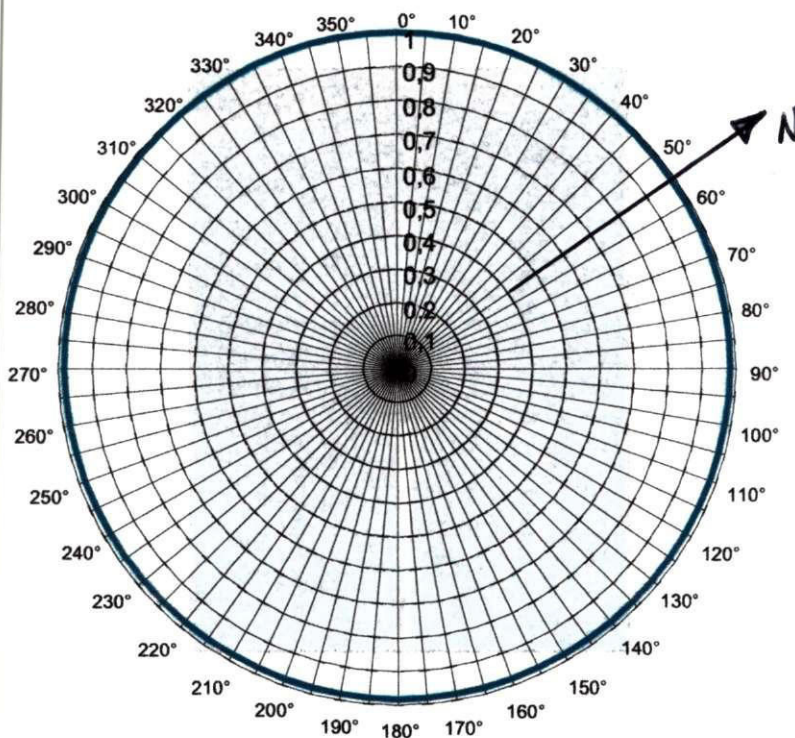
Características Técnicas

Faixa de frequência	87,9 a 108 MHz
Polarização	Vertical
Ganho nominal PT 1/4"	0 dBd
C.O.E. nominal	< 1,1
Impedância de entrada	50 omhs
Potência	300 Watts
Isolação de Polarização	Melhor que 20
Conector de entrada	N ou UHF Fêmea

IDEAL IND. & COM. DE ANTENAS LTDA.
R.: Fernando Ferreira da Silva, 100 - Sta. Cecília
Pouso Alegre - MG 37550-000

mu
www.idealantenas.com.br
Tel: (35) 3423 8688 Fax: (35) 3421 2043
e-mail: ideal@idealantenas.com.br

Antena para FM Plano Terra
Diagrama de irradiação horizontal na polarização horizontal



Graus	E/Emax	(dB)	(%)
0°	1	0	100,00%
5°	1	0	100,00%
10°	1	0	100,00%
15°	1	0	100,00%
20°	1	-0,01	99,77%
25°	1	-0,02	99,54%
30°	1	-0,04	99,08%
35°	0,99	-0,05	98,86%
40°	0,99	-0,06	98,63%
45°	0,99	-0,08	98,17%
50°	0,99	-0,09	97,95%
55°	0,99	-0,1	97,72%
60°	0,99	-0,1	97,72%
65°	0,99	-0,11	97,50%
70°	0,99	-0,12	97,27%
75°	0,99	-0,13	97,05%
80°	0,98	-0,14	96,83%
85°	0,98	-0,15	96,61%

Graus	E/Emax	(dB)	(%)
90°	0,98	-0,15	96,61%
95°	0,98	-0,16	96,38%
100°	0,98	-0,17	96,16%
105°	0,98	-0,17	96,16%
110°	0,98	-0,17	96,16%
115°	0,98	-0,18	95,94%
120°	0,98	-0,18	95,94%
125°	0,98	-0,18	95,94%
130°	0,98	-0,18	95,94%
135°	0,98	-0,18	95,94%
140°	0,98	-0,18	95,94%
145°	0,98	-0,18	95,94%
150°	0,98	-0,18	95,94%
155°	0,98	-0,18	95,94%
160°	0,98	-0,17	96,16%
165°	0,98	-0,17	96,16%
170°	0,98	-0,17	96,16%
175°	0,98	-0,16	96,38%

Graus	E/Emax	(dB)	(%)
180°	0,98	-0,15	96,61%
185°	0,98	-0,16	96,38%
190°	0,98	-0,17	96,16%
195°	0,98	-0,17	96,16%
200°	0,98	-0,17	96,16%
205°	0,98	-0,18	95,94%
210°	0,98	-0,18	95,94%
215°	0,98	-0,18	95,94%
220°	0,98	-0,18	95,94%
225°	0,98	-0,18	95,94%
230°	0,98	-0,18	95,94%
235°	0,98	-0,18	95,94%
240°	0,98	-0,18	95,94%
245°	0,98	-0,18	95,94%
250°	0,98	-0,17	96,16%
255°	0,98	-0,17	96,16%
260°	0,98	-0,17	96,16%
265°	0,98	-0,16	96,38%

Graus	E/Emax	(dB)	(%)
270°	0,98	-0,15	96,61%
275°	0,98	-0,15	96,61%
280°	0,98	-0,14	96,83%
285°	0,99	-0,13	97,05%
290°	0,99	-0,12	97,27%
295°	0,99	-0,11	97,50%
300°	0,99	-0,1	97,72%
305°	0,99	-0,1	97,72%
310°	0,99	-0,09	97,95%
315°	0,99	-0,08	98,17%
320°	0,99	-0,06	98,63%
325°	0,99	-0,05	98,86%
330°	1	-0,04	99,08%
335°	1	-0,02	99,54%
340°	1	-0,01	99,77%
345°	1	0	100,00%
350°	1	0	100,00%
355°	1	0	100,00%

IDEAL IND. & COM. DE ANTENAS LTDA.
R.: Fernando Ferreira da Silva, 100 - Sta. Cecília
Pouso Alegre - MG 37550-000

www.idealantenas.com.br
Tel: (35) 3423 8688 Fax : (35) 3421 2043
e-mail:ideal@idealantenas.com.br

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 495, DE 2002

M

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Educadora Patuense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 335, de 25 de junho de 2001, que autoriza a Sociedade Educadora Patuense a executar, por 3 (três) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de dezembro de 2002

Senador RAMEZ TEBET

Presidente do Senado Federal



O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780000095/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Sociedade Educadora Patuense, com sede na Rua Capitão José Severino nº 185 – Centro, na cidade de Patú, Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06°05'08"S e longitude em 37°38'05"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PIMENTA DA VEIGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTOGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

RELATÓRIO Nº 154 /2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53780000095/99,
de 30.04.98.

RECIBO
AUTENTICADO
Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico. dou fé.
Nascer RN
DO SOLENTE: CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO
Fls. 50
Rubrica
Município de Patu - RN
Assessoria Jurídica
Fls. 100
Assessoria Jurídica

Assim, a Assembleia Geral Extraordinária para eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da sociedade educadora patuense, com sede em Patu - RN.

2 - A (duas) dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na sede da sociedade educadora patuense, situada na Rua Dr. José Augusto, nº 79 - Centro - Patu - RN, às 20 horas, previamente convocados por edital, datado em 02/08/2012 e amplamente divulgado pela rádio FM Educadora Patuense, 87,9 MHz, bem como afixado no quadro de avisos na sede do Ginásio Comunal de Patu, reuniram-se vinte (20) sócios da referida entidade e verificando-se que havia quorum a senhora presidente abriu os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária e em rápida explanação esclareceu aos sócios presentes que o objetivo da presente assembleia é para a renovação através de eleição da nova diretoria executiva e do conselho fiscal para o quadriênio de 02/09/2012 a 02/09/2016. Em rápida discussão entre os presentes, foi elaborada uma única chapa intitulada "Continuar e inovar" para concorrer a eleição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que é assim constituída: Wanda Godeiro Carlos dos Santos - Presidente; Monique Godeiro dos Santos Gurgel - Vice-presidente; Maria da Conceição Ferreira de Araújo - 1º secretária; Veronique Godeiro Carlos dos Santos - 2º secretária; Theonádgy Pinheiro Gurgel Júnior - 1º Tesoureiro; Petronio Hemetério de Freitas - 2º Tesoureiro; Para o Conselho Fiscal efetivo: José Ricardo Carlos, Vera Regina de Araújo Freitas e Elenita Alves do Nascimento. Para o Conselho Fiscal suplente: Edivânia Aquino Diniz, Maria Dalva Pereira de Oliveira Dantas e Maria Cristina Suassuna Vieira. Posta em votação por aclamação a única chapa apresentada foi eleita por unanimidade e imediatamente empossada para o mandato de 4 (quatro) anos, com início em 02/09/2012 à 02/09/2016. A presidente verificando que tudo decorreu dentro dos trâmites legais, mandou lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, Maria da Conceição Matos dos Santos, que secretariarei os trabalhos e lavrei a presente ata pela Presidente

GRACET

e demais membros presentes a reunião.

~~Outros~~

Francisco Gilson dos Santos - Presidente

Monique Godinho dos Santos Gurgel - Vice-Presidente

Maria da Conceição Ferreira de Araújo

Veronique Godinho Carlos dos Santos - 2ª Secretária

Thomaz Pinheiro Gurgel Júnior

Johny Junior de Jesus

Jose Ricardo Carlos

Simila Anuário Nao umuto

Jose G. Oliveira

Maria Cristina Suassuna Vieira

Uma Regina de Araújo Freitas

Maria Salma Pereira de Oliveira Dutra

Patricia Godinho dos Santos Hermatiano de Freitas

Yasmim Godinho dos Santos Gurgel

Edmaria Aquino Iliz

Maria Elizângela da Silva Maia

7º OFÍCIO DE NOTAS

LUIS CELSO SOARES - TABELIAO
Neta José Brandão Soares
Neta de Lima Carvalho
Stephanie Brandão Soares Pereira
Ana Valéria de Lima Cid Medeiros Silva
Ana Cláudia Pereira de Aquino-Elizne Silva
Dausiadedit Batista de Macedo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução
fiel do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
Natal-RN

09 OUT. 2012

Tabellão Público



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PATU
PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Rua Etelvino Leite - 44 - Fórum Municipal

Nival da Silva Lira
Escrivão e Tabelião do 1º Ofício
CPF nº 130132034-34
Mitchell Dantas Rocha de Lira
Substituto CPF nº 423.348.614-72



CERTIDÃO

Nival da Silva Lira, Oficial do Registro Civil de
Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que nesta data
a requerimento da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, inscrita no Registro das Pessoas
Jurídicas, desta Comarca, no Livro Próprio, que procedi ao arquivamento da **ATA DA
ASSEMBLÉIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E
CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** realizada no dia 02 (dois) de
setembro de 2012, Protocolada sob n 1.477, fls. 208 V; Liv: A-1 em data de 05 de
outubro de 2012, onde foi Eleita Presidente da mencionado instituição a Sra. **WANDA
GODEIRO CARLOS DOS SANTOS**, onde fica arquivada em pastas próprias. O referido é
verdade, dou fé. Eu Nival da Silva Lira, (Nival da Silva Lira), Oficial do Registro, fiz
digitar o presente, subscrevo e assino.

Patu (RN), 05 de outubro de 2012.



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN
NIVAL DA SILVA LIRA
Tabelião e Oficial do Registro
CPF: 130.132.034-34
MITCHELL DANTAS R. DE LIRA
1º Substituto - CPF: 011.063.194-63
MAICKELL DANTAS R. DE LIRA
2º Substituto - CPF: 041.063.194-63

108491342/0001-637
2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU
RUA CAP. JOSÉ SEVERINO, 138
CENTRO
C.E.P. 58770-000
PATU - RN



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

cosern www.cosern.com.br
Concessionária Energética do Rio Grande do Norte
R-100, Marmoz, 150, Baldo
Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 06.324.196/0301-81 | Insc. Est. 20055199-0

Data de Vencimento
06/08/2012

Total a Pagar (R\$)
407,31

Conta Contrato 0852570245

Teleatendimento: 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria Cosern: 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO
B3 COMERCIAL
OUTROS SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES
Monofásico

DADOS DO CLIENTE
VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS
CPF: 722.456.464-87

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA CAPITAO JOSE SEVERINO 206
CENTRO/ÁREA URBANA
59770-000 PATU RN

ATENÇÃO!
A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento na(s) conta(s) de energia citadas
Vencido Dt reaviso Valor Vencido Dt reaviso Valor
05/07/12 30/07/12 389,02

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	662 0000000	0.54445608	360.42
Contribuição Iluminação Pública			36.13
Multa por atraso-NF 000996031 - 24/05/12			6.87
Juros por atraso-NF 000996031 - 24/05/12			3.89

TOTAL DA FATURA 407,31

HISTÓRICO DO CONSUMO

Mês	kWh
JUL 12	662
JUN 12	633
MAY 12	634
ABR 12	723
MAR 12	608
FEV 12	601
JAN 12	617
DEZ 11	726
NOV 11	602
OUT 11	649
SET 11	564
AGO 11	551
JUL 11	526

TARIFAS APLICADAS
Consumo Ativo(kWh) 0.36386000

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	112.11	31.11
Transmissão	13.13	3.64
Distribuição (Cosern)	101.12	28.06
Encargos Setoriais	14.53	4.03
Tributos	119.53	33.16
Total	407,31	

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
360.42	27.00	97.31	360.42	1.10	3.96	360.42	5.07	18.27



www.cosern.com.br

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Belco
Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.186/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0

Data de Vencimento

05/07/2012

Total a Pagar (R\$)

144,81

Teleatendimento - 116

Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

ARSEP: 0800 084 1009

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Trifásico

Conta Contrato

0853617920

DADOS DO CLIENTE

WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

CPF: 413.816.024-87

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA MIGUEL GODEIRO 50

CENTRO AREA URBANA
59770-000 PATU RN

NÚMERO DA
NOTA FISCAL
001022731

DATA DA EMISSÃO
DA NOTA FISCAL
25/06/2012

DATA DA
APRESENTAÇÃO
28/06/2012

SÉRIE DA
NOTA FISCAL
SÉRIE ÚNICA

NÚMERO
DO CLIENTE
3000697930

NÚMERO DA
INSTALAÇÃO
1278419

Reservado ao Fisco

8620.89CB.672E.27D8.D75E.82DE.D387.6557

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),
tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para
consulta, em nossas unidades de atendimento e no site
www.cosern.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	266.0000000	0,47213136	125.58
Contribuição Iluminação Pública			14.51
Multa por atraso-NF 001019173 - 24/05/12			4.23
Juros por atraso-NF 001019173 - 24/05/12			0.49

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
JUN 12	266
MAI 12	390
ABR 12	425
MAR 12	248
FEB 12	520
JAN 12	607
DEZ 11	428
NOV 11	250
OUT 11	391
SET 11	395
AGO 11	130
JUL 11	461
JUN 11	395

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh) 0,36373000

TOTAL DA FATURA

144,81

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
125.58	17.00	21.34	125.58	1.06	1.33	125.58	4.90	6.15

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	RS	%
Geração de Energia	45.04	35.66
Transmissão	5.27	4.20
Distribuição (Cosern)	40.62	32.36
Encargos Setoriais	5.83	4.64
Tributos	28.82	22.95
Total	125.58	100

FCB

836300000012 448100380006 853617920204 009971365839



06/2012

0853617920

Vcto: 05/07/2012

RS 144,81



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0016-55 - INSC. ESTADUAL: 20.054.091-2
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 757 - NATAL - RN CEP: 59020-400
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/3
Fis. 103
Rubrica

MARIA DA CONCEICAO FERREIRA DE ARAUJO
TV POMPEU TEIXEIRA, 47
PROX A ESCOLA JOAO GODEIRO
PATU
59770-000 PATU-RN

DATA DE EMISSAO
18/08/2012

CNPJ / CPF
00020068310463

INSCRICAO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL
RESIDENCIAL

COD. DEB. AUTOMATICO
011001207476

CODIGO DDD
84

TELEFONE
3361-2150 0 1

VALOR A PAGAR
R\$ 59,61

VENCIMENTO
02/09/2012

Ministério das Comunicações
Fis. 54
Rubrica

PLANO LOCAL:	HISTORICO DO CONSUMO DE MINUTOS:	08/12: 5:24	07/12: 4:36	06/12: 1:06
FALE		05/12:	04/12: 3:24	03/12: 7:36

PAG./LINHA	DATA	DESCRICAO	TEL.ORIGEM	TEL.CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR
PRESTADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A								
TELEFONE 03224 3361-2150 0 1			NFST N. 00000123307/SERIE		/SUB-SERIE			
SERVICOS MENSAIS								
0001/01 18/08/2012 PA96/145 FALE 230 RESIDENCIAL 01 A 30/08/12								52,90
SUBTOTAL								52,90
LIGACOES LOCAIS								
001/02 18/08/2012 CONSUMO MINUTOS		5:24	FRANQUIA	460:00	MINUTOS ALEM DA FRANQUIA		0:00	0,00
SUBTOTAL								0,00
LIGACOES LONGA DISTANCIA NACIONAL COM 31								
0001/03 30/07/2012 RN MOSSORO				84	3316-2394	17:35:57	00:02:06 DIFERENCIADA	0,35
0001/04 03/08/2012 RN MOSSORO				84	3316-2394	08:08:23	00:00:48 NORMAL	0,08
SUBTOTAL								0,43
BASE DE CALCULO ICMS		53,33	TOTAL NOTA FISCAL SERVICOS					53,33
ALÍQUOTA		27%						
VALOR		14,39						
ISS								

RESERVADO AO FISCO

7116.83f1.1f69.8e15.9454.2d85.08bf.8200

FATURA N.: 1000028264363

TELEMAR NORTE LESTE S/A - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 757 - NATAL - RN CEP: 59020-400
CNPJ: 33.000.118/0016-55 - INSC. ESTADUAL: 20.054.091-2

OUTROS VALORES DI FIXO
TELEFONE 03224 3361-2150 0 1

0001/05 18/08/2012 SERV.ESPECIAL-CHAM. EM ESPERA 01 A 30/08/12

TOTAL OUTROS VALORES

6,28
6,28

RESUMO GERAL

LOCAL	TELEFONE CJ SU	VALOR
03224	3361-2150 0 1	59,61
	TOTAL	59,61




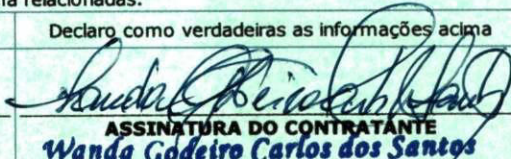
SALDO DE MINUTOS - P/ MES SEQUINTE:
00000230:00

CONTRIBUICOES: PARA O FUST(1%) FUNTEL(0,5%) DO VALOR DOS SERVICOS, NAO REPASSADAS AS TARIFAS.

DEMONSTRACAO DO CONSUMO DE MINUTOS DO SEU PLANO ALTERNATIVO

LIGACOES LOCAIS	5:24
LIGACOES INTERNET	0:00
LIGACOES A COBRAR	0:00

*** FIM DO DETALHAMENTO DA CONTA ***

 CONFEA/CREA-RN Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal No 6496/77		No. ART 00021022823505013020  ART Fácil 3.0.1	
ATENÇÃO: A validade deste documento deverá ser verificada através do link https://art.crea-rn.org.br/checkart , informando a carteira do profissional e o número da ART.			
CONTRATADO			
1 - Título(s) do Profissional ENGENHEIRO ELETRICISTA		2 - Nome do Profissional RONALDO DE ANDRADE MARTINS	
4 - Endereço de Correspondência RUA PROFESSOR JOSE GURGEL 2960		5 - Bairro CAPIM MACIO	
8 - CEP 59078450		9 - Telefone 8499830893	
		10 - E-MAIL RONALDO@UFRNET.BR	
11 - Empresa Contratada XX		12 - Registro no CREA XX	
13 - Endereço de Correspondência		14 - Bairro XX	
15 - Cidade XX		16 - UF XXXXXX	
		17 - CEP XXXXXXXXXXXXXX	
		18 - Telefone XX	
CONTRATANTE			
19 - Contratante da Obra / Serviço SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		20 - CPF / CNPJ 08141749000160	
21 - Endereço de Correspondência RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 206		22 - Bairro CENTRO	
23 - Cidade PATU		24 - UF RN	
		25 - CEP 59770000	
		25.1 - País BR	
		26 - Telefone 32065155	
DADOS DA OBRA / SERVIÇO			
27 - Proprietário da Obra / Serviço SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE		28 - CPF / CNPJ do Proprietário 08141749000160	
30 - Endereço da Obra / Serviço RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 206		31 - Bairro CENTRO	
		32 - Cidade PATU	
33 - UF RN		34 - CEP 59770000	
35 - Tipo de ART 1 - Normal (Cálculo: Tabela CT)		36 - Participação Técnica 1 - Individual	
		37 - Vinculada a ART	
		37.1 - Profissional da ART Vinculada(Carteira) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
CLASSIFICAÇÃO DA ART			
ATIVIDADE TÉCNICA		NÍVEL	
DESCRÇÃO DO TRABALHO		QUANTIDADE	
UNIDADE			
38	5-LAUDO TECNICO	1-ATUACAO	B0109-RADIOFUSAO
39	12-PROJETO	1-ATUACAO	B0109-RADIOFUSAO
40	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX
41	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX
42	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX
43	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX
44 - RESUMO DO CONTRATO			
PROJETO TECNICO PARA INSTALACAO E LAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVACAO DE OUTORGA E EMISSORA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA. POTENCIA = 25W; COORDENADAS GEOGRAFICAS: 06S0624 - 37W3808			
45-Valor Obra/Serviço R\$ 1.800,00		46-Entidade de Classe CLUBE DE ENGENHARIA DO RN - CE/RN	
45.1-Período da Obra/Serviço 03/10/2012 Até 03/12/2012		47-Honorários R\$ 1.800,00	
		48-Taxa a Recolher R\$ 40,00	
Acessibilidade: Declaro ciência das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, quando aplicadas às atividades profissionais acima relacionadas.			
Local e Data		Declaro como verdadeiras as informações acima	
Natal, 01 de Outubro de 2012		 RONALDO DE ANDRADE MARTINS CPF - 05644097404	
		 ASSINATURA DO CONTRATANTE Wanda Godeiro Carlos dos Santos	
Este Documento anota perante o CREA-RN, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre o profissional e o contratante (Lei Federal 6.496/77)			
Observações:			
(1) Boleto Pagável em qualquer agência bancária, Internet ou Casas Lotéricas. (2) Uma via desta ART deverá permanecer no local da obra/serviço para fins de fiscalização. (3) A Validade deste documento deverá ser verificada através do link https://art.crea-rn.org.br/checkart , informando a carteira do profissional e o número da ART. (4) O Boleto Bancário referente a esta ART é 8200706267		(5) ART é um importante instrumento de valorização profissional e fiscalização do exercício legal. (6) Ao encerrar as atividades e/ou contrato, informar a Baixa desta ART junto ao CREA-RN.	
[1a via PROFISSIONAL] [2a via CONTRATANTE] [3a via OBRA/SERVIÇO]			

Min. das Comunicações
Fis. 105
Rubrica

CAIXA

104-0

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000

Cedente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte		Agência/Código do Cedente 2044 / 220180-1	Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 24000008200706267 - 0
Número do documento 2102282350XXXX	CPF/CNPJ 08025934000190	Vencimento 11/10/2012	Valor documento 40,00		
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	

Sacado

RONALDO DE ANDRADE MARTINS

Demonstrativo

601 - Anotacao Responsabilidade Tecnica-ART - 2012 - 00021022823505013020 - 40,00 (01/01)

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.

Autenticação mecânica

Ministério das Comunicações
Fis. 56
Rubrica

Corte na linha pontilhada

CAIXA

104-0

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 11/10/2012
Cedente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte					Agência/Código cedente 2044 / 220180-1
Data do documento 01/10/2012	Nº documento 2102282350XXXX	Espécie doc.	Acete	Data processamento 01/10/2012	Nosso número 24000008200706267 - 0
Uso do banco	Carteira SR	Espécie R\$	Quantidade	Valor Documento	(=) Valor documento 40,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) 601 - Anotacao Responsabilidade Tecnica-ART - 2012 - 00021022823505013020 - 40,00 (01/01) NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado RONALDO DE ANDRADE MARTINS RUA PROFESSOR JOSE GURGEL, 2960, - CAPIM MACIO - NATAL/RN CEP:59078-450					

Operador : WEB

Sacador/Avalista

Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Comprovante de pagamento de bloqueto

Via Internet Banking CAIXA

**Nome:** RONALDO DE A MARTINS**Conta de débito:** 0633 / 001 / 00000129-5**Representação numérica do código de barras:**

10492.20187 01000.200848 20070.626708 7 54830000004000

Data do vencimento: 11/10/2012**Nome do banco:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL**Valor (R\$):** 40,00**Identificação da operação:** ART PATU**Data de débito:** 01/10/2012**Data/hora da operação:** 01/10/2012 20:52:35**Código da operação:** 00256627**Chave de segurança:** 2UAP4P4ULXQRF6S3**Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.**

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

UNICAÇÃO ELETRÔNICA
SERVIÇOS DE

IFUSÃO COMUNITÁRIA
CO "R", 3º ANDAR



FC0928/38

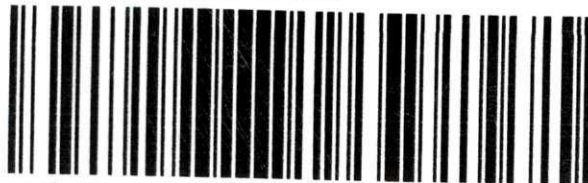
AK ☒ MP ☐

PESO (kg)

0,259

MANDOU, CHEGOU.

SI 69977326 5 BR



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.049242/2012 Localidade / UF: PATU/RN
Entidade: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Constataram-se vínculos familiares - aguardando resposta

WALLACE S. RINHEIRO.
Pedro Luís Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 3369/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.049242/2012-18**
Processo de Outorga nº 53780.000095/1999

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PATU / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Cópia do CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011;

III. No Estatuto Social, a Entidade deveria indicar o endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “d” c/c 8.2, alínea “f”, ambos da Norma 1/2011.

IV. Atas de Eleição da Diretoria lavradas no período de vigência da outorga, conforme exigência contida no artigo 13, da Lei Nº 9.612, de fevereiro de 1988.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, possuindo o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

WSP/CGRC

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

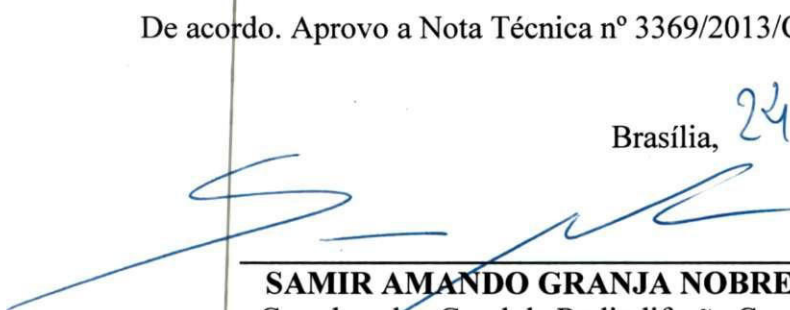
Brasília, 10 de dezembro de 2013.



WALLACE SANTOS PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 3369/2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de dezembro de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177



Ofício nº 7246 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de dezembro de 2013.

Ao Senhor (À Senhora)

WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Representante Legal da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Rua Capitão José Severino nº. 206 - Centro

59.770-000 Patu – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.049242/2012-18.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.049242/2012-18**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PATU / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 3369 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ex. Rem 5

22

RIO GRANDE DO NORTE
MUNICIPIO DE PATU
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
CNPJ: 08.141.749/0001-60



Ofício nº 001/2014

Patu, 14 de fevereiro de 2014

Ilmo. Senhor
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
CEP: 70.044-900
Brasília-DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 009272/2014-45
SEAPA/SCE
28/02/2014-08:41

Assunto: Renovação de Outorga – Processo nº 53000.049242/2012-18

Senhor Coordenador;

Em atendimento a Nota Técnica nº 3369/2013/CGRC/SCE-MC, instaurada pela constatação de pendências relativas ao pedido de Renovação de Outorga processo nº 53000.049242/2012-18, encaminhado a Sociedade Educadora Patuense através do ofício nº 7246/2013/CGRC/SCE-MC, Vimos através do presente, atender na medida do possível as solicitações demandadas, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011, com vista ao saneamento do processo, nos termos a seguir:

- I. Afirmamos e informamos que todos os diretores da Sociedade Educadora Patuense são Brasileiros natos, maiores de 18 anos e inclusive domiciliados na Cidade de Patu, e para comprovação estamos enviando cópia do RG de todos os diretores e seus suplentes.
- II. Complementando a norma, apresentamos também cópia do CPF, emitido do site da Receita Federal do Brasil, pois a maioria não possuem o documento em meio físico, mas possuem o registro no RG, e que no nosso entender, figura legitimidade.
- III. Em relação ao Estatuto Social da Entidade, informamos que a Sociedade Educadora Patuense com sede no endereço Rua Dr. Jose Augusto s/n – Patu – RN, é mantenedora do Ginásio Comercial de Patu, instituído pela lei municipal nº 6/1959, autorizado pela portaria DEC nº 248/1967, vinculado ao sistema Federal de Ensino, com Reg. No CNSS processo nº 9336/66 e demais regulamentações Estadual e Federal, atuando desde a sua instituição como o principal organismo de Ensino Básico (fundamental e médio) de toda a Região Circuvizinha de Patu. Da mesma forma a Sociedade Educadora Patuense, também é mantenedora da FM Comunitária que leva o mesmo nome, porém por inadequação e falta de espaço está situada na Rua Capitão José Severino nº 206 – Centro – Patu – RN, local esse vizinho ao Ginásio Comercial. O fato de não constar o Endereço da Rádio, é que, o referido estatuto foi alterado para se habilitar a ser mantenedora da Rádio e em havendo dois órgãos em endereços diferentes, porém na mesma cidade, optou-se por usar

Donec
132

RIO GRANDE DO NORTE
MUNICIPIO DE PATU
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
CNPJ: 08.141.749/0001-60




somente a identificação da cidade, o que no entender do oficial do Cartório Único não ferir a legislação, o qual acatou a alteração, assentando o registro no livro de pessoas jurídicas.

- IV. Em anexo, estamos encaminhando as Atas das ultimas eleições da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Sociedade Educadora Patuense dos mandatos apartir de 2004 até o ultimo mandato eleito em 2012, todas devidamente registradas em cartório autenticadas apartir dos originais, do livro próprio

Considerando haver cumprido fielmente todos os itens da Nota Técnica nº 3369/2013/CGRC/SCE-MC, colocamo-nos a disposição para retificar ou esclarecer caso seja necessário, algum item que porventura não tem atendido plenamente a referida nota técnica, de modo tornar possível a renovação da outorga da FM Comunitária intitulada Sociedade Educadora Patuense.

Atenciosamente,


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente da Sociedade Educadora Patuense

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

MAIOR DE 65 ANOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações
Fls. 65
Rubrica

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000.304.831 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2002

NOME VANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

FILIAÇÃO MIGUEL GODEIRO DA SILVA

NATURALIDADE CLOTILDES CARLOS GODEIRO E SILVA DATA DE NASCIMENTO 24/07/1936

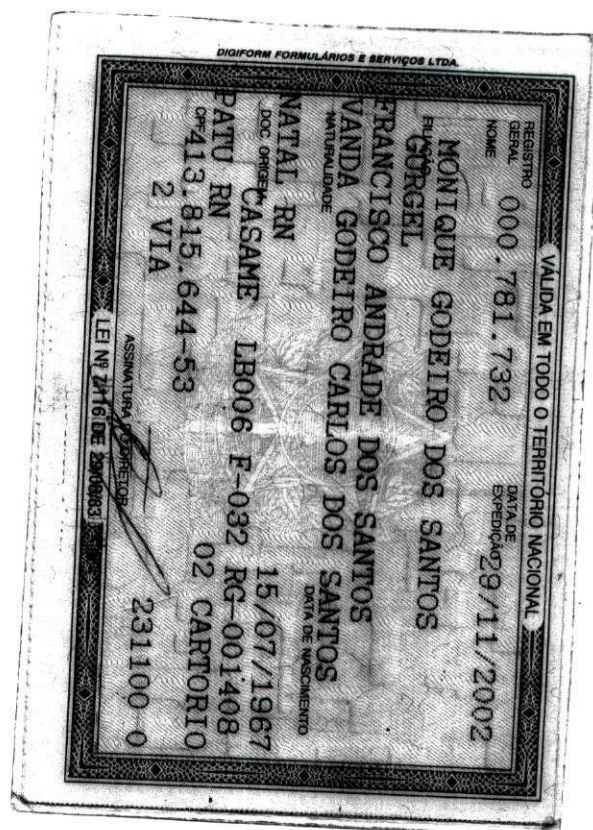
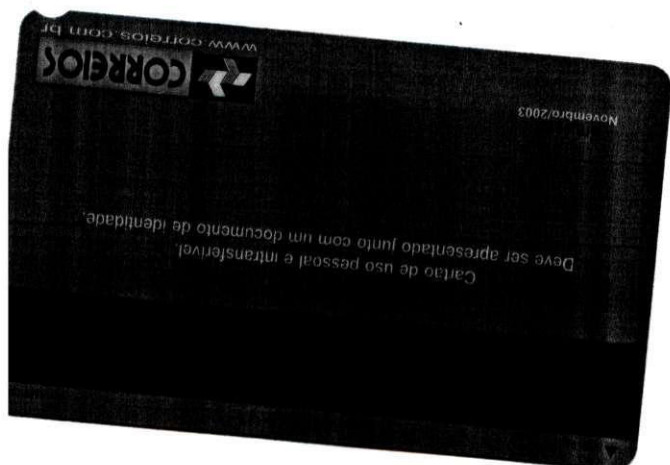
PATU RN CASAME L0006 F-130 RG-002028

PATU RN 02 CARTORIO

CPS 413.816.024-87

2 VIA Hannelore Grace S. dos Santos 211100 4

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Maria da Conceição Ferreira de Araújo

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E SEGURANÇA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL E CRIMINALÍSTICA
DIVISÃO DE CRIMINALÍSTICA

REGISTRO GERAL

NOME *Maria da Conceição Ferreira de Araújo*

FILIAÇÃO *José Ferreira dos Santos*
Maria da Conceição dos Santos

NATURALIDADE *MARACÁS - RN* DATA DO NASCIMENTO *24/05/1956*

NATAL *24/05/1956*

DIRETOR *N. Valério*

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(CÓPIA DE IDENTIDADE)

ASSINATURA DO PORTADOR *Maria da Conceição Ferreira de Araújo*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

CPF 123.456.789-01

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CONTRIBUINTE *MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE ARAÚJO*

NASCIMENTO *24.05.56*

INSCRIÇÃO NO CPF *200 683 104 65*

CPF *123.456.789-01*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

NÃO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Veronique Godeiro Carlos dos Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações
Fis. 68
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Nº de Inscrição
722456464-87

Data do Nascimento
12/12/72



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	001.279.155	DATA DE EXPEDIÇÃO	15/02/2000
NOME	VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS		
FILIAÇÃO	FRANCISCO ANDRADE DOS SANTOS VANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS		
NATURALIDADE	PATU RN	DATA DE NASCIMENTO	12/12/1972
DOC. ORIGEM	NASCIM LOA20 F-181	RG-016308	
CPF	722.456.464-87	01 CARTORIO	
	2 VIA	Hannelore Grace S. dos Santos	232200

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 16/02/00

Assinatura

VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

REGISTRO GERAL 1961554 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 11/09/2009

NOME THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR

FILIAÇÃO THEONADGY PINHEIRO GURGEL MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

NATURALIDADE NATAL RN DATA DE NASCIMENTO 10/04/1991

DOC. ORIGEM CERT.NASC.No.171914 L.315 F.8 NATAL RN 5 CARTORIO 059.402.124-33

ASSINATURA DO DIRETOR *Cristiane Bezerra de S. Dantas*
 DIRETORA-GERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
059.402.124-33

Nome
 THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR

Nascimento
 10/04/1991

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Theonadgy Pinheiro Gurgel Junior
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

PETRONIO HEMETARIO DE FREITAS

CONTRIBUINTE

ASCIMENTO 24.04.70

INSCRIÇÃO NO CPF 480 509 454 87

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Petronio Hemetario de Freitas

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel do
original que me foi apresentado ao
qual autentico e dou fé
Natal/RN, 30 NOV. 2012

Tabellão

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Substituto
Cynthia Symone de Macedo Santos
Escrevente Autorizada

MOORE
AUTENTICAÇÃO
AJY 011450

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Petronio Hemetario de Freitas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO DIRETOR

Francisco

DOC. ORIGEM DO CART. DE - PATU - RN

C/DE NASC. Nº 2734 FLS. 468 LV. ABC

NATURALIDADE

24.04.1970

PATU - RN

MARIA DO SOCORRO FREITAS

FILIAÇÃO

PETRONIO HEMETARIO DE FREITAS

24.04.1970

EXPEDIDA

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel do
original que me foi apresentado ao
qual autentico e dou fé
Natal/RN, 30 NOV. 2012

Tabellão

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Substituto
Cynthia Symone de Macedo Santos
Escrevente Autorizada

MOORE
AUTENTICAÇÃO
AJY 011449

REGISTRO GERAL 877.516
 NOME JOSE RICARDO CARLOS DATA DE EXPEDICAO 12.09.1985
 FILIAÇÃO JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA
 MARIA EDIONE FAVARES
 PATÓ - RN
 NATURALIDADE
 C/DE NASC. 30.09.1987
 DO ORIGEM 491300644 - 49 LV. A-19 FL. 3.54
 DO CART. DE PATÓ - RN
 ASSINATURA DO DIRETOR
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações
 Rubrica
 ASSINATURA DO TITULAR
 JOSE Ricardo Carlos
 CARTeira DE IDENTIDADE
 REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO NORTE
 SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA
 INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
 COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO
 POL. EGAR DIREITO
 [Fingerprint]

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000 606 486 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/12/2003

NOME VERA REGINA DE ARAÚJO FREITAS

FILIAÇÃO WILSON DE FREITAS

MARIA DAS DORES DE ARAÚJO FREITAS DATA DE NASCIMENTO 26/06/1960

NATURALIDADE MOSSORÓ RN

CAS-DIV L000B F-005 RG-000009

PATU RN 02 CARTORIO

CPF 242.103.314-49

2 VIA

FÁBIO BERCHIMANS VÉRAS DANTAS DIRETOR-GERAL ASSINATURA

211100 0

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

26/06/1960 Nascimento

VERA REGINA DE ARAUJO FREITAS Nome

242.103.314-49 Número de inscrição

Cadastro de Pessoas Físicas

CPF

Secretaria da Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

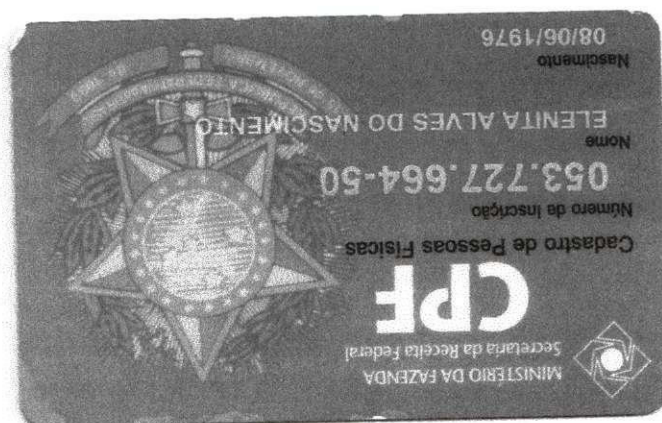
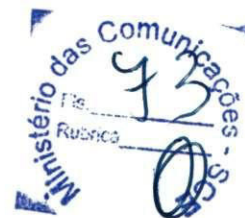
www.correios.gov.br

CORREIOS

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Cartão de uso pessoal e intransferível

Emissão Dezembro 2001



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.480.371 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/06/2003

NOME ELENITA ALVES DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO PAULO ALVES DO NASCIMENTO

NATURALIDADE JANDIRA ALVES DO NASCIMENTO DATA DE NASCIMENTO 08/06/1976

PATU RN 053.727.664-50

DOC. ORIGIN. NASCIM LA004 F-101 RG-002343

PATU RN 02 CARTORIO

231100 5

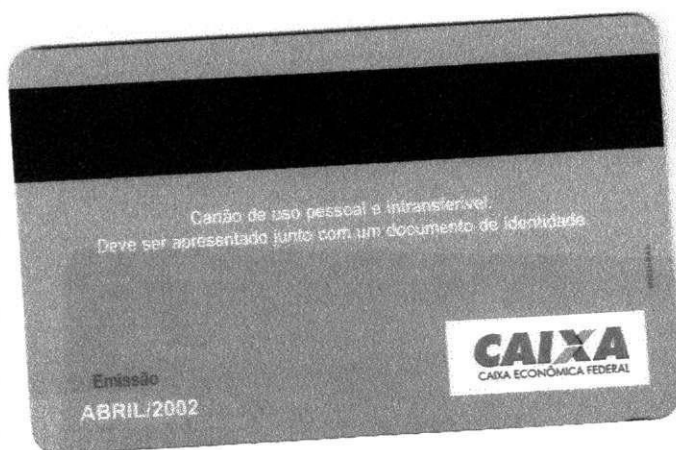
ASSINATURA DO DIRETOR S. Oliveira Ferreira

LEI Nº 11.053/2002

Secretaria de COTID

mp

UNIFORME FOMENTAROS E SERVIÇOS / ITA



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.513.901-2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 15 MAI 1998

NOME EDVÂNIA AQUINO DINIZ.

Benedito José de Aquino
FILIÇÃO
Francisca Diniz

Catolé do Rocha-PB 23-02-1971
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.de Nasc. Nº 5.678, Fls. 56, Liv. A-11
DOC ORIGEM Cart. Riacho dos Cavalos-PB

CPF 797361814-72

João Pessoa - ALEXANDRE DE CARVALHO
Dir. Dep. de Identificação

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900

Fis. Rubrica

Ministério

Edvânia Aquino Diniz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NAO DOADOR VACINADO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. É DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

Arlete Suassuna dos Santos
Mol. 1.91.830-8

001/058510
05-12-89
BANCO DO BRASIL
Catolé do Rocha - PB
42362/1987

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

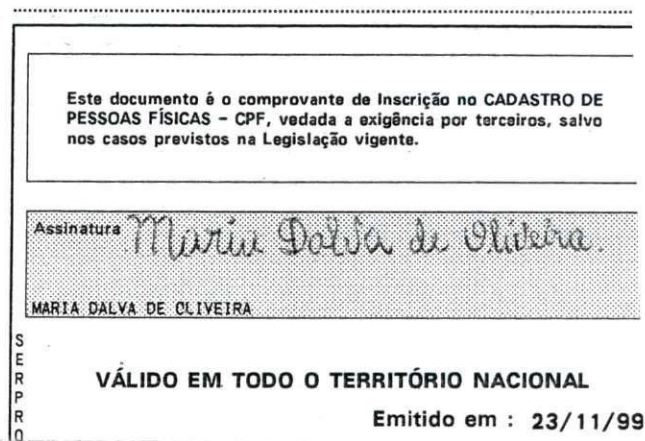
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
797361814 72

Edvânia Aquino Diniz

NASCIMENTO
23/02/1971

Edvânia Aquino Diniz

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1 5 1 1 9 7 1** DATA DE EXPEDIÇÃO **0 6 OUT 1989**

NOME **MARIA CRISTINA SUASSUNA VIEIRA**

FILIAÇÃO **Luiz Vieira da Costa**
Maria das Graças Suassuna

Catolé do Rocha - PB. **28.03.1971**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. de Nasc. nº 6042, Fls. 147, Liv. 11 - A,
DOC ORIGEM
Cart. de Riacho dos Cavalos - PB.

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA **DI-P145**

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Maria Cristina Suassuna Vieira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. É DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

004/0012-2

21/02/90

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

42362/1987

Maria das Graças S. Campos
CH. SEVI EM EXERC.

MINISTERIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
553891205 15

NOME COMPLETO
MARIA CRISTINA SUASSUNA VIEIRA

SACRAMENTO
28/03/1971

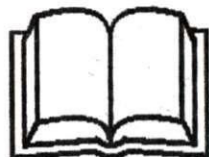
ASSINATURA
Maria Cristina Suassuna Vieira

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Estatutos

Da

Sociedade Educadora Patuense



Patu - Rio Grande do Norte



AUTENTICAÇÃO

Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, a qual autentico, dou fé.
NATAL-RN

18 FEV. 2014

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

Da Sociedade e seus fins

Tabelião Público

Art. 1º - A SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, é uma Associação de fins filantrópicos não lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com foro e sede na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - A SEP terá personalidade jurídica distintas de seus associados, e tem por fim:

- a) A execução de serviço de Radiodifusão, respeitando sobre tudo o regulamento do serviço de Radiodifusão, normas e toda legislação aplicada ao assunto;
- b) Manter arquivada toda legislação referente a execução do serviço de Radiodifusão.

Parágrafo Único: A Diretoria da Sociedade tem por dever acatar as decisões das autoridades constituídas, especialmente as oriundas do Ministério das Comunicações.

Art. 3º - A SEP tem ainda, por finalidade:

- a) Incrementar por todos os meios possíveis, a preparação e o aperfeiçoamento da cultura intelectual, moral, educativa e social dos seus componentes e da sociedade em geral;
- b) Promover reuniões e diversões esportivas, criar e manter biblioteca, escolas de alfabetização, ensino fundamental e do ensino médio, difundir o estudo, a prática dos esportes e a educação física no Território do município;
- c) Promover conferências, comemorar as datas cívicas e manter intercâmbio cultural com sociedades congêneres;

Art. 3º - A SEP terá os Seguintes departamentos e nomes que serão designados os seus dirigentes pelo Presidente da SEP:

- a) Do Ensino Fundamental - Ginásio Comercial de Patu;
- b) Do Ensino Médio - Ginásio Comercial de Patu;
- c) Da Radiodifusão Comunitária - FM - Educadora Patuense;
- d) De Jornalismo - A Voz do Estudante;
- e) Do Desporto - Rei Pelé;
- f) De Informática - Prof. Carlos Magno Godeiro.



~~Alfred~~
Hes

Dos Sócios

- a) Fundador – Como tal considerados os que tenham participado da reunião de instalação da SEP;
- b) Contribuinte – O que, regularmente admitido por proposta de qualquer sócio fundador ou contribuinte, contribua regularmente para a manutenção da Associação;
- c) Honorário – Aquele que venha a ser como tal considerado em deliberação da Assembléia Geral, por proposta da Diretoria ou de 15% (quinze por cento) dos sócios das demais categorias, em função de serviços relevantes prestados à Associação ou à comunidade do município de Patu;
- d) Benemérito – O que comprovadamente prestar relevantes serviços a Sociedade.

a) Respeitar os Estatutos Sociais e acatar as deliberações dos órgãos da Associação;

b) Colaborar para o melhor desempenho das tarefas assumidas pela SEP;

AUTENTICAÇÃO

Carteira que está a ser apresentada, aplicada no caso de faltas leves, para fins de identificação, não me foi apresentada por resolução da Diretoria.

NATAL-RN

18 FEB. 2014

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIZ CÉLIO SOARES - TABELIAO
Maria José Brandão - Tabelio
Silvana Maria Silva de Brito - Tabelio
Valéria de Lima Cid Medeiros - Tabelio
Ana Cláudia Pereira de Albuquerque - Tabelio
Elione Silva - Tabelio
Deusdedit Batista de Macedo - Tabelio
SUSSTITUTOS - NATALIA

AUTENTICAÇÃO

A penitência de advertência
do original que me foi apresentado
é a qual autêntico, dou fé.

5 NATAL-RN

18 FEB. 2014

caso de falhas leves,
lução da Diretoria.

Art. 10º - A suspensão, por tempo não menor que 10 (dez) dias e não maior que 1 (um) ano, é aplicada ao reincidente em falta punida com pena de advertência, bem como aos que atrasem, por mais de 30 (trinta) dias, o pagamento de suas contribuições.

Art. 11º - Será punido com exclusão o associado que:

- a) Deixar de pagar, por tempo superior a 04 (quatro) meses consecutivos (120 dias) as contribuições sociais, independente de ter sido anteriormente advertido ou suspenso;
- b) Cometer falta grave, que ameace a continuidade da Associação, interfira na execução de seus serviços ou na consecução de seus objetivos ou se comporte de forma escandalosa.

CAPÍTULO III

Da Administração

Seção I

Disposições Gerais

Art. 12º - São órgãos da SEP:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria e
- III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Os Cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal são eletivos, admitida a reeleição.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 13º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, sendo formada por todos os sócios fundadores e contribuintes, desde que estejam em dia com as obrigações sociais.

Art. 14º - A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, competindo-lhe:

I - Em reunião ordinária:

- a) Realizada anualmente, no período de 01 de janeiro a 20 de fevereiro, apreciar o relatório e a prestação de contas da Diretoria, bem como o plano de trabalho para o exercício em curso;
- b) Realizada a cada 04 (quatro) anos, no período de 07 de junho a 07 de setembro, para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.

II - Em reunião extraordinária, sempre que convocada pelo Presidente por sua iniciativa ou a requerimento de, no mínimo, 10 (dez) sócios que estejam em dia com as obrigações sociais, sobre qualquer assunto que diga respeito à Associação, inclusive a assunção de dívidas que impliquem em comprometimento do patrimônio social.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral que deliberar sobre alteração estatutária será convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral reúne-se, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos sócios quites com a Associação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Entre uma a outra convocação deve mediar intervalo não menor de 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Terceiro - A convocação da Assembléia Geral será divulgada por edital, afixado na sede da Sociedade Educadora Patuense ou seja no Ginásio Comercial de Patu. Entre a data da publicação do edital e da realização da Assembléia deve decorrer prazo não menor que 10 (dez) dias.



Seção III

Da Diretoria

Art. 15º - A SEP é administrada por uma Diretoria, eleita a cada 04 (quatro) anos, iniciando-se e terminado seu mandato no dia 02 de outubro.

Parágrafo Único - É vedada a percepção de qualquer remuneração ou vantagem em função do exercício de cargo na Diretoria da SEP.

Art. 16º - Compete à Diretoria:

- Expedir regulamentos para fiel execução destes Estatutos e das deliberações da Assembléia Geral;
- Deliberar sobre a celebração de operações de empréstimos que não impliquem na oneração do patrimônio social;
- Aplicar penalidades aos associados, obedecendo o devido processo;
- Eleger sócios para compor a Diretoria, quando, decorridos mais de 01 (um) ano de mandato, encontrarem-se vagos 02 (dois) ou mais de seus cargos, devendo os substitutos completar o mandato dos substituídos;
- Deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre outorga de título de sócio honorários.

Art. 17º - A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- Primeiro Secretário;
- Segundo Secretário;
- Primeiro Tesoureiro;
- Segundo Tesoureiro.

[Assinatura]



Art. 18º - Compete ao Presidente:

- Convocar e dirigir os trabalhos da Assembléia Geral e das reuniões da Diretoria;
- Representar a Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- Supervisionar os serviços administrativos, financeiros e contábeis da Associação;
- Apresentar à Assembléia Geral, anualmente, relatório de sua gestão, balanço e plano de trabalho para o exercício seguinte;
- Assinar, com o tesoureiro cheques e outros documentos relativos a pagamentos, inclusive títulos de crédito;
- Exercer voto de desempate, nas reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- Admitir ou dispensar o pessoal contratado, além impor penalidade, conceder férias e medidas correlatas de administração de pessoal;
- Designar ou dispensar os diretores das unidades de serviços da Sociedade;
- Delegar poder e por escritos a qualquer membro da Diretoria para resolver assuntos referente aos itens "e" e "g" deste artigo.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente, além de substituir o Presidente, em suas faltas ou impedimentos, exercer as atribuições que, por ele, lhe sejam cometidas.

Art. 20º - Compete ao Primeiro Secretário:

- Dirigir os serviços da secretária, inclusive os relativos ao controle de pessoal;
- Assistir o Presidente nos assuntos relativos às suas atribuições;
- Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 21º - Segundo Secretário, além de substituir o Primeiro Secretário, nas faltas e impedimentos, terá por atribuição auxiliar no desempenho das tarefas de seu cargo.

[Assinatura]

- a) Guarda de dinheiro e valores pertencentes à Associação ou a ela confiados;
- b) Efetuar, autorizado pelo Presidente e com ele assinado as ordens ou cheques respectivos, os pagamentos devidos pela SEP;
- c) Manter a escrituração contábil da Associação, apresentado ao Conselho Fiscal, a cada semestre, balancetes semestrais e o balanço anual, para possibilitar o parecer prévio;
- d) Exercer o controle dos valores recebidos em destinação específica, elaborando a respectiva prestação de contas;
- e) Substituir o Vice-Presidente, quando ocorrer simultaneamente impedimento ou falta deste e do Primeiro Secretário.

Do Conselho Fiscal

- Fiscalizar a boa gestão do patrimônio e dos recursos da Associação;
- Apreciar os balancetes periódicos apresentados pela Tesouraria;
- Emitir parecer conclusivo sobre as contas da Diretoria, para apreciação da Assembléia Geral.

Disposições Gerais

- a) bens imóveis e móveis que possua ou venha a adquirir;
- b) Produto de contribuições, obrigatórias ou voluntárias, de seus associados;

Art. 28º - O dia 02 de outubro de cada ano será objeto de comemoração, com data da fundação da SEP.

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIZ CÉLIO SOARES - TABELÃO
Mário José Brindão Soares
Silviana de Lima Brito
Valter de Lima Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Elione Silva
Deusdedit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel
do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
NATAL-RN

18 FEV. 2014

[Assinatura]
Tabelião Público

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE
AUTENTICIDADE E FIDELIDADE
FEDERAL DE NOTAS
TABELÃO DE NOTAS
TABELÃO DE NOTAS
ANOREG-RN
AUTENTICAÇÃO
AKW 052031
BROCH

Art. 29º - A alteração dos Estatutos Sociais, proposta por iniciativa da Diretoria, do Conselho Fiscal ou de 10 (dez) associados, será objetivo de deliberação em Assembléia Geral especialmente convocada, divulgada a proposta conjuntamente com o edital de chamamento, na presença de 2/3 (dois terços) dos associados em condições de votar, em primeira convocação, ou da maioria absoluta deles, em segunda convocação. A proposta de alteração será considerada aprovada se obtiver a maioria absoluta dos presentes.

Art. 30 - A eleição para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal será por aclamação. A eleição também poderá ser secreta, desde que seja convocada Assembléia Geral Extraordinária especificamente com esta finalidade. A proposta da eleição ser secreta ou não será votada na assembléia em voto secreto e por no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios quites, saindo vencedora caso obtenha maioria simples.

Parágrafo Primeiro - Também por voto secreto será eleita a Comissão Eleitoral composta de 05 (cinco) membros que disporá no máximo 30 (trinta) dias improrrogáveis para publicar as normas e a data da eleição.

Parágrafo Segundo - A convocação desta Assembléia Geral Extraordinária especifica dar-se-á entre o dia 01 de janeiro a 01 de junho do ano eleitoral ou seja no último ano de mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício. A posse da Diretoria e do Conselho Fiscal será no dia 02 de outubro, não podendo sofrer antecipação ou adiamento.

Art. 31º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor ou por deliberação da Assembléia Geral.

Assinatura
Assinatura

Art. 32º - Estes estatutos foram alterados e aprovados em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para o efeito, entrando em vigor nesta data.

Patu - RN, 08 de junho de 2000.

ESTÁ CONFORME À ORIGINAL

Maria da Conceição Ferreira de Araújo
Maria da Conceição Ferreira de Araújo
1ª SECRETÁRIA

Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Wanda Godeiro Carlos dos Santos
PRESIDENTE

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIS CÉLIO SOARES - TABELIÃO
Maria José Brandão Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Valéria de Lima Cid Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Elione Silva
Deuslédit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico, dou fé.
NATAL-RN

18 FEV. 2014

Tabulação Pública

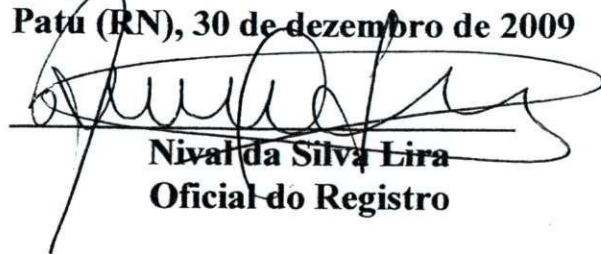


Ministério das Comunicações
Rubrica
Fis

Protocolo nº 1.143, do livro

A-1, fls. 70.

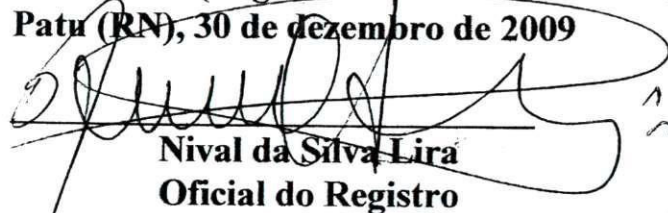
Patu (RN), 30 de dezembro de 2009


Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

REGISTRADO sob nº 267, fls. 81 a 82

Livro A-03 (Registro de Pessoas Jurídicas)

Patu (RN), 30 de dezembro de 2009


Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

**CARTÓRIO UNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN**

NIVAL DA SILVA LIRA

CPF 130.132.034-04

Tabelião e Oficial do Registro

MITCHELL DANTAS R. DE LIRA

CPF 01.063.184-63

Tabelião e Oficial do Registro Substituto


08491342/0001-63

2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU

RUA CAP JOSÉ SEVERINO, 136
CENTRO

CEP 59770-000

PATU, RN

OFÍCIO DE NOTAS

CÉLIO SOARES - TABELIÃO
Celia José Brandão Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Viviana de Lima Cid Medeiros
Cláudia Pereira de Aquino
Elione Silva
Ladedit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel
do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fe.
NATAL-RN

18 FEV. 2014



**VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO**



**Cópia Autêntica da Ata da Assembleia Geral Ordinária
da Sociedade Educadora Patuense Para Eleição da
Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes**



Aos dois (02) dias do mês de outubro de 1998, na sede da Sociedade Educadora Patuense, onde funciona o Ginário Comercial de Patu, sito a Rua: Dr. José Augusto nº 82, centro nesta cidade de Patu - Rio Grande do Norte, pelas vinte (20) horas, reuniram-se vinte (20) sócios, no final assinados, da Sociedade Educadora Patuense, previamente convocados por edital, datado de dezessete (16) de setembro de 1998, amplamente divulgado, com a finalidade de eleger a sua nova Diretoria, Conselho Fiscal e suplentes, para um mandato de quatro (04) anos no período de três (03) de outubro de mil novecentos e noventa e oito (1998) a dois (02) de outubro de dois mil e dois (2002). Aberto os trabalhos usou da palavra o sócio Francisco Andrade dos Santos, que em breve palavras disse da finalidade desta reunião, qual seja da eleição da sua Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes; ainda usando da palavra o orador disse do quanto foi eficiente a Diretoria e seus membros da administração que se encerra nesta data. A presidente verificando que a assembleia está constituída com número legal, submeteu a votação em escrutínio secreto, tendo sido reeleitos por unanimidade os seguintes sócios: Wanda Godeiro Carlos dos Santos - Presidente; Dominique Godeiro dos Santos Feijó de Melo - Vice-Presidente; Veronique Godeiro dos Santos Hemetério de Freitas - 1ª Secretária; Monique Godeiro dos Santos Gargel - 2ª Secretária; Francisco Andrade dos Santos - 1º Tesoureiro; Reginaldo Feijó de Melo Júnior - 2º Tesoureiro, para o Conselho Fiscal: Francisco Andrade Gomes, Liberalino Fernandes da Costa Júnior e Waldir Godeiro dos Santos, e para Suplentes: Francisca Andrade dos Santos, Maria da Conceição Ferreira de Araújo e Wânia Godeiro dos Santos. Concluídos os trabalhos da votação a Presidente declarou todos eleitos e empossados. Facultada a palavra e como ninguém quis fazer uso a Presidente declarou encerrada a sessão e mandou que se lavrasse a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presente.

Patu - RN, 02 de outubro de 1998.

(aa):

Presidente: Wanda Godeiro Carlos dos Santos

Vice-Presidente: Dominique Godeiro dos Santos Feijó de Melo

(continua na folha seguinte)



[Handwritten signatures and marks]


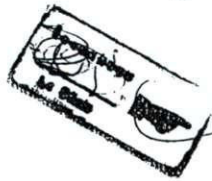
1º Secretário: Monique Godeiro dos Santos Gurgel
 2º Secretária: Veronique Godeiro dos Santos Henriques de Freitas
 3º Tesoureiro: ~~Francisco Andrade dos Santos~~
 4º Tesoureiro: Reginaldo Lima de Melo Junior
 Conselho Fiscal: Francisco Andrade Gomes
Liberalino Fernandes da Costa Junior
Francisco Andrade dos Santos
 Suplentes Conselho Fiscal: Carlos Magno Pereira Godeiro
Waldir Godeiro dos Santos



Membros: José Ricardo Carlos
 Maria do Socorro Pereira de Castro
 Norma Lúcia Ferreira Saraiva
Francinilde Gomes Dutra
Francisco Andrade Sobrinho
Ruy Sérgio de Medeiros Lima
 Maria Dalva Pereira de Oliveira Dantas
 Márcia Maria Dantas Pinheiro
 Vera Regina de Araújo Freitas

ESTA CONFORME O ORIGINAL

Patu - RN, 15 de setembro de 2000.


Monique Godeiro dos Santos Gurgel
 Monique Godeiro dos Santos Gurgel
 1ª SECRETÁRIA

Waldir Godeiro Carlos dos Santos
 PRESIDENTE

RECONHECIMENTO
 Reconheço a(s) firma(s) Supra
indicada pela se-
guinte
 _____ dou fé
 PATU, 20 de agosto de 2001
 Em Testemunho da da verdade.
 O Tabelião Público
Substituto

7º OFÍCIO DE NOTAS
 LUIS CÉLIO SOARES - TABELIÃO
 Maria José Brandão Soares
 Silvana Maria Silva de Brito
 Valéria de Lima Cid Medeiros
 Ana Cláudia Pereira de Aquino
 Eliene Silva
 Deuslaidit Batista de Macêdo
 SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
 Certifico que esta é a reprodução fiel
 do original que me foi apresentado
 a qual autentico, dou fé.
 NATAL-RN

18 FEV. 2014



VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE
 AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Ata da Assembleia Extraordinária para eleição da nova Diretoria da Sociedade Educadora Patense.

Aos 03 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2008, na sede da Sociedade Educadora Patense, situada à rua de São Augusto nº 84 Centro - Patu (RN), pelas 10:00h, previamente convocados por edital do dia 20.04.2008 e amplamente divulgado pela Rádio FM Educadora Patense 104.5, bem como afixado no quadro de avisos na sede do Ginásio Comercial de Patu, reuniram-se 30 (vinte) sócios da referida entidade. Verificando-se que havia quorum, a senhora Presidente abriu os trabalhos da assembleia e em rápida explanação esclareceu aos sócios presentes que o objeto da presente assembleia era para renovação através de eleição da nova diretoria executiva e do conselho fiscal. Em rápida discussão entre os presentes foi elaborada uma única chapa para concorrer a eleição da nova diretoria que é assim constituída: Wanda Godeiro Carlos dos Santos - Presidente; Dominique Godeiro dos Santos Feijó de Melo - Vice-presidente; Maria da Conceição Ferreira de Araújo - 1ª Secretária; Yasmin Godeiro dos Santos Gurgel - 2ª Secretária; Veronique Godeiro Carlos dos Santos - 1ª Tesoureira; Monique Godeiro dos Santos Gurgel - 2ª Tesoureira. Para o Conselho Fiscal: Francisco Andrade dos Santos Neto, José Ricardo Carlos, Petronio Hemetério de Freitas. Suplentes do Conselho Fiscal: Francisca Andrade dos Santos, Maria Doliva Pereira de Oliveira Santos e Noreuá Lucia Ferreira Saraiva. Demais membros da Sociedade presente a sessão: Cleuza Alves do Nascimento, Francisco de Assis de Oliveira, Vera Regina de Araújo Freitas e Francisca Francinete. Posta em votação por aclamação a única chapa apresentada, foi eleita por unanimidade e imediatamente empossada, de modo que a nova diretoria da Sociedade Educadora Patense, com mandato de 04 (quatro) anos à terminar no dia 03 de setembro de 2012 e que ficou assim constituída: Wanda Godeiro Carlos dos Santos - Presidente; Dominique Godeiro dos Santos Feijó de Melo - Vice-presidente; Maria da Conceição Ferreira de Araújo - 1ª Secretária; Yasmin Godeiro dos Santos Gurgel - 2ª Secretária; Veronique Godeiro Carlos dos Santos - 1ª Tesoureira; Monique Godeiro dos Santos Gurgel - 2ª Tesoureira. Para o Conselho Fiscal: Francisco Andrade dos Santos Neto, José Ricardo Carlos, Petronio Hemetério de Freitas. Suplentes do Conselho Fiscal: Francisca Andrade dos Santos, Maria Doliva Pereira de Oliveira Santos e Noreuá Lucia Ferreira Saraiva.

AUTENTICAÇÃO

Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado a qual autentico, dou fé.

11-09-2014

11-09-2014

11-09-2014

11-09-2014

11-09-2014

11-09-2014

11-09-2014

Tabulação Pública

José Ricardo Carlos, Petrónio Benedito de Freitas. Suplentes para o Conselho Fiscal: Francisca Adriano dos Santos, Maria Silva Pereira de Oliveira Dantas, Norma Lucia Ferreira Saraiva. Membros: Cleitza Alves do Nascimento, Francisco de Assis de Oliveira, Vera Regina de Araújo Freitas, Francisca Francinete. A Presidente verificando que tudo decorreu de dos trâmites legais, mandou lavrar o presente ato e que após lido e achado conforme vai devidamente assinado por mim Vera Regina de Araújo Freitas, que lavrei o presente ato, pela secretaria e pelo Presidente.

Vera Regina de Araújo Freitas

Maria da Conceição Torreira de Araújo

Luís Celio Soares dos Santos

Protocolo nº 587, do livro
A-1 (Registro de Protocolo), fls. 38
Patu, 13 de janeiro de 2005

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

REGISTRADO sob nº 204, fls 12 a 12v
Livro A-03, (Reg. de Pessoa Jurídica).
Patu, 13 de janeiro de 2005

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

Cartório Unico Judiciário
DE PATU - RJ
Nival da Silva Lira
ATO REGISTRAL NOTARIAL
CPF 129.132.43456
Tabelião e Oficial do Registro
Mitchell Dantes R. de Lira
CPF. 041.063.184-83
Tabelião e Oficial do Registro Substituto

08.491.342/0001-63

2º Cartório Judiciário de Patu

Rua Cap. José Severino, 136

Centro - CEP. 59770-000

Patu - RN

OFÍCIO DE NOTAS
LUIS CELIO SOARES - TABELIÃO
Maria José Brandão Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Valéria de Lima Cid Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Elitane Silva
Deuslédit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel
do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
NATAL-RN

18 FEV. 2014



VALDO SPINTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

assimada por mim Vera Regina de Araújo Freitas, que
lavei a presente ata, pela secretária e pela presidente
Vera Regina de Araújo Freitas
Maria da Conceição Ferreira de Araújo - Presidente,
Maria da Conceição Ferreira de Araújo - Secretária

Protocolo nº 1.009, do livro

A-1, fls. 62.

Patu (RN), 1º de abril de 2009

Maickell Dantas Rocha de Lira

Maickell Dantas Rocha de Lira

Oficial do Registro Substituto

REGISTRADO sob nº 714, fls. 153

Livro B-2/1º (Títulos e Documentos)

Patu (RN), 1º de abril de 2009

Maickell Dantas Rocha de Lira

Maickell Dantas Rocha de Lira

Oficial do Registro Substituto

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO

DE PATU - RN

NIVAL DA SILVA LIRA

CPF 130.132.034-04

Tabelião e Oficial do Registro

MITCHELL DANTAS R. DE LIRA

CPF 011.062.184-63

Tabelião e Oficial do Registro Substituto

084913420001-63
LAAY 057067
2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU

RUA CAR. JOSÉ SEVERINO, 136
CENTRO

CEP 59770-000

PATU RN

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIZ CÉLIO SOARES - TABELIÃO
Maria José Brandão Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Valéria de Lima da Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Eugênio Silva
Tabelião e Oficial do Registro Substituto - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO

Certifico que esta é a reprodução fiel
do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.

NATAL-RN

18 FEV. 2014



VALIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Ata da assembleia geral extraordinária para eleição e posse da nova diretoria executiva e conselho fiscal da sociedade educadora patuense, com sede em Patu - RN.

de - Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na sede da Sociedade Educadora Patuense, situada na Rua Dr. José Augusto, nº 94 - Centro - Patu - RN, às 20 horas, previamente convocados por edital, datado em 02/08/2012 e amplamente divulgado pela rádio FMI Educadora Patuense, 87,9 MHz, bem como afixado no quadro de avisos na sede do Ginásio Comercial de Patu, reuniram-se vinte (20) sócios da referida entidade e verificando-se que havia quorum a senhora presidente abriu os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária e em rápida explanação esclareceu aos sócios presentes que o objetivo da presente assembleia é para a renovação através de eleição da nova diretoria executiva e do conselho fiscal para o quadriênio de 02/09/2012 a 02/09/2016. Em rápida discussão entre os presentes, foi elaborada uma única chapa intitulada "Continuar e inovar" para concorrer a eleição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que é assim constituída: Wanda Godeiro Carlos dos Santos - Presidente; Monique Godeiro dos Santos Gurgel - Vice-presidente; Maria da Conceição Ferreira de Araújo - 1º secretária; Veronique Godeiro Carlos dos Santos - 2º secretária; Theodor Nady Pinheiro Gurgel Júnior - 1º Tesoureiro; Petronio Ilemetério de Freitas - 2º Tesoureiro; Para o Conselho Fiscal efetivo: José Ricardo Carlos, Vera Regina de Araújo Freitas e Elenita Alves do Nascimento. Para o Conselho Fiscal suplente: Edivânia Aquino Diniz, Maria Dalva Pereira de Oliveira Dantas e Maria Cristina Suassuna Vieira. Posta em votação por aclamação a única chapa apresentada, foi eleita por unanimidade e imediatamente empossada para o mandato de 4 (quatro) anos, com início em 02/09/2012 a 02/09/

AUTENTICACÃO

18 FEB. 2014

Tabelião Público

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel do original que me foi apresentado para qual autentico, dou fé.
NATAL RN

18 FEV. 2014

VALIDO SOBRENTE COM
AUTENTICIDADE DE FISCAL

Atestando e verificando que tudo decorreu dentro do devido processo legal, mandou lavrar a presente ata, que é anexada conforme, vai devidamente assinada por mim, Manoel da Conceição Matos dos Santos, que secretariou os trabalhos e lavrei a presente ata pela Presidente

e demais membros presentes a reunião.

Presença:

Michael Antônio de Freitas - Presidente

Monise Codere de, Santa Gersonel - vice - Presidente

Maria da Conceição Tavares de Araújo

Venonique Godinho Carlos da Silva - 2ª Secretária

Francisco Francisco Fungel Júnior

Adriana de Freitas

Jose Ricardo Sales

Simila Aparecida Almeida

Jose G. Oliveira

Maria Cristina Suassuna Vieira

Ilma Regina de Araújo Freitas

Maria Dalva Pereira de Oliveira Freitas

Edna Carolina dos Santos Guimarães de Freitas

Norma Cecília dos Santos Gregel

Edenilson Aguiar Nunes

Marcelo Eli Gonçalves da Silva Silva

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUÍS CÉLIO SOARES - TABELIÃO
Maria José Brandão Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Valéria de Lima Cid Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Elione Silva
Deuslaidedit Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

18.FEV. 2014

Ulu
Tabelião Público



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

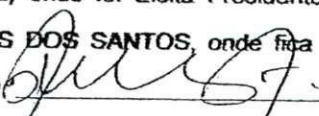
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PATU
PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Rua Etelvino Leite - 44 - Fórum Municipal

Nival da Silva Lira
Escrivão e Tabelião do 1º Ofício
CPF nº 130132034-34
Mitchell Dantas Rocha de Lira
Substituto CPF nº 423.348.614-72



CERTIDÃO

Nival da Silva Lira, Oficial do Registro Civil de
Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que nesta data
a requerimento da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, inscrita no Registro das Pessoas
Jurídicas, desta Comarca, no Livro Próprio, que procedi ao arquivamento da **ATA DA
ASSEMBLÉIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E
CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** realizada no dia 02 (dois) de
setembro de 2012, Protocolada sob n 1.477, fls. 208 V; Liv: A-1 em data de 05 de
outubro de 2012, onde foi Eleita Presidente da mencionado instituição a Sra. **WANDA
GODEIRO CARLOS DOS SANTOS**, onde fica arquivada em pastas próprias. O referido é
verdade, dou fé. Eu  (Nival da Silva Lira), Oficial do Registro, fiz
digitar o presente, subscrevo e assino.

Patu (RN), 05 de outubro de 2012.



084913421001-631
2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU
RUA CARLOS DE ALMEIDA
CEP 58700-000
PATU - RN

7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIS CELIO SOARES - TABELIAO
Maria José Bráulio Soares
Silvana Maria Silva de Brito
Valéria de Lima Cita Medeiros
Ana Cláudia Pereira de Aquino
Elitiane Silva
Douglas Edil Batista de Macêdo
SUBSTITUTOS - NATAL/RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução fiel
do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
NATAL-RN

18 FEV. 2014



AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução
fiel do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
Natal-RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que esta é a reprodução
fiel do original que me foi apresentado
a qual autentico, dou fé.
Natal-RN

09 OUT. 2012



Ao

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

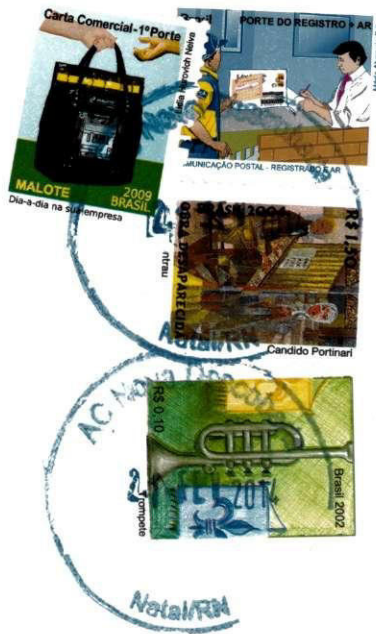
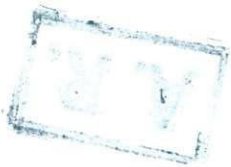
SECRETARIA DE SERVICOS DE COM
COORDENACÃO GERAL DE RÁDIO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS, BLO
BRASILIA - DF

CEP - 70.044-900

Obs.: ATENDER NOTA TÉCNICA



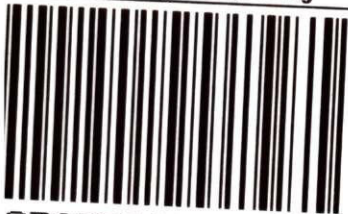
UNICAÇÃO ELETRÔNICA
DIFUSÃO COMUNITÁRIA
O R, 3º ANDAR



3 3369/2013 ICGRC/SCE-MC

COMERCIAL A VISTA (SEM C)

Peso/Weight: 0,149 Kg



83685944BR



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.
4. Não foi possível proceder à digitalização do documento da página 58 por possuir dimensões que excedem a capacidade técnica dos equipamentos.

Brasília, 05 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 05/08/2014, às 11:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0070113** e o código CRC **4FA47B6F**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9293/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.049242/2012-18**

Processo de Outorga nº: 53780.000095/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **PATU/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando a resposta da Entidade ao ofício nº 7246/2013/CGRC/SCE-MC, de 24/12/2013, e o novo ofício 2435/2014/CGRC/SCE-MC, de 25/04/2014, gerado a partir da resposta da Entidade e ainda não respondido, reiteramos a referida exigência como também verificamos a necessidade de atendimento de outras, elencadas na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011, que são relacionadas a seguir:

I. Reiteramos a exigência dos ofícios 7246 e 2435 já mencionados, de que seja indicado o "**endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço**" no Estatuto Social da entidade;

II. Adequação do Estatuto Social da Entidade a atual redação do item 8.2, alínea "f", da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria,

*limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida **uma recondução**;*

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. A Entidade deverá se manifestar, sobre os indícios de que mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações familiares e político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, como verificado a seguir:

a) Relações familiares entre presidente, vice-presidente, 2ª secretária e 1º tesoureiro;

b) Filiação partidária ao PMDB: presidente, vice-presidente, 2ª secretária e 1º tesoureiro 0114976;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e esclarecer os pontos acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Goncalves de Moura, Engenheiro de Operacoes**, em 26/09/2014, às 10:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0113878** e o código CRC **A1071ACF**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 9993/2014/SEI-MC

São Paulo, 02 de setembro de 2014

À Senhora
Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Representante Legal da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino nº 206 - Centro
59770-000 / Patu - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.049242/2012-18.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9293/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0114894** e o código CRC **835AEA91**.

AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 9993/2014/SEI-MC

São Paulo, 02 de setembro de 2014

A Senhora
Wanda Godinho Carlos dos Santos
Representante Legal da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino nº 206 - Centro
59770-000 / Patu - RN

UF PAÍS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.049242/2012-18.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SIGNATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

08/10/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
LIEU AU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
EXPEDIDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGO
SIGNATURE DE L'EMPLOI

Francisco Kennedy da Silva
CARTEIRO
MAT. 0916.166-9

DEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

1203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA

88616009088 Hf

TENTATIVAS DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHAUER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

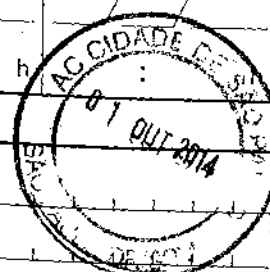
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680

CIDADE / LOCALITÉ CEP: 05311-900 - SÃO PAULO-SP

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR





Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Inscrição: 008223531600

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1 PMDB	RN	PATU	30/09/2003
--------	-----------	------	------------

Certidão emitida às 16:13:00 de 01/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **2HHT.W5FS.EMH1.K/CI**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

Inscrição: 008279101619

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1 PMDB	RN	PATU	30/09/2003
--------	-----------	------	------------

Certidão emitida às 16:25:01 de 01/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **Z/Z6.FOHB.ZUWC.ASXJ**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Inscrição: 013166291686

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1 PMDB	RN	PATU	30/09/2003
--------	-----------	------	------------

Certidão emitida às 16:44:00 de 01/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **FOKU.B4MR.HNPJ.T9EN**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR

Inscrição: 027888501694

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1 PMDB	RN	PATU	04/10/2011

Certidão emitida às 16:47:15 de 01/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **BVJI.OWVG.PQ45.LE+J**

Estado do Rio Grande do Norte
Município de Patu
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Ofício nº 010/2014

Patu-RN, 22 de outubro de 2014

53900.026499/2014-10

03/11/14

0219459

Ilmo. Senhor

Thiago Galvão

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Rua Mergenthaler 592 – Bloco 1 – Mezanino – Vila Leopoldina

CEP: 05.311-900 – São Paulo - SP

Assunto: Atendimento a NOTA TÉCNICA Nº 9293/2014/SEI-MC

Senhor Delegado;

Em resposta ao ofício nº 9993/2014/SEI-MC, estamos atendendo a solicitação da NOTA TÉCNICA Nº 9293/2014/SEI-MC, produzida com base na análise documental do processo de Renovação de Outorga nº 53000.049242/2012, da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, com sede em Patu no Rio Grande do Norte.

Inicialmente queremos destacar que o ofício nº 2435/2014/CGRC/SCE-MC de 25/04/2014, foi respondido através do ofício nº 005/2014 de 08/08/2014 e enviado ao Ministério das Comunicações, com a alteração estatutária realizada. Para comprovação, estamos reenviando novamente, devidamente autenticada e com o comprovante do AR, recebido por um funcionário do MC.

Salientamos mais uma vez que, a sede da entidade: Sociedade Educadora Patuense, está localizada a Rua Dr. José Augusto nº 74 – Centro – Patu – RN CEP: 59.770-000 e as instalações da FM Comunitária está situada a Rua Capitão José Severino nº 206 – Centro – PATU – RN CEP: 59.770-000, ambas estando situadas na mesma área de execução do serviço, ou seja na cidade de Patu – RN, sendo o endereço da sede, assentado no estatuto da entidade.



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Patu
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Em relação ao Estatuto Social da entidade, O mesmo foi alterado para executar os serviços de Rádio Difusão Comunitária e recentemente para a inserção do endereço completo da sede da entidade, sendo todas as alterações devidamente registradas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Patu-RN, com expedição de Certidão de Averbação.

No tocante ao assunto relatado no item h.3, informamos que o assunto está disposto no Capítulo III – Seção I Art. 12, Parágrafo único complementado com Art. 14, letra b.

No que tange a alegação descrita no item 3, subitem I, sobre a infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, informamos que a FM, não está subordinada, nem sujeitam a gerencia, à administração e nem tampouco ao domínio ou ao comando de outra entidade, e nem de partidos político-partidários, a FM Comunitária é a própria Sociedade Educadora Patuense.

A Sociedade Educadora Patuense, quando foi constituída, tinha como objetivo principal, a manutenção do Ginásio Comercial de Patu, Escola Filantrópica de Ensino Básico, onde, a Senhora Wanda Godeiro Carlos dos Santos, foi uma das instituidoras juntamente com outras pessoas da sociedade, com intuito de expandir e melhorar a Educação no município de Patu. No ano 2000, a Sociedade Educadora Patuense, realizou alteração estatutária, a fim de contemplar o serviço de Radiodifusão Comunitária, cumprindo rigorosamente o que determina a legislação específica.

Em relação aos vínculos familiares, podemos destacar que, o quadro social da organização é composto pelos dirigentes, por profissionais de Educação e pessoas da Comunidade, porém para compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, poucas pessoas se dispõem a assumir os cargos eletivos, inclusive pela enorme responsabilidade e pelo trabalho a ser acompanhado, dessa forma a permanência da Senhora Wanda Godeiro Carlos dos Santos, por mais de um mandato é a frente da Sociedade Educadora Patuense, sempre foi uma unanimidade da Assembléia Geral e de todos os associados, pelo seu empenho e relevantes trabalhos prestados a Entidade e ao município sendo do reconhecimento de todos.



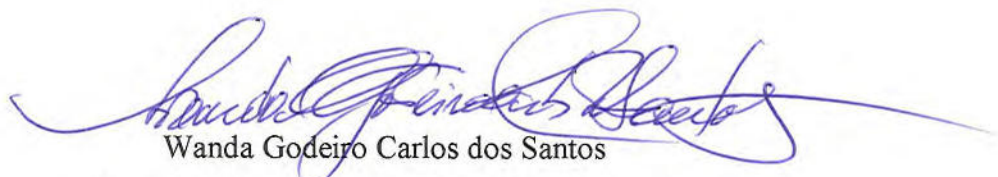
Estado do Rio Grande do Norte
Município de Patu
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

No que tange aos vínculos partidários, é natural e livre a iniciativa de afiliação ou não a partidos políticos. Como pessoas de livre trânsito em todas as áreas, e sujeitos ativos no nosso município, estamos filiados a um partido político, apenas na condição de pessoa física e nunca com o intuito de auferir benefícios para a Sociedade Educadora Patuense. O município de Patu, é testemunha e beneficiária do nosso trabalho, isento, com lisura e total transparência das nossas ações, seja na FM EDUCADORA ou no GINÁSIO COMERCIAL DE PATU, ambos pertencentes a Sociedade Educadora Patuense. Objetivando garantir maior isenção da nossa parte estou requerendo a desvinculação partidária, conforme documentos anexos.

Vale comentar que a FM EDUCADORA PATUENSE (nome de Fantasia da Rádio), está aberta pra toda a sociedade, tendo participação ativa com programas diários ou semanais: as igrejas em geral, os movimentos culturais do município, as escolas públicas e privadas, os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário local com seus programas de informação, reprodução de publicidade governamental, e programas oficiais nas três esferas de poderes, Federal, Estadual e Municipal, veiculação de propagandas do Comércio Local, programação musical própria e serviços de utilidade pública, entre outros.

Mediante a nossa justificativa e da documentação reapresentada, esperamos sanear as pendências apontadas na Nota Técnica 9293/2014, de modo viabilizar a liberação da Outorga, tornando regular o funcionamento da Rádio Comunitária.

Atenciosamente,



Wanda Godeiro Carlos dos Santos

Presidente da Sociedade Educadora Patuense

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATARIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO COMPLETO / NOM DU RAISON SOCIAL DU DESTINATAIRE		
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
ENDEREÇO / ADDRESS		
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOC. R.		
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALIDADE	PAÍS / PAYS
70044-900	BRASILIA	BR
DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO DO OBJETO / DÉCLARATION DE CONTENU		NATUREZA DO ENVIO / NATURE OF THE MAIL
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIO / PRIORITAIRE
		<input type="checkbox"/> EMS
		<input type="checkbox"/> SEGURO / VALOR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
<i>Alton</i>		12/08/14
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / SÍMBOLO DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>Alton de Silva Pinho</i>		1 100 204
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / RUBRIC ET MAT. DE L'EMPLOIE	
	<i>Leila Cunha Barbosa</i>	
	Agente de Correios - Atividade Carteiro	
	Matrícula: 8.132.948 2	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

AR
AGÊNCIA
AVIS 0107
DATA DE POSTAGEM / DATE DE POSTAGE
05 AGO 2014
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE POSTE
BRVN

5797690146390

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'ÉMETTEUR	
	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE	
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS	
	R. CAPITÃO JOSÉ SEVERINO, 206	
	CIDADE / LOCALIDADE	PAÍS
	PATU	BR
59770006		

RIO GRANDE DO NORTE
MUNICIPIO DE PATU
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 – Centro – Patu – RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Ofício nº 005/2014

Patu, 08 de Agosto de 2014

Ilma. Senhora
TASSIANA CUNHA CARVALHO
COORDENADORA-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: Atendimento a NOTA TÉCNICA Nº 1458/2014-CGRC/SCE-MC

Senhora Coordenadora;

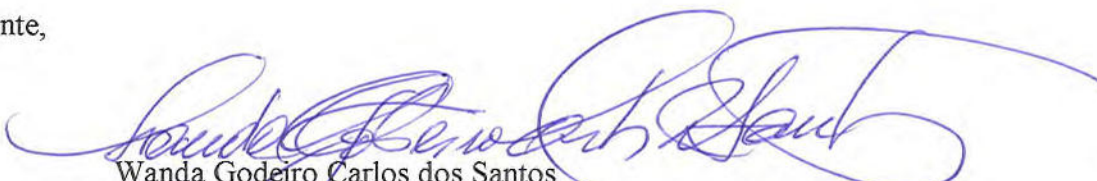
Em resposta ao ofício nº 2435/2014/CGRC/SCE-MC, estamos dando cumprimento a solicitação produzida nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 1458/2014/CGRC/SCE-MC, com base na análise documental do processo de Renovação de Outorga nº 53000.049242/2012, da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, com sede em Patu no rio Grande do Norte.

Visando o cumprimento da presente solicitação, estamos encaminhando cópia autêntica da Ata de Alteração Estatutária da Sociedade Educadora Patuense com a devida certidão de averbação, pelo respectivo cartório judiciário da Comarca de Patu-RN, confirmando a discriminação do Endereço da sede da Sociedade.

Vale confirmar que, as instalações da Rádio Comunitária funcionam na Rua Capitão José Severino, nº 206 – Centro – Patu – RN, fundos conjugados com a sede da Sociedade, portanto na mesma área da sede da mantenedora.

Diante da documentação apresentada esperamos sanear as pendências apontadas na Nota Técnica, de modo viabilizar a liberação da Outorga, tornando regular o funcionamento da Rádio Comunitária.

Atenciosamente,


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Presidente da Sociedade Educadora Patuense

989

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA - INDICAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE DA ENTIDADE.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas e trinta minutos em reunião convocada de acordo com o Edital afixado no mural da entidade do dia dezoito de julho de dois mil e quatorze e correspondências enviadas aos associados, reuniram-se na sede da Sociedade Educadora Patuense, CNPJ: 08.141.749/0001-60, sito a Rua Dr. José Augusto N.º 74 Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000, os associados em Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte Pauta: Alteração Estatutária para Confirmação do Enquadramento da Sede da Sociedade Educadora Patuense. A Presidente iniciou a reunião, expondo para os associados a necessidade de alteração no Estatuto da Entidade para atender exigência legal do Ministério das Comunicações, com vistas a liberação de Outorga de Radiodifusão Comunitária. A pauta foi colocada em discussão para votação e após entendimento de todos foi aprovada por unanimidade a seguinte alteração: Capítulo I - Da Sociedade e Seus fins, Art. 1.º - A Sociedade Educadora Patuense, é uma Associação de fins filantrópicos nos seus objetivos, constituída por tempo indeterminado com sede a Rua Dr. José Augusto N.º 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000 e foro na Cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte. A Presidente destacou para os presentes, que a Sociedade Educadora Patuense, sempre

funcionou neste endereço, desde a sua constituição, apenas o endereço não constava no Estatuto. A presente adequação, de transparência e atende a Norma específica do Ministério dos Comunicos. A presidente facultou a palavra. Não havendo nada mais a ser discutido, a mesma encaminhou a Resol. e Solicitou que a Secretaria da Assembleia lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada por todos vai assinada por mim, pelo presidente e demais associados presentes a Assembleia Geral Extraordinária.

Secretaria: Maria da Conceição M.S. Azuado

Presidente: ~~Armando Pereira da Costa~~

Veronique Godeiro Carlos da Silva
Elvira Alvaro dos Santos

Rita Godeiro dos Santos Hemetério de Freitas

João Carlos Diniz

Victorino da Silva

Maria da Conceição Ferreira de Araújo

João Carlos

8º OFÍCIO DE NOTAS - 2ª CRI
Av. Rio Branco, 760 - Centro - Natal/RN
Dona Ana Maria de Almeida
Tabela Pública
Dona Maria da Medeiros Nogueira Pinheiro
Poliziana Barreira de Macedo Melo
Sofia K. M. S.
Margarida Maria Rodrigues Belmont
Amanda Alves de Medeiros
João Bruno de Almeida
Rafael Augusto de Almeida
Escriturários Autorizados

CONFERÊNCIA
A presente cópia fotostática
está conforme o original que
me foi apresentado e conferido
na forma da Lei, Pou 14
Natal, RN, de 14 de 14
Em 14 de 14 de 14
Tabela Pública
VALIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E DISCUSSÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nival da Silva Lira

COMARCA DE PATU

Escrivão e Tabelião do 1º Ofício

PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

CPF nº 130132034-34

Rua Etelvino Leite - 44 - Fórum Municipal

Mitchell Dantas Rocha de Lira

Substituto CPF nº 423.348.614-72

CERTIDÃO

NIVAL DA SILVA LIRA, Oficial do Registro
Civil de Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu ofício, a pedido verbal do presidente da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** que, procedi a competente **AVERBAÇÃO** a margem do registro do **ESTATUTO DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, Av. 2- 67, fls. 91 v, livro A - 01, em 26 de abril de 1999, as indicações, contidas na mencionada ata, datada de 28 de julho de 2014, do que dou fé.

Patu, 05 de agosto de 2014.

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro



CERTIFICO para os devidos
efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado, Dea. Lei 2.118
do 26 de Abril de 1999

Patu-RN

Tabelião Público

PROTOCOLO SOB Nº 1.604, FLS:
76 LIVRO A -1, AVERBADO
SOB nº AV. 2 - 67
Fls: 91 V, LIVRO A-1 DE
PESSOA JURÍDICA
PATU/RN, 05 DE AGOSTO DE 2014

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Selo de Autenticidade
ANOREG-RN
ATO REGISTRAL/NOTARIAL
ABK 083373
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Centro
CPF: 8879-000
RGO RN
1º Substituto - E. 1000-100-23
MAICKELL DANTAS R. CE LIRA
2º Substituto - CPF: 080.571.714-01

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Selo de Autenticidade
ANOREG-RN
AUTENTICAÇÃO
ALO 062944
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
Nival da Silva Lira
Tabelião - CPF: 080.571.714-01
1º Substituto - E. 1000-100-23
Maickell Dantas R. Ce Lira
2º Substituto - CPF: 080.571.714-01

CERTIFICO para os devidos
efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado. Dec. Lei 2.448
de 25 de Abril de 1949

Patu/RN

Tabelião Público

Exmo. Senhor

Juiz Eleitoral da Trigésima Sétima Zona Eleitoral

PATU/RN

Assunto: Comunicação de Desligamento Partidário

Senhor Juiz,

WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS, portadora do CPF 413.816.024-87, residente e domiciliada em Patu-RN, Vêm respeitosamente comunicar a Vossa Excelência a minha desfiliação do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB, no município de Patu, conforme requerimento protocolado junto a Direção do Partido no município, ao tempo em que solicito a exclusão do meu nome dos registros da Justiça Eleitoral Brasileira.

Patu, 24 de outubro de 2014

Nestes Termos

Pede Deferimento.


Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Filiada

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
37
PR
35244/2014
Data 30 10 14
Hora 12 07
Assinatura do Servidor(a)

Recebido 29/10/14
HLL

Exmo. Senhor

Juiz Eleitoral da Trigésima Sétima Zona Eleitoral

Patu/RN

Assunto: Comunicação de Desligamento Partidário

Senhor Juiz,

MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL, portadora do CPF:413.815.644-53, RG:781732, residente e domiciliada em Patu-RN, vem respeitosamente Comunicar a Vossa Excelência a minha desfiliação do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO – PMDB no município de Patu, conforme requerimento protocolado junto a Direção do Partido no município, ao tempo em que solicito a exclusão do meu nome dos registros da Justiça Eleitoral Brasileira.

Patu, 24 de Outubro de 2014

Nestes Termos

Pede Deferimento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
37
PRC
35243/2014
Data 30 10 14
Hora 12 07
Assinatura do Servidor(a)

Monique Godeiro dos Santos Gurgel
MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

Filiada

Raceli 29/10/14
Raceli

Exmo. Senhor

Juiz Eleitoral da Trigésima Sétima Zona Eleitoral

Patu/RN

Assunto: Comunicação de Desligamento Partidário

Senhor Juiz,

VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS, portadora do CPF:722.456.464-87, RG:1279155, residente e domiciliada em Patu-RN, vêm respeitosamente Comunicar a Vossa Excelência a minha desfiliação do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB no município de Patu, conforme requerimento protocolado junto a Direção do Partido no município, ao tempo em que solicito a exclusão do meu nome dos registros da Justiça Eleitoral Brasileira.

Patu, 24 de Outubro de 2014

Nestes Termos
Pede Deferimento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
37
PRU
35245/2014
Data 30 10 14
Hora 12 07 min
[Assinatura]
Assinatura do Servidor(a)

Veronique Godeiro Carlos dos Santos
VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Filiada

Recado 29/10/14
[Assinatura]

Exmo. Senhor

Juiz Eleitoral da Trigésima Sétima Zona Eleitoral

Patu/RN

Assunto: Comunicação de Desligamento Partidário

Senhor Juiz,

THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR, portador do CPF:059.402.124-33, RG:1961554, residente e domiciliado em Patu-RN, vêm respeitosamente Comunicar a Vossa Excelência a minha desfiliação do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB no município de Patu, conforme requerimento protocolado junto a Direção do Partido no município, ao tempo em que solicito a exclusão do meu nome dos registros da Justiça Eleitoral Brasileira.


Patu, 24 de Outubro de 2014

Nestes Termos
Pede Deferimento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
37
PRC
35246/2014
Data 30 10 14
Hora 12 07 am
Assinatura do Servidor(a)


THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR

Filiado

 29/10/14

AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA
CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO – SP

ASSUNTO: Atendimento de Nota Técnica 9293/2014 – processo nº 53000.049242/2012-18



(ETIQUETA DO CARGO MP)

Rem: Wanda Godeiro Carlos dos Santos

Representante Legal da Sociedade Educadora Patuense

End: Rua Capitão José Severino nº 206 – Centro

CEP: 59.770-000 – PATU - RN

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 19735/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.049242/2012-18**

Processo de Outorga nº: 53780.000095/1999

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Patu/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, inclusive quanto à reposta da entidade ao Ofício 9993/2014/SEI-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa e aos termos da Lei nº 9.612/1998:

I. A entidade não sanou os indícios de vínculo familiar apontados no item 3, I, "a", da **NOTA TÉCNICA Nº 9293/2014/SEI-MC (Anexo I)**, encaminhada pelo Ofício nº 9993/2014/SEI-MC, o que afronta o **artigo 11 da Lei 9.612/1998**, diante de que, deverá ser comunicada a se manifestar e devidamente cientificada de que a manutenção de tais vínculos ensejará extinção da outorga quanto ao serviço de radiodifusão comunitária.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada a **esclarecer e sanar** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 11:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014



e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 16/12/2014, às 11:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0275449** e o código CRC **1C6F6DD0**.

Minutas e Anexos

Anexo I (0113878)

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 22048/2014/SEI-MC

São Paulo, 09 de dezembro de 2014

À Senhora
Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Representante Legal da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino nº 206 - Centro
59770-000 / Patu - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.049242/2012-18.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19735/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e regularize as pendências apontadas, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 11:02, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0277339** e o código CRC **0D848308**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

Ofício nº 22048/2014/SEI-MC

São Paulo, 09 de dezembro de 2014

A Senhora
Wanda Godcio Carlos dos Santos
Representante Legal da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino nº 206 - Centro
59770-000 / Patu - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.049242/2012-18.

AR

ATAIRE

ATAIRE

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

07/01/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

FRANCISCO PRAXEDES BANDEIRA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

100x160 mm

114 x 186 mm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PATU
PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Rua Rafael Godeiro - 183 - Centro

Nival da Silva Lira
Escrivão e Tabelião do 1º Ofício
CPF nº 130132034-34
Mitchell Dantas Rocha de Lira
Substituto CPF nº 423.348.614-72

53900.006294/2015-91

06/02/15

CERTIDÃO

NIVAL DA SILVA LIRA, Oficial do Registro
Civil de Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu
ofício, a pedido verbal da diretora da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**,
que, às fls.224 v, do Livro A-1 (Protocolado no Registro de Títulos e
Documentos), sob o n.º 1.623, acha-se devidamente arquivado em pasta
própria, em data de 29 de janeiro de 2015 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA PARA MUDANÇA DE MEMBROS DA DIRETORIA
EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE EDUCADORA
PATUENSE, COM SEDE EM PATU/RN, situada na Rua Dr. José Augusto, 74-
Bairro Centro nesta cidade de Patu/RN, tendo como Diretora a Sra. **MONIQUE
GODEIRO DOS SANTOS GURGEL**, portadora do CPF nº 413.815.644-53,
cuja cópia fica arquivada neste Cartório, em pasta própria. Dou fé.

Patu (RN), 29 de janeiro de 2015.

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro



PROTOCOLADO =

**Prenotado no Protocolo e no livro n.º A-01
Fls. 224 v, sob o n.º 1. 623, devidamente
arquivada em pasta própria.**

Patu (RN), 29 de janeiro de 2015.



Nival da Silva Lira
Oficial do Registro

**CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN**

NIVAL DA SILVA LIRA

CPF: 130.472.571-46

Tabelião de Notas e Oficial do Registro

MITCHELL DANTAS R. DE LIRA

1º Substituto - CPF: 011.003.104-63

MAICKELL DANTAS S. DE LIRA

2º Substituto - CPF: 02. 8334-66

08491342/0001-63

2º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU

**RUA CAP. JOSÉ SEVERIANO 139
CENTRO**

CEP 59770-000

PATU - RN

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA MUDANÇAS DE MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, COM SEDE EM PATU.

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, na sede da Sociedade Educadora Patuense, situada a Rua Dr. José Augusto nº 74 - centro Patu -RN, às 20 horas, previamente convocados por edital, datado de 09.01.2015 e amplamente divulgado pela rádio FM EDUCADORA PATUENSE. 87,9 MHZ, bem como afixado no quadro de avisos na sede da Sociedade Educadora Patuense, amparado pelo Art. 14 II, do Estatuto da entidade, reuniram-se os sócios da referida entidade e verificando-se que havia quórum a senhora presidente abriu os trabalhos da Assembleia Geral extraordinária e em rápida explanação esclareceu aos sócios presentes que o objetivo da assembleia é para atender a Nota Técnica nº 19735/2014 – SEI – MC, com fins de Renovação de Outorga de Rádio Difusão comunitária da Sociedade Educadora Patuense. Dando início a Reunião a Presidente da Assembleia Geral a senhora Wanda Godeiro Carlos dos Santos comunicou aos presentes sobre as cartas de renúncia de 05 (cinco) membros da Diretoria Executiva e também na vacância cargo de Membros Efetivo do Conselho Fiscal com o falecimento de Vera Regina de Araújo Freitas. Em rápida discussão, foram escolhidos entre os presentes, os novos membros para preenchimento dos cargos agora vagos com a renúncia dos membros. Dessa forma ficou composta a nova diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, da Sociedade Educadora Patuense: Monique Godeiro dos Santos Gurgel – Presidente; Petrônio Hemetério de Freitas – vice – presidente; Maria da Conceição Ferreira de Araújo – 1ª Secretária; José Ricardo Carlos – 2º Secretário; José Eudes de Oliveira Araújo – 1º Tesoureiro; Elenita Alves do Nascimento – 2ª Tesoureira; Para o Conselho Fiscal Efetivo: Maria Celma Menino da Cunha; Francisco Raniery de Moura Alves. Para o Conselho Fiscal Suplente: Edivânia Aquino Diniz; Maria Dalva Pereira de Oliveira

Dantas e Maria Cristina Suassuna Vieira. Posta em votação por membros presentes para escolha através do feito de aclamação foi eleita por unanimidade a nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e imediatamente empossada para a complementação do mandato com término 02.09.2016. A presidente verificando que tudo decorreu dentro dos trâmites legais, facultou a palavra aos presidentes, culminando com uma homenagem in memoriam de Vera Regina Araújo de Freitas, pelos seus relevantes serviços prestados a Sociedade Educadora Patuense. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim Zilklenio Azevedo de Oliveira que Secretariei os trabalhos e lavrei a presente ata, pela Presidente da Assembleia e demais membros presentes a reunião.

Secretário da Assembleia: Zilklenio Azevedo de Oliveira, 047.110.744-14

Presidente da Assembleia: Monique Godeiro dos Santos Gurgel,
413.815.644-53

Petrônio Hemetério de Freitas, 480.509.464-87

Membros Associados:

Maria da Conceição Ferreira de Araújo, 200.683.104-63

José Ricardo Carlos, 491.300.644-49

José Eudes de Oliveira Araújo, 037.444.364-54

Elenita Alves do Nascimento, 053.727.664-50

Maria Celma Menino da Cunha, 054.569.284-93

Francisco Raniery de Moura Alves, 058.966.594-40

DIPOFORM FORMULÁRIOS E SERVIÇOS LTDA.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000.781.732 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/11/2002

NOME MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

FILIAÇÃO FRANCISCO ANDRADE DOS SANTOS

NATURALIDADE VANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS DATA DE NASCIMENTO 15/07/1967

NATAL RN CASAME LB006 F-032 RG-001408

PATU RN 02 CARTORIO

CPF 413.815.644-53

2 VIA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 2.116 DE 29/08/1954



CARTÓRIO ÚNICO

Nival da Silva Lira

Tabelião

Mitchell Damasceno

1º Substituto

2º Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Intelcar

Cartão de uso pessoal e intransferível. Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão Novembro/2003



CARTÓRIO ÚNICO

Nival da Silva Lira

Tabelião - CPF: 130.110.110-1

Mitchell Damasceno

1º Substituto

2º Substituto

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

413.815.644-53

Nome

MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

Nascimento

15/07/1967

29/11/2015

Tabela Pública



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

WANDÁ GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

RUAMIGUEL GODEIRO 50 SUMIDORA

CPF: 413.818.024-87

CENTRO/ÁREA URBANA
PATU RN
59770-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Trifásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	DATA DE EMISSÃO
001191828	UNICA	27/01/2015
Nº REPRESENTAÇÃO	Nº DO CANCELAMENTO	Nº DA INSTALAÇÃO
27/01/2015	3000867930	1278419

CONTRATO Nº	0853617920	MÊSANO	01/2015
DATA DE VENCIMENTO	03/02/2015	DATA DE VENCIMENTO FATURA	24/02/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)		376,19	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	844,0000000	0,49259312	317,22
Acréscimo Bandeira VERMELHA			23,44
Contribuição Iluminação Pública			35,53

TOTAL DA FATURA

376,19

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSUMO (kWh)
728487	CAI	26/12/2014	53.454,00	27/01/2015	54.388,00	31	844,00

MÊS/ANO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
JAN15	844	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	RS
DEZ14	405	ICMS	27,00	91,97	134,56
NOV14	347	PIS	0,82	2,11	8,21
OUT14	431	COFINS	2,85	9,70	84,38
SET14	422				11,73
AUG14	228				103,78
JUL14	268				348,68
JUN14	402				188
MAI14	212				
ABR14	278				
MAR14	267				
FEV14	335				
JAN14	783				

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data de leitura a Bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em dinheiro para Multa 2% (Res. 41/ANEE - 05/09/01) e Acresc 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

CERTIFICADO para os devidos
efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado. Des. Lei 2.118
de 25 de Abril de 1940

Patu-RN 02/02/2015
Tabellão Público



As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEE 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEIS DE TENSÃO			
	CONJUNTO ALM. AFONSO	VALOR MENSAL	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
							MÍNIMO	MÁXIMO
DIC		0,00	6,31	10,82	21,26	220	201	231
177C		0,00	3,48	6,97	13,96	380	348	388
1011C		0,00	3,03	0,00	0,00			

Linhas DICRI 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$107,70

Linha OCRE 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 107,70

CONTA CONTRATO MÊSANO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)
0853617920 01/2015 03/02/2015 376,19

83830000003-9 76190038000-0 85361792020-8 00241057343-0



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Patu
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Ofício nº 001/2015

Patu-RN, 26 de janeiro de 2015

Ilmo. Senhor

Thiago Galvão

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Rua Mergenthaler 592 – Bloco 1 – Mezanino – Vila Leopoldina

CEP: 05.311-900 – São Paulo - SP

Assunto: Atendimento a NOTA TÉCNICA Nº 19735/2014/SEI-MC

Senhor Delegado;


Em resposta ao ofício nº 22048/2014/SEI-MC, estamos atendendo a solicitação da NOTA TÉCNICA Nº 19735/2014/SEI-MC, produzida com base na análise documental do processo de Renovação de Outorga nº 53000.049242/2012-18, da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, com sede em Patu no Rio Grande do Norte.

Objetivando sanar todas as pendências impeditivas a Renovação da Outorga de Rádio Difusão Comunitária da Sociedade Educadora Patuense, realizamos em Assembleia Geral Extraordinária, uma nova eleição para composição da uma nova Diretoria, atendendo o que preceitua o artigo 11 da Lei 9.612/1998.

Dessa forma, estamos encaminhando cópia autêntica da Ata original da composição da nova Diretoria e do Conselho fiscal, Relação Nominal da Diretoria e Conselho Fiscal, e documento de Identidade, CPF e comprovante de residência de toda Diretoria Executiva e do novo membro do conselho fiscal, de modo regularizar a situação da entidade.


Estado do Rio Grande do Norte
Município de Patu
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Mediante a nossa justificativa e da documentação apresentada, esperamos sanar a pendência apontada na Nota Técnica 19735/2014/SEI-MC, de modo viabilizar a liberação da Outorga de Rádio Difusão Comunitária para a Sociedade Educação Patuense, tornando regular o funcionamento da Rádio Comunitária.

Atenciosamente,

Monique Godeiro dos Santos Gurgel.

Presidente da Sociedade Educadora Patuense



RECONHECIMENTO
Reconheço a(s) Monique
Godeiro dos Santos
Gurgel por
Autenticidade de
Patu-RN 02/02/2015


... membros presentes para escolha através do pleito de
 a Comissão foi elita por unanimidade a mesa composi-
 ção da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal e imediata-
 mente empreendida para a complementação do mandato
 com término 02.09.2016. O Presidente requisitando que fu-
 zer decorreu dentro dos trâmites legais, facultou a palavra
 aos presentes, culminando com uma homenagem em homenagem
 de Vera Regina Louço de Freitas, pelas suas relevantes servi-
 ços prestados a Sociedade Educadora Futura. Nada mais ha-
 vendo a tratar, foi lançada a presente ata que após lida
 e achada conforme, foi devidamente assinada por mim
 e assinada juntamente com Secretários do Trabalho
 e anexei a presente ata, pela Presidente da Comissão
 e demais membros presentes a reunião.

Secretaria da Comissão;

[Assinatura] **Alvaro de Almeida**

Presidente da Comissão

[Assinatura] **Thais de Faria**
[Assinatura] **Maria da Conceição Figueira de Araújo**
[Assinatura] **Geiziane de Faria**

[Assinatura] **Fátima Eudes de Oliveira Araújo**
[Assinatura] **Elmário Alves do Nascimento**
[Assinatura] **Maria Belma Leite da Cunha**
[Assinatura] **Francisco Romery de Moura Alves**

CERTIFICADO para os devidos
 efeitos, que a presente fotocópia é a
 reprodução fiel do documento que
 me foi apresentado. Dec. Lei 2.178
 de 25 de Abril de 1940
Patu-RN, 02.02.2015
[Assinatura]
Tabella Publico



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

HE-STE
GERAL

NOME: **7.174**
ETRONIO HEMETERIO DE FREITAS

FILIAÇÃO: **ETRONIO HEMETERIO FILHO**
MARIA DO SOCORRO FREITAS

PATÓ - RN
24.04.1970

NATURALIDADE: **C/DE NASC. DE 24.04.1970 FLS. 468 LV. ABC**

DOC ORIGEM: **DO CART. DE PATÓ - RN**

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

REGISTRO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VASCIMENTO: 24.04.70

INSCRIÇÃO NO CPF: 480.509.464-87

CONTRIBUINTE: PETRONIO HEMETERIO DE FREITAS

ASSINATURA DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



1º Ofício de Notas
ANGICOS-RN
Márcio Veríssimo da Silva
Tabelião Público
Luzimar Gomes de Sá
Tabelião Público

13 JAN. 2015

Tabelião do 1º Ofício de Notas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: PETRONIO HEMETERIO DE FREITAS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 807174 SSP RN

CPF: 480.509.464-87 DATA NASCIMENTO: 24/04/1970

SITUAÇÃO: PETRONIO HEMETERIO FILHO MARIA DO SOCORRO FREITAS

PERMISSÃO: ACC: CAVAL: AE

VALIDADE: 11/04/2018 1ª HABILITAÇÃO: 08/07/1998

OBSERVAÇÕES: HÁB. PROD. PERIGOSOS; EXERCE ATIV. REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: NATAL, RN DATA EMISSÃO: 25/07/2013

79204285166 RN/01682896

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

DADOS DO CLIENTE
PETRONIO HEMETERIO DE FREITAS

ENDERECO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA LIBERALINO F COSTA 50

CPF: 480.509.464-87

CENTRO/AREA URBANA
PATU RN
59770-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

CONTA CONTRATO 0277033011	MÊS/ANO 01/2015
DATA DE VENCIMENTO 23/01/2015	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA 13/02/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)	
112,48	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000781469	UNICA	16/01/2015

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
16/01/2015	3000210641	1276733

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	Q. JANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	223,0000000	0,43065509	96,03
Acréscimo Bandeira VERMELHA			4,47
Contribuição Iluminação Pública			11,56

TOTAL DA FATURA

112 48

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
5210594	CAT	17/12/2014	8.082,00	16/01/2015	8.315,00	30	1,00000		223,00

HISTÓRICO DE CONSUMO MÊS/ANO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	IC	%
IN15	223				Geração de Energia	45,42
DE14	132	ICMS	17,00	17,08	Transmissão	2,08
NOV14	156	PIS	0,82	0,82	Distribuição (Consum)	28,47
OUT14	190	COFINS	2,85	2,86	Encargos Soterial	3,86
SET14	119				Tributos	20,56
					Total	100,00

Consumo Alvo (kWh)	TARIFAS APLICADAS	
00014 138		
00014 246		0.342500

WAR 14 135
REV 14 128

RESERVADO AO FISCO

B7E4.68DE.0AA4 EDC9.90B2 3ECA.F8B5 F4BC

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/03/00) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02) a próxima mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão do fornecimento. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cemsa.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEL DE TENSÃO	
CONJUNTO	VALOR AJUSTADO NOV/2014	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
ALMAFONSO						MÍNIMO MÁXIMO
DIC	0,00	5,31	10,82	21,25	220	201 231
FJC	0,00	3,48	6,97	13,95		
OMIC	0,00	3,03	0,00	0,00		

Unité OICR: 12.22

EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 37,26

Informações sobre duração e frequência das interrupções

Todo consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo (Resolução Aneel 024/2000)

DIC - Número de horas sem Energia
FIC - Número de vezes sem Energia
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua
DICRI - Duração de Interrupção em dia crítico

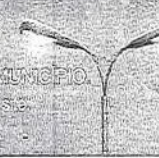
Informações sobre a Nota Fiscal



Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

PROBLEMAS COM A ILUMINAÇÃO PÚBLICA?
PROCURE A PREFEITURA DO SEU MUNICÍPIO.

Mais informações, acesse o nosso Site:
www.cosern.com.br



Para mais dicas, acesse: www.cosern.com.br

AGORA IMPRESSA NA HORA DA LEITURA

ESTA É A SUA NOVA CONTA DE ENERGIA.

FAZER GATO COLOCA SUA VIDA EM RISCO.

SIGA NOSSAS DICAS DE SEGURANÇA:

CERTIFICADO para os devidos efeitos, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado, Dec. Lei 3.118 de 25 de Abril de 1940

Atu-RN 0210212015

Tabete Público

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br.

184-63
Lira
224,66

cosern
Grupo Neoenergia

Caso o seu cadastro p...
registrada no verso des...

...po informações importantes

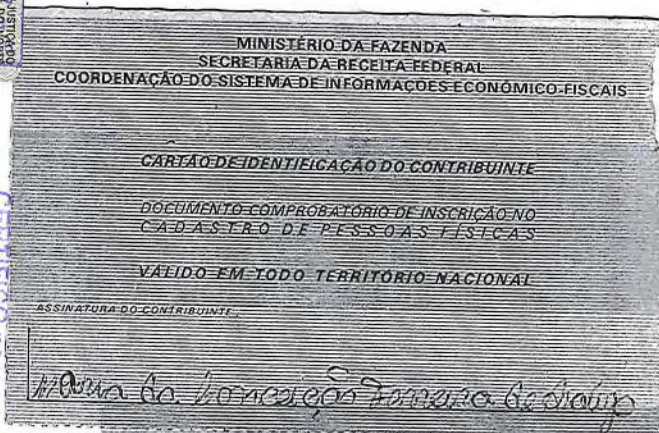
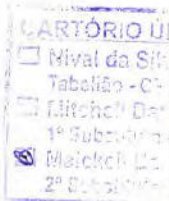
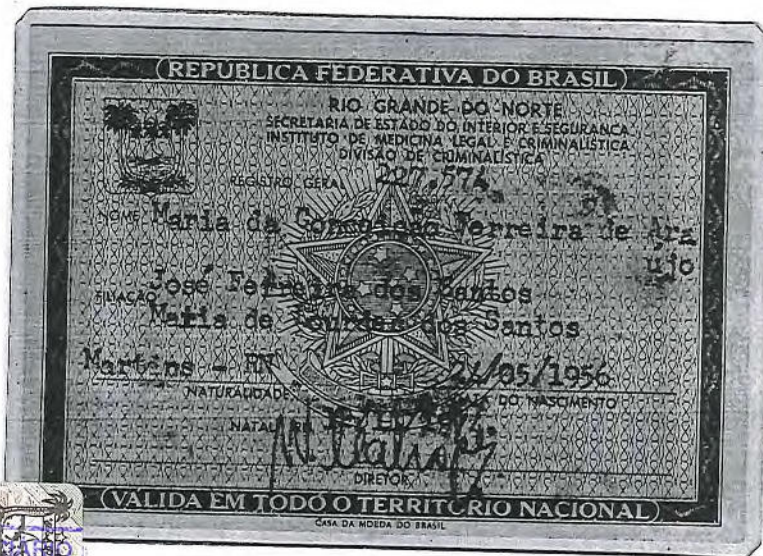
RECBEU A CARTA DA COSERN?
ENTÃO SEU CADASTRO ESTÁ DESATUALIZADO.

O QUE FAZER?

PROCURE A PREFEITURA DO SEU MUNICÍPIO PARA ATUALIZAR O NIS (Número de Inscrição Social).

SE VOCÊ F...
Continua...

Fique atento às orientações abaixo para manter o benefício da Tarifa Social.



29/01/2015
Tribunal Público



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0016-55 - INSC. ESTADUAL: 20.054.091-2
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 757 - NATAL - RN CEP: 59020-400
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/4

82115432



0413 - CTC SANTO ANDRE SPM PL55
MARIA DA CONCEICAO FERREIRA DE ARAUJO
RUA POMPEU TEIXEIRA, 47
PATU
59770-000 PATU-RN



7213512820085690000024283230191214

PROX A ESCOLA JOAO GODEIRO

Referência

DEZEMBRO /2014

Telefone

(84) 3361-2150

Vencimento

02/01/2015

Total a pagar

R\$ 72,73

Resumo da sua fatura



OI FIXO..... R\$ 65,72
OI FIXO 65,72
PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL
SERVICOS DIGITAIS



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS R\$ 7,01
LIGACOES FIXO-FIXO 0,85
LIGACOES FIXO-MOVEL 6,16



CERTIFICADO para os devidos

efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado, Des. Lei 2.179
de 2013, art. 1º, inciso II.

Patu-RN 29/01/2015

Tabajara Público

GANHE R\$ 10 DE DESCONTO NOS PRÓXIMOS 3 MESES.

CADASTRE SUA CONTA NO DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE.

Você não se preocupa mais com atrasos no recebimento e no pagamento da sua fatura.
E ainda continua recebendo, em casa, o detalhamento impresso da sua conta.

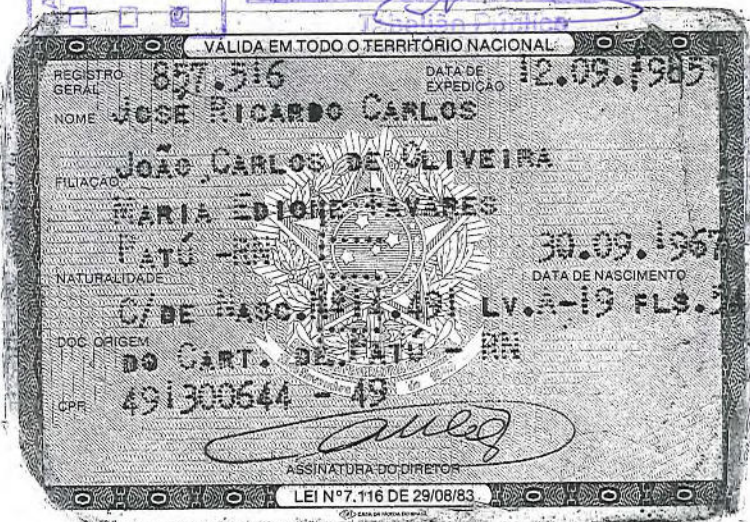
Entre já em contato com o seu banco e faça o cadastro da sua fatura.

Para mais informações, acesse www.oi.com.br/oi/oi-pra-voce/minha-oi/debito-automatico.



CERTIFICO para os devidos
efeitos, que a presente fotocópia é a
reprodução fiel do documento que
me foi apresentado. Dec. Lei 2.148
de 23 de Abril de 1940

Patu-RN 29/01/2015
[Signature]





NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memoz, 160, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.199/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
JOSE RICARDO CARLOSENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA AURELIANO TRINTEIRO DA SILVA 291

CPF: 491.300.844-49 NIS: 16242128161

CENTRO/ÁREA URBANA
PATU RN
59770-000CLASSIFICAÇÃO
BT RESIDENCIAL
BAIXA RENDIA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO 0276803018 MÊS/ANO 12/2014
DATA DE VENCIMENTO 24/12/2014 DATA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 16/01/2015
TOTAL A PAGAR (R\$) 56,84

Nº DA NOTA FISCAL 000762375 SÉRIE ÚNICA EMISSÃO 17/12/2014

APRESENTAÇÃO 17/12/2014 Nº DO CLIENTE 3000198010 Nº DA INSTALAÇÃO 1277032

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,14941437	4,48
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00000000	0,25613892	17,92
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	60,00000000	0,38420639	23,05
Contribuição Iluminação Pública			5,37
ICMS-Parcela Subvencionada			4,04
Multa por atraso-NF 000741964 - 16/10/14			1,27
Juros por atraso-NF 000741964 - 16/10/14			0,71
TOTAL DA FATURA			56,84

CARTÓRIO UN
Nival da Silva
Tabelião - OF
Mitchell Dan
1º Substituto
Maickell Dan
2º Substituto

ATUALIZAÇÃO
NOMEIN
ALTO 0632.17
seu de identidade

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
87476K	CAT	17/11/2014	28.916,00	17/12/2014	28.978,00	30	1,0000		160,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
	R\$	%	
Geração de Energia	20,73	45,61	
Transmissão	0,56	2,11	
Distribuição (Covern)	13,00	28,60	
Encargos Setoriais	1,18	2,60	
Tributos	9,59	21,08	
Total	46,06	100	

TARIFAS APLICADAS		
Consumo Ativo até 30 kWh		0,11757300
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh		0,20226903
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh		0,30310200

RESERVADO AO FISCO
3804 2402.7E99 CE3B 44FC BC06 D0C7 7293

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito conforme em anexo. A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estará em vigor a bandeira VERMELHA que implica cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera multa 2% (Res. 414/AN/EL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438 de 26/04/02 - R\$ 24,02. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilização no ciclo em que ocorrer a suspensão.

ATENÇÃO! COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ATRASO

Vencido	Deve	Valor	Vencido	Deve	Valor
24/12/14	17/12/14	R\$ 54			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores, bem como não isenta débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES			
CONJUNTO ALMAGOS	VALOR ANUAL (R\$)	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL
DE	3,57	5,31	10,62
FIC	2,00	3,48	8,97
DCIC	2,77	3,03	0,00

Límite DIARI: 12,22 R\$ - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 17,19

NÍVEL DE TENSÃO		
TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
220	MÍNIMO	MÁXIMO
	201	231

CARTÓRIO

☐ Nível de Tabela

☐ Mito

☒ 1º Sub

☒ Maiche

☐ 2º Sub



CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: JOSE EUDES DE OLIVEIRA ARAUJO

Nº de Inscrição: 037444364-54

Data de Nascimento: 09/06/78

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: José Eudes de Oliveira Araújo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 1.905.037

DATA DE EXPEDIÇÃO: 17.09.1997

NOME: José Eudes de Oliveira Araújo

FILIAÇÃO: José Martins de Araújo
Parcília de Oliveira Araújo

NATURALIDADE: Patu-RN

DATA DE NASCIMENTO: 09.06.1978

DO QUE ORIGEM: C/Case. nº 1.049 Fls. 163v Liv. A-2 do Cart. Uni. de Rafael Godeiro-RN.

Min. da Justiça
Departamento de Identificação

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: José Eudes de Oliveira Araújo

JOSE EUDES DE OLIVEIRA ARAUJO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emittido em: 10/03/99



Patu-RN 29/03/2015

Tabelião Público

Patu-RN 29/03/2015

Tabelião Público



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL FATURA CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
MARIA DE FATIMA GOMES DINIZ

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA OSCAR FERNANDES LEITE 7 1

CPF: 565.173.864-91

CENTRO/ÁREA URBANA
PATURN
59770-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO MÊS/ANO
0853453994 12/2014
DATA DE VENCIMENTO DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
15/12/2014 07/01/2015
TOTAL A PAGAR (R\$) 45,22

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000243082	ÚNICA	08/12/2014
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
08/12/2014	3000789724	1279204

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,14841437	4,48
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,25813882	17,92
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	38,0000000	0,38420898	14,58
Contribuição Iluminação Pública			4,37
ICMS-Parcela Subvencionada			3,86
TOTAL DA FATURA			45,22

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSUMO (kWh)
J076478	CAT	08/11/2014	13 390,00	08/12/2014	13 528,00	32	138,00

HISTÓRICO DE CONSUMO				COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
MÊS/ANO kWh							
DEZ 14 138							
NOV 14 132							
OUT 14 123							
SET 14 119							
AGO 14 121							
JUL 14 141							
JUN 14 121							
MAI 14 130							
ABR 14 130							
MAR 14 137							
FEV 14 131							
JAN 14 153							
DEZ 13 134							
COMPOSIÇÃO DO CONSUMO							
				GERAÇÃO DE ENERGIA	16,87	45,60	
				TRANSMISSÃO	0,78	2,11	
				DISTRIBUIÇÃO (COSERN)	10,58	28,60	
				ENCARGOS SETORIAIS	0,96	2,60	
				TRIBUTOS	7,80	21,09	
				TOTAL	36,99	100	
				TARIFAS APLICADAS			
				Consumo Ativo até 30 kWh			
				Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh			
				Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh			
				0,11787300			
				0,20226800			
				0,33310200			
				RESERVAÇÃO INSSO			
				B003.DCB6.4BF4.B4DD.5B8C.E8CE.7C37.2AF1			

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estará em vigor a bandeira VERMELHA que implicará cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gerará multa 2% (Art. 414-A do CC - Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438 de 26/04/02 - R\$ 22,91. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de início para os padrões de atendimento comercial.



29/12/2015
Tabelação Pública

CARTÓRIO ÚNICO

☐ Nível da S...

☐ Tabelião - C...

☐ Mitchell D...

☐ 1º Substituto

☒ Mitchell D...

☐ 2º Substituto

ALTO 063219

ALTO 063219

ALTO 063219

Patente 29/01/2015

Tabelião Público

Patente 29/01/2015

Tabelião Público



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.480.371 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/06/2003

NOME ELENITA ALVES DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO PAULO ALVES DO NASCIMENTO
JANDIRA ALVES DO NASCIMENTO

NATURALIDADE PATU RN DATA DE NASCIMENTO 08/06/1976

DOC. ORIGEM NASCIM LA004 F-101 RG-002343

PATU RN 02 CARTORIO

CPF 053.727.664-50 231100 5

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116/1983
denadora de COID
ITSP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Elenita Alves do Nascimento
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO ÚNICO

☒ 2º Substituto

☐ Nível da S...

☐ Tabelião - C...

☐ Mitchell D...

☐ 1º Substituto

☒ Mitchell D...

☐ 2º Substituto

ALTO 063218

ALTO 063218

ALTO 063218

Patente 29/01/2015

Tabelião Público



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL FATORADA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-00 | Fone: 55199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
JANDIRA ALVES DO NASCIMENTO

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOSE JOAQUIM DA SILVA 4

CPF: 897.595.914-72 NIS: 16209436421

CENTRO/ÁREA URBANA
PATU RN
59770-000

CLASSIFICAÇÃO
B1-RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0853049115	10/2014
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA
14/10/2014	06/11/2014
TOTAL A PAGAR (R\$)	18,35

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000208721	UNICA	07/10/2014
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
07/10/2014	3000738844	1279343

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,14862312	4,45
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	37,0000000	0,25478248	8,42
Contribuição Iluminação Pública			1,65
ICMS-Parcela Subvencionada			2,53
Multa por atraso-NF 000227354 - 08/08/14			0,18
Juros por atraso-NF 000227354 - 08/08/14			0,12

TOTAL DA FATURA

18,35

CARTÃO
☐ Nível
☐ Tabo
☐ Mito
☐ 1º
☒ ML
2º



Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DUAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
40470980	CAT	05/09/2014	4.723,00	07/10/2014	4.790,00	32	1,00000		67,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
OUT 14	67	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
SET 14	51	ICMS	13,87	17,00
AUG 14	58	PIS	13,87	0,66
JUL 14	57	COFINS	13,87	3,03
JUN 14	43			
MAY 14	51			
ABR 14	84			
MAR 14	79			
FEV 14	93			
JAN 14	117			
DEZ 13	79			
NOV 13	30			
OUT 13	30			

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Geração de Energia	6,37
Transmissão	0,28
Distribuição (Cosern)	3,99
Encargos Setoriais	0,36
Tributos	2,88
Total	13,87

Consumo Ativo até 30 kWh	0,14862312
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,25478248

TARIFAS APLICADAS

989A AEDE 024B DB67 8B3C A202 3387 2420

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeirolas tarifárias. Neste mês estará em vigor a bandeira VERMELHA que implica a cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br. O pagamento desta Nota Fiscal deve ser feito somente em espécie. Pagamento em atraso gera multa 2% (Res. 414/ANEEL-08/09/D) e juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto para aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 15,05. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os pais de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de atendimento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

ATENÇÃO! COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO		
Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):		
Vencido	Diáreo	Valor
12/09/14	07/10/14	9,82
Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.		

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				NÍVEL DE TENSÃO	
CONJUNTO	VALOR	LIMITE	LIMITE	TENSÃO	LIMITE DE VARIAÇÃO
ALM AFONSO	APURADO	MENSAL	TRIMESTRAL	NOMINAL (V)	MÍNIMO MÁXIMO
DIC	0,00	5,31	10,52	220	201 231
PVC	0,00	3,48	6,97		
DIIRC	0,00	3,03	0,00		

Limite DIIRC 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 5,27

CONTA CONTRATO MÊS/ANO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)



CARTÓRIO ÚNICO

☐ Nível da Silva
Tabalão - C. 1

☐ Mitchell Dam
1º Substituído

☒ Mitchell Dam
2º Substituído



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.145.773 DATA DE EXPEDIÇÃO 20.11.1999

NOME MARIA CELMA MENINO DA CUNHA

FILIAÇÃO SEBASTIÃO DAMIÃO DA CUNHA RITA MENINO

PATÚ-RN DATA DE NASCIMENTO 22.12.1976

NATURALIDADE CERT. CAS. Nº 2.095 LIV. B-08 FLS. 60 DO CART. DE PATÚ-RN.

CPF

José Galba Silveira
SUB-COORDENADOR
LETER/MORADOR 29/08/83

Ministério da Fazenda

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Nome MARIA CELMA MENINO DA CUNHA

054.569.284-93

Número de Inscrição

Nascimento 22/12/1976

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

NÃO ALFABETIZADO (A)

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIAL

☐ Nível da Silva
Tabalão - C. 1

☐ Mitchell Dam
1º Substituído

☒ Mitchell Dam
2º Substituído



Tarifa Social de Energia Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande
Rua Memoz, 150, Baldo, Natal - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.103/0001-81 www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
MARIA CELMA MENINO DA CUNHA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA OSCAR FERNANDES LEITE 3 2

CPF: 054.569.284-93 NIS: 20348667403

CENTRO/ÁREA URBANA
PATU RN
59770-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO 0853502626 MÊS/ANO 09/2014
DATA DE VENCIMENTO 12/09/2014 DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA 07/10/2014
TOTAL A PAGAR (R\$) 50,26

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000220177	ÚNICA	05/09/2014
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
05/09/2014	3000834937	1278207

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,14886713	4,46
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,25520080	17,86
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	48,0000000	0,38280121	17,60
Contribuição Iluminação Pública			4,74
ICMS-Parcela Subvencionada			3,81
Multa por atraso-NF 000189042 - 07/07/14			1,07
Juros por atraso-NF 000189042 - 07/07/14			0,82

TOTAL DA FATURA 50,26

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
40457674	CAT	06/08/2014	14.695,00	05/09/2014	14.841,00	30	1,0000		146,00

HISTÓRICO DE CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano	KWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		R\$	%
SET 14	146					Geração de Energia	18,28	45,79
AGO 14	147		ICMS	39,82	17,00	Transmissão	0,84	2,10
JUL 14	172		PIS	39,82	0,56	Distribuição (Cosern)	11,46	28,71
JUN 14	151		COFINS	39,82	3,14	Encargos Setoriais	1,04	2,61
MAI 14	155					Tributos	8,30	20,79
ABR 14	155					Total	38,92	98,00
MAR 14	170							
FEV 14	145							
JAN 14	164							
DEZ 13	150							
NOV 13	149							
OUT 13	159							
SET 13	148							

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0,111787300
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,202068000
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,303102000

5BC1.7968 9EFB AF8F 8E95.071A.4574.1395

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estará em vigor a bandeira VERMELHA, que implicará cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br. O pagamento desta Nota Fiscal deve ser feito somente em espécie. Pagamento em atraso gera multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/01) e juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 2,23. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de início para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

ATENÇÃO: A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO
Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s).
Vencido 18/08/14 Deixado 05/09/14 Valor 50,45
Vencido Deixado Valor
Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Esta comunicação não substitui o envio de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, padrões, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES					NÍVEIS DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
DIC	ALMAFONSO	0,00	5,31	10,62	220	MÍNIMO 201 MÁXIMO 231	
FIC		0,00	3,48	6,97			
DMIC		0,00	3,03	0,00			

Limite DICR: 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 18,95

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.374.544 DATA DE EXPEDIÇÃO 03.05.2002

NOME
Francisco Raniery de Moura Alves

FILIAÇÃO
Raimundo Alves de Brito
Maria das Neves de Moura

NATURALIDADE
Patu-RN

DATA DE NASCIMENTO
16.04.1985

DOC. ORIGEM
C/Nasc.nº9.659 Fls.272v Liv.A-11
do 2º Cart. de Patu-RN.

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116-DE 29/08/83
Diretor Geral do IEP



CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

CERTIFICADO DE DEVIDOS

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO TÉCNICO GENTÍFICO DE POLÍCIA

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

GOV. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Patu-RN 29/05/2015

Tabelião Público

ABRIL-BRASIL 2019 02/09

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
SET/2009



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
058.966.594-40

Nome
FRANCISCO RANIERY DE MOURA ALVES

Nascimento
16/04/1985

Patu-RN 29/05/2015

Tabelião Público



Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA

CNPJ - CEP 59025-250
www.cosern.com.br

MARRA DAS NEVES DE MOURA

PESRO NABIO DE OLIVEIRA R24

CPF: 721.625.464-34 NIS: 17043322608

CENTRO/AREA URBANA
PATURN
59770-000CLASSIFICAÇÃO
BT RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
MonofásicoCONTA CONTRATO
0277059010 MÊS/ANO
01/2015
DATA DE VENCIMENTO
23/01/2015 DATA DE FIM DO PERÍODO DE LITURA
13/02/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)
21,24Nº DA NOTA FISCAL
000804028 SÉRIE
UNICA EMISSÃO
16/01/2015
APRESENTAÇÃO
18/01/2015 Nº DO CLIENTE
3000210878 Nº DA INSTALAÇÃO
1277233

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL		QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh		30,0000000	0,14821189	4,44
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh		34,0000000	0,25407770	8,63
Acréscimo Bandeira VERMELHA				0,60
Contribuição Iluminação Pública				1,63
ICMS-Parcela Subvencionada				2,55
Multa por atraso-NF 000741731 - 17/12/14				0,36
Juros por atraso-NF 000741731 - 17/12/14				0,03
DIOCESE DE MOSSORÓ - MENSALIDADE				3,00
TOTAL DA FATURA				21,24

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
610581600	CAT	17/12/2014	10 351,00	16/01/2015	10 415,00	30	1,00000		64,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
MÊS/ANO	KWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	RS	%	
JAN 15	64		13,67	17,00	2,32	Geração de Energia	0,29	46,01
DEZ 14	74		13,67	0,62	0,08	Transmissão	0,29	2,12
NOV 14	73		13,67	2,85	0,39	Distribuição (Cosern)	3,85	26,90
OUT 14	66					Encargos Setoriais	0,36	2,63
SET 14	80					Tributos	2,78	20,34
AGO 14	78					Total	13,67	100
JUL 14	110							
JUN 14	67							
MAI 14	101							
ABR 14	83							
MAR 14	86							
FEV 14	82							
JAN 14	85							

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data de leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso para Multa 2% (Res. 414/ANEL-05/05/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é responsável quando há violação na contagem individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 15,16. O Cliente é responsável quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEIS DE TENSÃO		
CONJUNTO ALM AFONSO	VALOR ANUAL R\$/2015	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
DIC	0,00	5,31	10,62	21,25	220	MÍNIMO	MÁXIMO
FIC	0,00	3,48	8,87	13,86		201	231
DMIC	0,00	3,03	0,00	0,00			
Limite DICR: 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 4,58							

CONTA CONTRATO
0277059010 MÊS/ANO
01/2015 DATA DE VENCIMENTO
23/01/2015 TOTAL A PAGAR (R\$)
21,24
83870000000-1 21240038000-1 27705901020-8 00237737803-4NOTA: LAMPADA POR MÊS DE UTILIZAÇÃO
R\$ 0,10 - LAMPADA 100W - 120VCARTÓRIO ÚNICO
☐ Nival da Silva
Tabelião - CPF: 130.130.130-13
☐ Mitchell
1º Substituto
☒ Maickel
2º SubstitutoTabelião Público
29/01/2015

CERTIFICADO para os devidos fins, que a presente fotocópia é a cópia verdadeira e fiel do documento que se encontra em posse do Sr. Dec. Lei 21.13



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res. TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor: WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Inscrição: 008223531600

Certidão emitida às 11:24:59 de 29/01/2015.

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **YG3Q.JSZV.BJ1B.9KFH**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res. -TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor: MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL

Inscrição: 008279101619

Certidão emitida às 11:25:38 de 29/01/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação:
MZTE.+HNO.SJKN.WPK6



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res. -TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: VERONIQUE GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

Inscrição: 013166291686

Certidão emitida às 11:26:11 de 29/01/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **DWAL38/J./IHW.4RD7**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

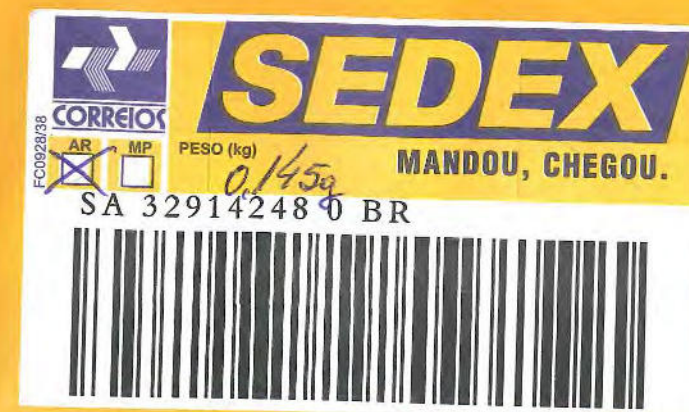
Nome do Eleitor: THEONADGY PINHEIRO GURGEL JUNIOR

Inscrição: 027888501694

Certidão emitida às 11:26:51 de 29/01/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação:
K+J1.TV3B.YBGP.6UNU

THIAGO GALVÃO
DELEGADO REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SÃO PAULO-SP VILA LEOPOLDINA CEP:05.311-900
RUA MERGENTHALER 592-BLOCO 1-MEZANINO-VILA LEOPOLDINA



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
PATU-RN CEP:59.770-000 CENTRO
RUA DR.JOSÉ AUGUSTO 74 CNPJ:08.141.749/0001-60

53900.011305/2014-73

RIO GRANDE DO NORTE
MUNICIPIO DE PATU
SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Dr. José Augusto, 74 – Centro – Patu – RN CEP: 59.770-000
CNPJ: 08.141.749/0001-60

Ofício nº 005/2014

Patu, 08 de Agosto de 2014

Ilma. Senhora
TASSIANA CUNHA CARVALHO
COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: Atendimento a NOTA TÉCNICA Nº 1458/2014-CGRC/S

Senhora Coordenadora;

Em resposta ao ofício nº 2435/2014/CGRC/SCE-MC, estamos dando cumprimento a solicitação produzida nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 1458/2014/CGRC/SCE-MC, com base na análise documental do processo de Renovação de Outorga nº 53000.049242/2012, da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, com sede em Patu no rio Grande do Norte.

Visando o cumprimento da presente solicitação, estamos encaminhando cópia autêntica da Ata de Alteração Estatutária da Sociedade Educadora Patuense com a devida certidão de averbação, pelo respectivo cartório judiciário da Comarca de Patu-RN, confirmando a discriminação do Endereço da sede da Sociedade.

Vale confirmar que, as instalações da Rádio Comunitária funcionam na Rua Capitão José Severino, nº 206 – Centro – Patu – RN, fundos conjugados com a sede da Sociedade, portanto na mesma área da sede da mantenedora.

Diante da documentação apresentada esperamos sanear as pendências apontadas na Nota Técnica, de modo viabilizar a liberação da Outorga, tornando regular o funcionamento da Rádio Comunitária.

Atenciosamente,

Wanda Góes Carlos dos Santos

Presidente da Sociedade Educadora Patuense



DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 11/08/14 às 16:00 horas

Assinatura: Conceição

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA - INDICAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE DA ENTIDADE.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas e trinta minutos em regular convocação de acordo com o Edital afixado no mural da entidade do dia dezoito de julho de dois mil e quatorze e correspondências enviados aos associados, reuniram-se na sede da Sociedade Educadora Patuense, CNPJ: 08.141.749/0001-60, sito a Rua Dr. José Augusto N.º 74 Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000, os associados em Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte Pauta: Alteração Estatutária para Confirmação do Endereço da Sede da Sociedade Educadora Patuense.

Presidente iniciou a reunião expondo para os associados a necessidade de alteração no estatuto da Entidade para atender exigência do Ministério dos Comunicações com vistas a liberação de Outorga de Radiodifusão Comunitária. A pauta foi colocada em discussão para votação e após entendimento de todos foi aprovada por unanimidade a seguinte alteração: Capítulo I - Da Sociedade. Sees. duas, Art. 1.º - A Sociedade Educadora Patuense, é uma Associação de fins filantrópicos nos seus estatutos, constituída por tempo indeterminado com sede a Rua Dr. José Augusto N.º 74 - Centro - Patu - RN CEP: 59.770-000 e foro na Cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte. A Presidente destacou para os presentes, que a Sociedade Educadora Patuense, sempre

funcionou neste endereço, desde a sua constituição, apenas o endereço não constava no Estatuto. A presente adequação, de transparência e atende a Norma específica do Ministério dos Comunicos. A presente facultou a Rede. Não havendo nada mais a ser discutido, a mesma encenou a Renas e Polici- tou que a Secretaria da Assembleia lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada por todos vai assinada por mim, pelo Presidente e de mais associados presentes a Assembleia Geral Extraordinária.

Secretaria: Maria do Conceito M. S. Azedo

Presidente: ~~Henrique Francisco de Sousa~~

Henrique Gomes Carlos dos Santos

Elvina Alvaro dos Santos

Patricia Godinho dos Santos Ministério de Furtas

por Gorgias Almeida

Henrique Francisco de Sousa

Maria da Conceição Ferreira de Araújo

Jose Carlos Carlos.



CARTÓRIO

Michel

Substituto

Jandir

Jandir RN 0408/2014

Tabelião Público

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nival da Silva Lira

COMARCA DE PATU

Escrivão e Tabelião do 1º Ofício

PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

CPF nº 130132034-34

Rua Etelvino Leite - 44 - Fórum Municipal

Mitchell Dantas Rocha de Lira

Substituto CPF nº 423.348.614-72

CERTIDÃO

NIVAL DA SILVA LIRA, Oficial do Registro
Civil de Pessoas Jurídicas na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão do meu ofício, a pedido verbal do presidente da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE** que, procedi a competente **AVERBAÇÃO** a margem do registro do **ESTATUTO DA SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, Av. 2- 67, fls. 91 v, livro A - 01, em 26 de abril de 1999, as indicações, contidas na mencionada ata, datada de 28 de julho de 2014, do que dou fé.

Patu, 05 de agosto de 2014.

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN

NIVAL DA SILVA LIRA

CPF: 130132034-34

Tabelião e Oficial do Registro

MITCHELL DANTAS R. DE LIRA

1º Substituto - CPF: 011.063.184-63

MAICKELL DANTAS R. DE LIRA

2º Substituto - CPF: 049.695.334-66

Nival da Silva Lira
Oficial do Registro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
RIO GRANDE DO NORTE
Departamento de Anticorrupção
CARTÓRIO ÚNICO
JUDICIÁRIO DE PATU

ABD 082148-13 CAP JOSÉ SEVERINO 13
CENTRO

CEP 59770-000
PATU RN

**PROTOCOLO SOB Nº 1.604, FLS:
76 LIVRO A -1, AVERBADO
SOB nº AV. 2 - 67
Fls: 91 V, LIVRO A-1 DE
PESSOA JURÍDICA
PATU/RN, 05 DE AGOSTO DE 2014**

**Nival da Silva Lira
Oficial do Registro**

**CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
DE PATU - RN**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
RIO GRANDE DO NORTE

491345 2001-63

ANOREG-RN



CARTÓRIO JUDICIÁRIO DE PATU

ATO REGISTRAL/NOTARIAL
ABK 083373

RUA CAP. JOSÉ SEVERINO 15
CENTRO

MITCHELL DANT. S. DE LIRA
1º Substituto - CPF: 011.063.184-63
MAICKEL DANTAS R. DE LIRA
2º Substituto - CPF: 049.805.334-66

CEP 58770-000
PATU RN

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS ,BLOCO R,
ED.ANEXO ALA OESTE SALA 300
70044-900 BRASÍLIA-DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2830/2015/SEI-MC

São Paulo, 28 de agosto de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	
<u>Localidade</u>		
01. Sociedade Educadora Patuense		
Patu/RN	08.141.749/0001-60	
02. Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul		Jandaia do
Sul/PR	03.417.503/0001-55	
03. Associação Tapireense de Assistência Social - Atas		Tapira/MG
	02.968.317/0001-41	
04. Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI		
Diamantina/MG	02.294.458/0001-26	
05. Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro		Barro
Duro/PI	02.376.142/0001-83	
06. Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM		
Batayporã/MS	01.986.839/0001-03	
07. Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho		São João da
Fronteira/PI	02.885.042/0001-82	
08. Associação Pró Cidadania - APC		
Guaxupé/MG	01.650.919/0001-93	
09. Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense		Jarú/RO
	02.795.569/0001-16	
10. Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista		Olho
D'Água das Flores/AL	24.182.040/0001-60	
11. Fundação de Assistência Social de Cabaceiras		
Cabaceiras/PB	04.232.628/0001-73	

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 28/08/2015, às 13:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0690512** e o código CRC **1DA27D0D**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN
Município: Patu
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Patu
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 185 - CENTRO
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 08.141.749/0001-60
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 08141749000160

Pesquisar

Razão Social: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 59770000
Número: .
Município: Patu
Telefone:
Logradouro: RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 185 - CENTRO
Complemento:
Distrito: Patu
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
Estado: RN

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 59770000
Número: .
Município: Patu
Telefone:
Fax:
E-mail:
Logradouro: RUA CAPITAO JOSE SEVERINO, 185 - CENTRO
Complemento:
Distrito: Patu
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: RN

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 25/06/2001
Número do Processo: 537800000951999
Caixa:
Data Limite Instalação: 06/03/2020
Fistel: 50011441089
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	335	Portaria	MC	25/06/2001	29/06/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	495	Decreto Legislativo	CN	23/12/2002	24/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	705	Portaria	MC	08/07/2013	09/07/2013	Multa	Jur.
<input type="text"/>	2292	ATO	ORLE	02/04/2015	06/04/2015	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

+ Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - CNPJ/CPF(08.141.749/0001-60)
Município/UF: PATU/RN
Indicativo: ZYU288
Situação: Entidade não possui débitos
Canal: 200
Dia Início: Domingo
Dia Fim: Sábado
Hora Início: 06:00
Hora Fim: 22:00
X

Tela Inicial Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.067192/2015-41**

Interessado(a): **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Em atenção ao Memorando nº 2830/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e/ou no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de PAI concluído (relação de antecedentes no SRD*)	53000.001588/2012	<ul style="list-style-type: none">PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0853593);Portaria nº 705, de 08/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 09/07/2013 - MULTA;Infração: Não cumprimento pela autorizada, no tempo estipulado, de exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério das Comunicações (data de ocorrência: 10/07/2013).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 30/11/2015, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0853598** e o código CRC **AD0EAE97**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 16795/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Patu/RN**, por meio da Portaria nº 335, publicada no DOU de 29/06/2001, e Decreto Legislativo nº **495**, publicado no DOU de 24/12/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 24/12/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 24/12/2012, com protocolo em 17/10/2012, vide página 02 do evento SEI (0070110) subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE		
SOCIEDADE	EDUCADORA	PATUENSE

QUADRO DIRETIVO

- Presidente: MONIQUE GODEIRO DOS SANTOS GURGEL
- Vice Presidente: PETRÔNIO HEMETÉRIO DE FREITAS
- 1º Secretária: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE ARAÚJO
- 2º Secretário: JOSÉ RICARDO CARLOS
- 1º Tesoureiro: JOSÉ EUDES DE OLIVEIRA ARAÚJO
- 2º Tesoureiro: ELENITA ALVES DO NASCIMENTO

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, evento (0044230); páginas 06 a 09 do evento SEI (0219459); páginas 02 a 05 do evento SEI (0086383)

		e páginas 87 a 93 do evento SEI (0070110).
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 09 a 10 do evento SEI (0362596)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 05, 11, 14, 16, 18 e 20 do evento SEI (0362596)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 03 do evento SEI (0070110)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 04 do evento SEI (0070110)

6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 43do evento SEI (0070110)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 19 a 22 do evento SEI (0070110)

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0853598) processo anexado 53900.067192/2015-41.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira**, **Analista Tec Administrativo**, em 10/12/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:52, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0637474** e o código CRC **5F29AC17**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.049242/2012-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **24/12/2012**, a autorização outorgada à **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049242/2012-18 e nº 53780.000095/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Patu/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.049242/2012-18

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0874635), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Ok, página 02 do evento SEI (0070110)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Ok, página 03 do evento SEI (0070110).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Ok, página 04 do evento SEI (0070110).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Ok, página 43 do evento SEI (0070110).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Ok, evento (0044230); páginas 06 a 09 do evento SEI (0219459); páginas 02 a 05 do evento SEI (0086383) e páginas 87 a 93 do evento SEI (0070110).
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Ok, páginas 09 a 10 do evento SEI (0362596).
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Ok, páginas 05, 11, 14, 16, 18 e 20 do evento SEI (0362596).
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Ok, páginas 19 a 22 do evento SEI (0070110).

9	Relatório de apuração de infrações	X		Evento SEI (0853598) processo anexado 53900.067192/2015-41.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0874641** e o código CRC **BBD1D545**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 159/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049242/2012-18 e nº 53780.000095/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Patu/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913649** e o código CRC **E3F5AAD5**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.049242/2012-18**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **24/12/2012**, a autorização outorgada à **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913653** e o código CRC **22F52A88**.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 154, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056613/2013-91 e nº 53650.002018/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO FRATERNAL DE QUIXADÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quixadá/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 155, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015823/2013-29 e nº 53830.002439/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE JARINU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jarinu/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 156, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056441/2013-55 e nº 53710.000343/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITANHANDUENSE DE RÁDIOFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itanhandu/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 157, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041601/2013-61 e nº 53710.000759/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO NOVA MACHADO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Machado/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 158, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031922/2012-77 e nº 53760.000754/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/03/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO ROSA LEAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bocaina/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 159, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049242/2012-18 e nº 53780.000095/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Patu/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071598/2013-19 e nº 53710.000169/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE ITAMOGI, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itamogi/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 161, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056213/2011-13 e nº 53760.000495/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23/08/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE BARRO DURO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Barro Duro/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 162, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057028/2013-16 e nº 53610.000428/1998-72, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA BOA VISTA, para executar, sem

direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Olho D'Água das Flores/AL.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 173, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057303/2012-11 e nº 53640.000962/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RÁDIOFUSÃO DO BAIRRO DA ASSEMBLEIA DE INCENTIVO À CULTURA, ARTE, ESPORTE E LAZER, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cruz das Almas/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 174, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067718/2013-75 e nº 53670.000692/1988, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de novembro de 2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE INHUMAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Inhumas/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 176, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001734/1998 e nº 53000.057228/2011-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MADRE FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Madre de Deus/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 177, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000312/1999 e nº 53000.031935/2012-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de abril de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL MUNDONOVENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mundo Novo/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Entidade: **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 159, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Patu/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.049242/2012-18**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976086** e o código CRC **3BA895C1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Entidade: **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 159, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Patu/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.049242/2012-18**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976086** e o código CRC **3BA895C1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 27 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de

renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.

2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.

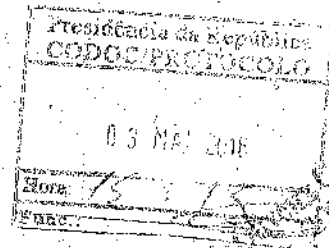
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 14599/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

EM nº 169/2016 MC

- 53000.058848/2011

EM nº 171/2016 MC

- 53000.012652/2008

EM nº 172/2016 MC

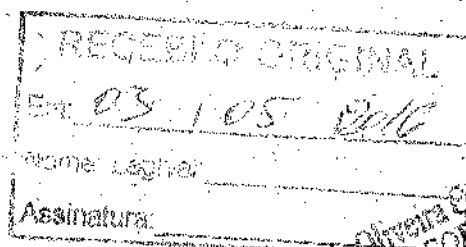
- 53000.059087/2011

EM nº 173/2016 MC

- 53000.057408/2011

EM nº 174/2016 MC

- 53000.058765/2011



Valdeir Oliveira Costa
Assistente

EM nº 175/2016 MC

- 53000.059431/2011

EM nº 176/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 177/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 178/2016 MC

- 53000.025761/2013

EM nº 179/2016 MC

- 53000.074982/2013

EM nº 181/2016 MC

- 53000.056209/2011

EM nº 182/2016 MC

- 53000.027302/2011

EM nº 183/2016 MC

- 53000.072343/2013

EM nº 184/2016 MC

- 53000.063406/2011

EM nº 186/2016 MC

- 53000.043084/2012

EM nº 187/2016 MC

- 53640.000775/1998

EM nº 188/2016 MC

- 53000.004800/2012

EM nº 189/2016 MC

- 53000.025225/2010

EM nº 190/2016 MC

- 53900.007781/2015

EM nº 191/2016 MC

- 53000.019876/2005

EM nº 192/2016 MC

- 53000.003804/2013

EM nº 193/2016 MC

- 53000.003954/2014

EM nº 194/2016 MC

- 53000.019131/2013

EM nº 195/2016 MC

- 53000.058130/2011

EM nº 196/2016 MC

- 53000.057301/2012

EM nº 197/2016 MC

- 53000.067258/2013

EM nº 198/2016 MC

- 53900.019194/2014

EM nº 199/2016 MC

- 53000.056208/2011

EM nº 200/2016 MC

- 53000.031941/2012

EM nº 201/2016 MC

- 53000.058079/2011

EM nº 202/2016 MC

- 53000.059476/2011

EM nº 203/2016 MC

- 53000.006809/2013

EM nº 204/2016 MC

- 53000.048665/2012

EM nº 205/2016 MC

- 53000.033271/2013

EM nº 206/2016 MC

- 53900.029909/2015

EM nº 207/2016 MC

- 53000.023205/2013

EM nº 208/2016 MC

- 53000.061812/2011

EM nº 209/2016 MC

- 53000.028016/2008

EM nº 210/2016 MC

- 53000.056622/2011

EM nº 211/2016 MC

- 53000.051845/2012

EM nº 212/2016 MC

- 53000.058099/2011

EM nº 213/2016 MC

- 53000.062221/2013

EM nº 214/2016 MC

- 53900.032165/2014

EM nº 215/2016 MC

- 53900.016191/2015

Marcelo Oliveira Costa
Assistente - COCEN

EM nº 216/2016 MC

- 53000.057355/2011

EM nº 217/2016 MC

- 53000.030397/2012

EM nº 218/2016 MC

- 53000.034031/2012

EM nº 219/2016 MC

- 53000.053921/2012

EM nº 220/2016 MC

- 53900.018692/2014

EM nº 221/2016 MC

- 53000.056632/2011

EM nº 222/2016 MC

- 53000.027685/2013

EM nº 223/2016 MC

- 53000.040771/2013

EM nº 224/2016 MC

- 53000.022289/2013

EM nº 225/2016 MC

- 53000.040656/2013

EM nº 226/2016 MC

- 53000.040721/2013

EM nº 227/2016 MC

- 53000.047754/2013

EM nº 228/2016 MC

- 53000.024854/2013

EM nº 229/2016 MC

- 53000.051661/2012

EM nº 230/2016 MC

- 53000.039925/2013

EM nº 231/2016 MC

- 53000.046267/2013

EM nº 232/2016 MC

- 53000.056210/2011

EM nº 233/2016 MC

- 53000.056441/2013

EM nº 234/2016 MC

- 53000.041601/2013

EM nº 235/2016 MC

- 53000.021870/2013

EM nº 236/2016 MC

- 53000.055726/2012

EM nº 237/2016 MC

- 53000.049242/2012

EM nº 238/2016 MC

- 53000.025272/2013

EM nº 239/2016 MC

- 53000.056213/2011

EM nº 240/2016 MC

- 53000.044838/2012

EM nº 241/2016 MC

- 53000.028888/2013

EM nº 242/2016 MC

- 53000.035879/2012

EM nº 243/2016 MC

- 53000.027789/2013

EM nº 244/2016 MC

- 53900.013869/2014

EM nº 245/2016 MC

- 53000.047332/2013

EM nº 246/2016 MC

- 53000.041226/2011

EM nº 248/2016 MC

- 53000.059022/2011

EM nº 249/2016 MC

- 53000.065119/2010

EM nº 261/2016 MC

- 53900.042184/2015

Atenciosamente,

ADRIANA SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 02/05/2016, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1105414** e o código CRC **E0C1B035**.

Criado por nelsonk, versão 2 por nelsonk em 02/05/2016 16:00:49.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.049242/2012-18

Referência: Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 13 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 13/05/2016, às 12:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134056** e o código CRC **540B725B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17520/2016/SEI-MCTIC

À Senhora
Wanda Godeiro Carlos dos Santos
Representante Legal da SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE
Rua Capitão José Severino nº 206 - Centro
59770-000 / Patu - RN
CNPJ nº 08.141.749/0001-60

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.049242/2012-18.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, sediada em **Patu - RN**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **24 de dezembro de 2012**, conforme Portaria nº 159, de 01/02/2016, publicada no DOU de 15/02/2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136569** e o código CRC **871CFC41**.

Ofício nº 17520/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.049242/2012-18

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

Of. nº 17520/2016/SEI-MC, 18/05/2016.

53000.049242/2012-18

WANDA GODEIRO CARLOS DOS SANTOS

SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE

RUA CAPITÃO JOSÉ SEVERINO Nº 206 - CENTRO

59.770-000

PATU - RN

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

03/06/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

03 JUN 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 39168251 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

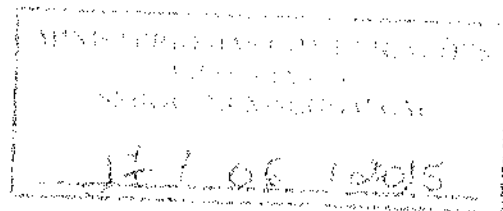
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,



ANDRÉ BUCAR

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS). EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE). EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO). EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG). EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG). EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG). EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO). EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG). EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	185	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019154/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia -- Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM nº 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).EM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR -- Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES). EM n° 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS. EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. EM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO. EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM n° 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM n° 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM n° 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM n° 229/2016 MC - 53000.051651/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM n° 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM n° 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM n° 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM n° 233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. - EM n° 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM n° 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM n° 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM n° 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG	Araújos	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG. - EM n° 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM n° 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM n° 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM n° 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM n° 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.	Itaigaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.EM n° 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM n° 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM n° 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM n° 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM n° 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM n° 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM n° 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitário	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM n° 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM n° 306/2016 MC - 53000.057997/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM n° 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM n° 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG).	Ipujuna	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG).	Itatiaçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	259	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.023353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.936582/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007194/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR).	Ibiaporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53000.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

(66)

53000.049242/2012-18

EM nº 00237/2016 MC

Brasília, 27 de Abril de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

- técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
 - 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
 - 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
 - 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 - 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
 - 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
 - 9 Relatório de apuração de infrações.
 - 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
 - 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.049242/2012-18

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 16795/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1240065** e o código CRC **20D49142**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Entidade: **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/03/2017, às 11:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1746091** e o código CRC **2617E21C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.049242/2012-18

SEI nº 1746091

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Entidade: **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 23/03/2017, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1746094** e o código CRC **FE2C8941**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.049242/2012-18

SEI nº 1746094

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.049242/2012-18**

Entidade: **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 16795/2015/SEI-MC (0637474) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0874635), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 27/03/2017, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1746097** e o código CRC **09CBFB23**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à **SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.049242/2012-18

SEI nº 1746097

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1801001** e o código CRC **B320AC90**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883944** e o código CRC **A4F39057**.

Brasília, 11 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.049242/2012-18, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Patu/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

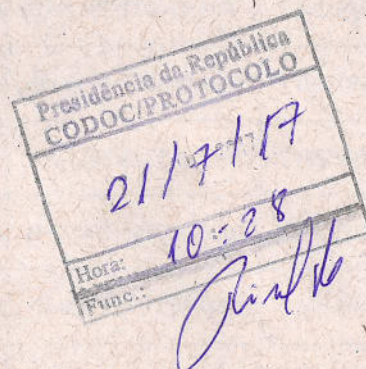


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 31185/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF



Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
277/2017	53000.050613/2011-15	Associação de Radiodifusão Comunitária de Cultura e Educação de Barbacena
278/2017	53000.029406/2013-63	Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta
279/2017	53000.019532/2013-18	Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense
280/2017	53000.025761/2013-63	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão
281/2017	53000.047616/2011-71	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social E Cultural Chaleense
282/2017	53000.051583/2012-45	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura
283/2017	53000.027679/2012-92	Associação Comunitária de Radiodifusão de Jequitibá
286/2017	53000.028337/2012-90	Associação Virgolandense Comunitária Cultural (AVCC)
287/2017	53000.000298/2013-47	Associação Comunitária Recreense de Radiodifusão
288/2017	53000.013790/2010-30	Associação Montesclareense de Comunicação e Assistência
289/2017	53900.006400/2014-55	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata FM
290/2017	53000.053959/2010-94	Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca

291/2017	53000.003387/2012-64	Associação Comunitária de Cultura e Comunicações Princesa FM
292/2017	53000.037303/2011-13	Associação de Radiodifusão Comunitária Cachoeira FM
293/2017	53000.059667/2010-65	Associação Universitária de Curitiba
294/2017	53000.038549/2012-85	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Iguatu (ACI)
295/2017	53000.015303/2012-35	Associação de Rádio Comunitária de Castanheira
296/2017	53000.034031/2012-72	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense
297/2017	53000.069957/2013-60	Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu
299/2017	53000.055538/2011-89	Associação de Radiodifusão Comunitária Jaraguari
302/2017	53000.027485/2009-91	Associação Cultural E Social de Assis Chateaubriand
303/2017	53000.065780/2013-22	Associação Comunitária de Palmas - PR
304/2017	53000.029337/2009-10	Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia
305/2017	53000.041679/2013-86	Associação Rádio Comunitária Feitoria FM
306/2017	53000.038653/2013-51	Academia Cultural de Santa Helena - ACULT
307/2017	53000.044719/2011-80	Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária
308/2017	53000.058112/2011-87	Associação de Comunicação, Cultura e Desporto
309/2017	53000.058945/2013-18	Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém-PE
310/2017	53000.048415/2012-72	Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão
311/2017	53000.068058/2013-40	Associação Comunitária Tancredo Neves
315/2017	53000.040584/2013-45	Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada
316/2017	53000.046274/2013-34	Fundação Educativa João Paulo II
317/2017	53000.028132/2009-17	Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense
318/2017	53000.029284/2013-13	Associação Comunitária para Desenvolvimento Cultural Três Mártires
319/2017	53900.026664/2015-14	Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá
320/2017	53000.065762/2013-41	Associação de Comunicação Comunitária Radio Ibicuí FM
321/2017	53000.032006/2011-73	Associação de Radiodifusão Comunitária Tigre FM
322/2017	53000.028384/2009-38	Associação dos Músicos Caxienses - AMUCA

323/2017	53000.049242/2012-18	Sociedade Educadora Patuense
324/2017	53000.036914/2011-36	Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio
325/2017	53000.031931/2012-68	Associação Comunitária Vale do Uatumã
326/2017	53000.058079/2011-95	Associação Artística e Cultural Vale de Autazes
327/2017	53000.056615/2011-18	Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei
328/2017	53000.064008/2012-11	Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC
329/2017	53000.064001/2012-91	Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia
330/2017	53000.040830/2013-69	Associação Comunitária Caraguatatuba
331/2017	53900.041768/2015-41	Associação Comunitária de Comunicação de Cajob
332/2017	53000.026544/2011-29	Associação Cultural Comunitária a Voz de Embu-Guaçu
333/2017	53000.055760/2011-81	Associação Rádio Comunitária Ilha FM
334/2017	53000.028045/2013-38	Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017**, em 19/07/2017, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2037785** e o código CRC **BC5E172A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício n° 31185/2017/SEI-MCTIC - Processo n° 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 2037785

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.049242/2012-18
Referência: Ofício nº 31185/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 31185/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 25/07/2017, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2063641** e o código CRC **E2AC7849**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.049242/2012-18

SEI nº 2063641

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.049242/2012-18.**

Entidade: **Sociedade Educadora Patuense.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/07/2019, às 17:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/07/2019, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4340244** e o código CRC **9A990B86**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.049242/2012-18, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Educadora Patuense, inscrita no CNPJ nº 08.141.749/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Patu, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16795/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 159/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.049242/2012-18

SEI nº 4340244

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.049242/2012-18, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Educadora Patuense, inscrita no CNPJ nº 08.141.749/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Patu, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16795/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 159/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37239/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.049242/2012-18.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702525** e o código CRC **C92410E5**.